



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Programa de Pós – Graduação em Linguística – PPGL

LEITURA CRÍTICA DO DISCURSO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Vagner José Santana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Christina Diniz Leal

Brasília

2007

Vagner José Santana

LEITURA CRÍTICA DO DISCURSO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Christina Diniz Leal (LIP/UnB) – Orientadora e Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Monteiro Sales Corôa (LIP/UnB) – Membro Efetivo

Prof. Dr. Alcides Costa Vaz (IREL-UnB) – Membro Efetivo

Prof^ª. Dr^ª. Maria Izabel Magalhães (LIP/UnB) – Membro Suplente

DEDICATÓRIA

*Para minha avó, Iracema Santos,
por seu exemplo de persistência e trabalho*

AGRADECIMENTO

À Força universal e divina, que me impulsiona a sempre seguir;

Aos meus pais, pelo estímulo para que eu levasse adiante este trabalho;

À companheira Tety, pela presença constante, pelo carinho e o cuidado dispensado nos árduos momentos desta jornada;

Aos meus filhos, Miguel e Matheus, por compreenderem que minha ausência neste período faz parte deste empreendimento;

Ao meu irmão Valmir e minha irmã Valéria, pela grande amizade;

À prof.^a Maria Christina Diniz Leal, minha grande mestra, por sua atenção incomensurável;

À prof.^a Maria Luiza e ao prof. Alcides da Costa Vaz, que gentilmente aceitaram fazer parte de minha banca;

Aos colegas do mestrado e aos funcionários do LIP, pelo ótimo convívio nestes anos;

Ao professor e amigo Carlos, pelo apoio e sugestões para este trabalho;

À amiga Gely Fritta, pela atenção durante todo este percurso;

Aos queridos amigos, companheiros de poesia, canções, violões e sonhos que, por motivo desta lida, deles um pouco me afastei:

Meu muito obrigado.

A política é a guerra prolongada por outros meios.
Clausewitz

Poder é guerra, guerra prolongada por outros meios.
Foucault

É principalmente a idéia de invasão que preocupa os espíritos e interessa todo mundo; a idéia de defesa só preocupa os ricos.

Michel de Montaigne

Esta pesquisa tem por finalidade efetuar uma leitura crítica dos documentos da Política de Defesa Nacional (PDN), editados em 1996 e 2005. Os objetivos são: investigar as práticas discursivas presentes nesses documentos, examinando as transformações no discurso e nas manifestações de poder; avaliar as possíveis mudanças nas PDNs e seus reflexos na prática social; contribuir para uma leitura crítica sobre o conceito de Segurança e Defesa. O *corpus* para este fim é composto por seis textos do total das partes que compõem os textos da PDN, utilizados com o propósito de ora serem comparados entre si – estabelecendo um contraste entre as políticas de defesa –, ora um enfoque individual de cada política, com o objetivo de particularizar o modo como cada documento se apresenta. As bases teóricas nas quais esta pesquisa se fundamenta são a Teoria Social do Discurso, Análise de Discurso Crítica (Fairclough 1996, 2001, 2003; Chouliaraki e Fairclough, 1999) e a Lingüística Sistêmico Funcional (Halliday 1994). Na apresentação destas teorias são focalizados os conceitos de ordem de discurso (Fairclough 2001), gêneros textuais (Bakhtin 2000; Schneuwly & Dolz 2004; Bazerman 2005) poder, ideologia e hegemonia (Foucault 1979, 1997; Althusser 1985; Thompson 1995; Fairclough 2001, Gramsci 1988), a concepção do processo de transitividade (Halliday, 1994), o sentido acional, representacional e identificacional (Fairclough, 2003). Os resultados da pesquisa sugerem haver um maior envolvimento da sociedade civil quanto à defesa nacional, a reafirmação do poder do Estado na manutenção da segurança e defesa, a valorização da diplomacia nos temas relativos a questões de defesa, a importância da força militar e o reposicionamento do papel das Forças Armadas.

Palavras-chave: defesa nacional, segurança, discurso, poder, Forças Armadas, Estado

ABSTRACT

This research proposes a critical reading about the documents of the National Defense Policy (PDN), edited in 1996 and 2005. The aim is to investigate the discursive practices; the possible transformations in the discourse and in the power's manifestations; to assess the possible changes in the PDN and its consequences in social practices; and to contribute for a critical reading on the concept of security and national defense. The chosen *corpus* is fashioned by six texts from the original parts which constitute the PDN texts. Therefore, they can be compared with each other, establishing a distinction between the defense policies, or have each policy item individually focused, aiming to specify how each document is presented. The theoretical basis on which this work is founded is: the Social Theory of Discourse, the Critical Discourse Analysis (Fairclough 1996, 2001, 2003; Chouliaraki and Fairclough, 1999) and the Systemic Functional Linguistic (Halliday 1994). The presentation of these theories focuses the concepts of the order of discourse (Fairclough 2001); the textual genres (Bakhtin 2000; Schneuwly & Dolz 2004; Bazerman 2005); power, ideology and hegemony (Foucault 1979, 1997; Althusser 1985; Thompson 1995; Fairclough 2001, Gramsci 1988), the formation of the Transitivity Process (Halliday, 1994) and the meaning of Action, Representation and Identification (Fairclough, 2003). The analysis of the critical discourse is the methodology used for text analysis. The research results suggest that there is a greater involvement of civilians concerning national defense, a reaffirmation of the government's power to maintain the nation's security and defense; a valuation of diplomacy in defense issues; an increase in the importance of the military and the shift in the role of the armed forces.

Keywords: national defense, security, discourse, power, armed forces, government.

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	10
1. A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL	13
1.1 Contexto histórico	13
1.1.1 Pós-modernidade: reordenamento global das estruturas sociais	14
1.1.2 Um mundo a mercê de novas ameaças	16
1.2 O conceito de segurança e defesa do Estado	16
1.2.1 A Escola de Copenhague e o conceito de Securitização	17
1.3 A Política de Estado brasileiro em matéria de Defesa Nacional	19
1.3.1 A evolução do pensamento de defesa no Brasil	21
1.3.2 O Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)	23
1.3.3 A criação do Ministério da Defesa	25
1.3.4 Debates sobre a Defesa Nacional	26
1.4 A Política de Defesa Nacional do Brasil	27
1.4.1 Política de Defesa Nacional de 1996	28
1.4.2 A Política de Defesa Nacional de 2005	32
1.4.3 A PDN e sua atuação na Sistemática de Planejamento Estratégico Militar	36
2. MATRIZES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO	39
2.1 A Concepção Tridimensional do Discurso	39
2.1.1 A concepção do discurso	41
2.1.2 O discurso como texto	43
2.1.3 O discurso como prática discursiva	44
2.1.4 O discurso como prática social	46

2.1.4.1 Poder	47
2.1.4.2 Ideologia	49
2.1.4.3 Hegemonia	52
2.2 Mudanças na modernidade tardia e a ADC	54
2.3 A Linguística Sistêmico Funcional	57
3. METODOLOGIA E A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	62
4. LEITURA CRÍTICA DO DISCURSO DA POLÍTICA DE DEFESA	66
4.1 Exame dos recursos lingüísticos	66
4.2 O discurso da PDN com outros momentos da prática	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	100
ANEXOS	
Anexo 1: documento da Política de Defesa Nacional – 1996	106
Anexo 2: documento da Política de Defesa Nacional – 2005	112

As Forças Armadas do Brasil são uma instituição presente e atuante em significativos momentos da história de nosso País. Na condição de militar de carreira, há mais de vinte anos convivendo no *habitat* da caserna, tive a oportunidade de, por força das várias atividades já desempenhadas na carreira militar, conviver com militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o que me oportunizou conhecer de forma mais abrangente esta instituição das armas e, de forma particularizada, o que vem a ser um profissional militar do Brasil no período denominado por Giddens (2002) como a ‘alta modernidade’.

Neste período, as mudanças por que passou o mundo tiveram repercussões diretas no militarismo brasileiro. Nesta conjuntura externa, o término da influência ideológica soviética, bem como a implementação da Nova Doutrina americana no trato de ameaças que vêm de encontro aos interesses do EUA, acabam por exigir um repensar das posturas estratégicas militares. O término do governo militar no Brasil, a extinção dos ministérios militares e a criação do Ministério da Defesa podem ser tomados como algumas das significativas modificações no plano interno que afetaram as Forças Armadas.

A oportunidade de se observar o dia a dia da vida militar, para quem está envolvido há anos neste sistema, permite, a partir do olhar crítico, sentir que há uma ‘inquietação’ no ar. Dois fatos me chamam a atenção: a ampliação de movimentos reivindicatórios de militares e o processo, apesar de lento, de democratização no relacionamento entre os diferentes estratos sociais que compõem a estrutura militar do Brasil. Como exemplo do primeiro fato, destaco o crescimento de associações compostas por militares ou seus representantes (APEB - Associação dos Praças do Exército Brasileiro; ANPRAFA - Associação Nacional dos Praças da Forças Armadas; APMB - Associação de Praças da Marinha do Brasil; UNEMFA - União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas Brasileiras), que buscam, entre outras mudanças, uma mudança no relacionamento entre oficiais e praças. Outro recente movimento reivindicatório é o dos controladores de vôo militares, que exigem ser desmilitarizados devido à natureza do ofício que exercem, além de outros motivos. Para exemplificar o segundo fato, refiro-me à Portaria nº 293, de 9 de maio de 2005, do Gabinete do Comando do Exército, que, em seu artigo 5º autoriza que subtenentes e sargentos, desde que habilitados, exerçam a função de magistério em alguns do estabelecimentos de ensino do Exército. Uma decisão como esta é fruto de um relacionamento

mais democrático na instituição militar, já que a docência ali sempre foi espaço exclusivo da classe de oficiais.

O Brasil adota neste período uma nova estratégia quanto a sua política de defesa, sendo que no espaço de nove anos são editados dois documentos que versam sobre a Política de Defesa Nacional (PDN-1996 e PDN-2005). Além disso, o Estado brasileiro promove neste meio tempo uma profunda alteração em sua estrutura de poder com a extinção dos ministérios militares, transformando-os em comandos militares que estão subordinados ao também recém criado Ministério da Defesa.

Esta pesquisa tem por finalidade dirimir uma dúvida que me acompanha, face às mudanças acima referidas: como se apresentam as Forças Armadas do Brasil nos documentos da Política de Defesa Nacional? Que mudanças houve de um para o outro documento? Para tentar responder a estes questionamentos, a pesquisa tem os seguintes objetivos: (i) investigar as práticas discursivas presentes nos textos da “Política de Defesa Nacional” (1996 e 2005), examinando as possíveis mudanças, no discurso e nas manifestações de poder, por meio da leitura comparativa dos dois textos; (ii) observar possíveis mudanças estratégicas que se revelam nas duas PDNs, bem como avaliar a constituição desses novos objetos discursivos; (iii) apresentar para uma leitura crítica sobre o conceito de Segurança e Defesa a partir de pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica.

Esta dissertação se estrutura em quatro capítulos. No primeiro deles apresenta-se a conjuntura em que são editadas as duas PDNs. Serão abordadas as mudanças, tanto em âmbito nacional quanto global, ocorridas como resultado do fim da Guerra Fria e das mudanças sociais em nível mundial. O surgimento de novas ameaças compele a um repensar sobre o conceito de segurança e defesa do Estado, tema este a que a Escola de Copenhague se volta, idealizando o conceito de securitização. Discorre sobre a política do Estado brasileiro quanto às questões de defesa nacional – e a evolução de seu pensamento nesta matéria –, o papel do Estado Maior das Forças Armadas e a criação do Ministério da Defesa. A Política de Defesa Nacional é abordada em seus dois documentos, bem como a atuação dessa política na Sistemática de Planejamento Estratégico.

O segundo capítulo trata da teoria adotada para esta pesquisa e se organiza em duas partes principais. Na primeira, discorre-se sobre a concepção tridimensional do discurso como um dos aspectos da Teoria Social do Discurso (Fairclough, 1992 e 2001), apresenta-se o conceito de

discurso, texto, prática discursiva e prática social, ordem do discurso e gêneros textuais, discorrendo-se também sobre poder, ideologia e hegemonia, (Foucault 1979, 1997; Althusser 1985; Thompson 1995; Fairclough 2001, Gramsci 1988). Encerra-se esta parte com a exposição de um conceito mais amplo sobre práticas sociais, segundo Chouliaraki & Fairclough (1999). Na segunda parte são feitas considerações sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC), destacando sua importância na modernidade tardia. Aborda-se, por fim, a relação da ADC com a Linguística Sistêmico Funcional (Halliday, 1994), cujos fundamentos básicos serão apresentados.

O capítulo 3 apresenta o arcabouço da Análise de Discurso Crítica (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003), que é a metodologia adotada nesta pesquisa para o exame do *corpus*. Trata a seguir do percurso para a construção do *corpus*, a seleção das categorias utilizadas e a construção dos dados.

O quarto capítulo tem por finalidade analisar o discurso contido nos itens selecionados do *corpus*, observando as construções lingüísticas e como se apresentam as relações entre prática discursiva e outros momentos da prática social – particularmente as manifestações de poder e ideologia. Para concluir, os significados acional, representacional e identificacional (Fairclough, 2003) são apresentados.

No capítulo final, algumas considerações são expostas como resultado da pesquisa desenvolvida. Entre elas destaco: a promoção pelo discurso de um maior envolvimento da sociedade civil quanto à defesa nacional; a reafirmação do poder do Estado na manutenção da segurança e defesa; a valorização da diplomacia nos temas relativos a questões de defesa, a importância da força militar e o reposicionamento do papel das Forças Armadas. Este trabalho finaliza com a bibliografia utilizada para esta pesquisa, seguida de um anexo que traz na íntegra os textos da Política de Defesa Nacional de 1996 e 2005.

1. A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL

1.1 Contexto histórico

Uma análise sobre o discurso da Defesa Nacional do Brasil passa obrigatoriamente por etapas onde se inserem fenômenos culturais, sociais e políticos, observados e compreendidos pelo viés de sua história. Por meio desse recorte, temos como estabelecer uma reflexão sobre nós mesmos, na condição de sujeitos imersos nos paradigmas da história, permitindo-nos um repensar sobre nossa própria condição neste processo.

As mudanças em curso afetam conjuntos de espaços sociais que atuam em nossa própria existência. “Não somente o objeto da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o *sujeito*, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista” (Löwy, 1987:64). Comprometidos neste singular instante de nossa(s) própria(s) história(s), ocupamos espaços nunca antes vivenciados, mas que acabam sendo a base para um futuro de (in)certezas, principalmente por inaugurar um instante em que nossos valores simbólicos sofrem uma ruptura em sua forma e conteúdos, tornando-se questionáveis, em face de uma conjuntura marcada principalmente pela imprevisibilidade.

Os fenômenos históricos e políticos internacionais apresentaram um conjunto de transformações, durante os anos 80-90, que estabeleceram novos paradigmas concernentes à questão de defesa do Estado. Após a desconstrução da bipolaridade EUA X URSS, o mundo se depara com um momento caracterizado por instabilidades e incertezas. Neste período pós Guerra Fria, “a existência de acordos, mecanismos de cooperação e entendimentos de diversos tipos entre os diversos Estados não pode e não deve ser tomada como materialidade de uma ordem jurídica internacional” (Proença Jr., 1998:23).

As mudanças ocorridas na teoria das relações internacionais estão diretamente ligadas à dinâmica da história. Com o fim da Segunda Guerra, há uma ampla recepção à **teoria realista** (vertente teórica dos estudos das relações internacionais), que acredita ser a cooperação internacional um fato de natureza negativa, projetando o Estado independente como ator que visa somente aos interesses de se auto-resguardar e estabelecer um máximo de espectro de influência sobre outros Estados (Tarino, 2002:48).

Durante os anos 80, ocorrem movimentos de ampliação de conflitos no sistema internacional. Este período final da Guerra Fria estabelece novos paradigmas de confronto, tais como o projeto **Guerra nas Estrelas**, o que vem a reforçar o caráter vulnerável em que se encontrava a Europa ante a possibilidade de um ataque nuclear. Após a ruptura do Estado soviético e da queda do muro de Berlim, os anos 90 se caracterizam por dar início a um cenário internacional político-militar marcado pela concentração “de poder no centro do sistema e pela instabilidade da periferia, crescentes tensões econômico-político-sociais e o surgimento de crises de toda natureza” (Guimarães, 2004:40).

O período compreendido entre o final do século XX e o início do século XXI, referente à proposta desta pesquisa, dá continuidade à série de fatores que delineiam o novo momento político e de reajuste na relação entre os Estados. Os efeitos da globalização e o novo posicionamento dos Estados Unidos como ator que, nos planos econômico, político, científico e estratégico militar, apresenta-se de maneira suprema em comparação ao restante do mundo, estabelecem os diferenciais de maior relevância neste momento, redefinindo a agenda globalizante inaugurada a partir do 11 de setembro de 2001.

1.1.1 Pós-modernidade: reordenamento global das estruturas sociais

Após o fim da Guerra Fria, o mundo ainda não se apresenta como um território pacífico, sendo o confronto Leste–Oeste substituído por outros modelos de ameaças e conflitos. A globalização representa um novo ciclo histórico de ampliação do capitalismo e, na condição de um sistema de cunho universalista, direciona-se no sentido de promover uma nova estrutura na configuração das empresas e na organização das relações de trabalho, com profundas implicações no âmbito internacional. Politicamente, o neoliberalismo estabeleceu-se internacionalmente; as transformações culturais relacionam-se a novos modelos econômicos e o avanço da tecnologia da informação – principalmente a mídia – inaugura novas formas de experiência e conhecimento (Chouliaraki e Fairclough, 1999:3).

Esta ‘modernidade’ ou ‘mundo industrializado’ refere-se não somente à dimensão institucional baseada no industrialismo, mas às relações sociais que estão implicadas no “uso generalizado do maquinário nos meio de produção” (Giddens, 2002:21). A política de protecionismo dos Estados Unidos, com sua posição de destaque no cenário da economia global,

torna o processo de globalização e de relação entre mercados um fato marcado pela injustiça social e pela desigualdade, reforçando uma assimetria econômica dentro de um contexto que deveria ser norteado – segundo o valor semântico do termo “globalização” – como o de um momento de abertura e integração mais favorável e igualitária dos mercados. Inauguram também uma estratégia de segurança nacional, baseada no internacionalismo americano, com o fim de ajudar “na construção de um mundo não apenas mais seguro, mas melhor” (Bush, 2002/2003:82).

O mundo se encontra ante a situações de imprevisibilidade, em uma reacomodação de forças que apresenta aspectos bem definidos, delineando um quadro dos mecanismos políticos e militares internacionais. Alguns relevantes aspectos, para se evidenciar a globalização e suas mudanças, são os avanços tecnológicos, a unipolaridade no campo militar, a formação de blocos econômicos e o rearranjo competitivo do mercado mundial. Diante destas novas tendências e características globais, os Estados em desenvolvimento são levados a redirecionar suas políticas e formas de relacionamento internacional, em uma tentativa de melhor adequação a este novo momento.

Durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil procura expandir sua área de influência, contribuindo para a construção de fóruns nos quais sejam discutidos temas ligados à tentativa em contrabalançar o poder das grandes potências associadas ao G7 (Oliveira 2000:283). É um momento em que o capital internacional se introduz nas várias ações da gestão governamental, e qualquer medida vinda de encontro aos interesses externos poderia resultar em uma súbita retirada de capitais, com reflexos desastrosos para o sistema financeiro do Brasil.

Segundo Amorim (2004), o governo do presidente Lula pretende o fortalecimento das relações multilaterais, em um processo democrático e em nível mundial, que transitaria pelo Conselho de Segurança da ONU até o G-8. As relações regionais apresentam como aspecto de relevância a interação bilateral com a Argentina e refletem o interesse em transformar o Mercosul (que também inclui o Paraguai, Uruguai e Venezuela) em um fomentador na construção de um futuro que compartilhe de interesses comuns. As negociações com a Comunidade Andina e o bom relacionamento com a Guiana e o Suriname vislumbram a possibilidade do surgimento de uma comunidade sul-americana de nações, tornando-se a América do Sul uma região prioritária para a atuação deste governo.

No campo externo, várias foram as iniciativas políticas e diplomáticas para a solução da crise iraquiana, mantendo o governo contatos com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e com membros do Conselho de Segurança.

1.1.2 Um mundo a mercê de novos desafios

Diante do quadro mundial de incertezas, algumas ameaças no cenário internacional já se consolidaram e podem ser consideradas como fatos concretos. A ameaça do terrorismo, o incremento do tráfico de drogas – aliado ao crime organizado –, e as agressões ao meio ambiente são matérias de um mundo condicionado à globalização que, se de um lado ampliou de modo significativo a atuação do capitalismo, também lançou grande parte da humanidade em condições de desigualdade social e extrema pobreza.

Consolida-se a implementação da nova doutrina norte-americana (National Security Strategy) – também denominada “guerra preventiva” –, que se caracteriza pela militarização da política externa dos Estados Unidos. A doutrina desta estratégia de segurança nacional norte-americana se destaca por ser o primeiro instrumento de política exterior em lugar de ser o último recurso (Martins, 2003). Segundo ainda esse autor, a Nova Ordem americana se consolida com a ascensão de Bush ao poder, colocando os atentados de 11 de Setembro como pano de fundo para a efetivação de uma política de Estado já anteriormente planejada.

O mundo testemunhou os atentados terroristas nos Estados Unidos (setembro de 2001), em Madri (março de 2004) e em Londres (julho de 2005). A possibilidade do uso de armas nucleares ou biológicas pelos movimentos terroristas é ameaça presente no cenário da segurança mundial, e os prognósticos das conseqüências são tidos como catastróficos. O mundo se encontra ante a desafios complexos e de amplas repercussões, o que exige de cada Estado uma postura clara em relação às questões de defesa e à segurança nacional, bem como uma redefinição de seus posicionamentos estratégicos.

1.2 O conceito de segurança e defesa do Estado

Considera-se segurança, segundo Proença Jr. (1998:55), “um estado desejável, uma situação que permite aos cidadãos e às autoridades o estabelecimento de laços estáveis”, sendo a

defesa considerada como as ações militares que se voltam para a garantia do estado de segurança. Assim, uma política de segurança apresenta duas dimensões: uma de natureza externa – comprometida com as questões de defesa – e outra que se volta internamente para o país, como meio de assegurar a utilização da força do Estado em seu próprio território. Qualquer discussão sobre defesa conduz a uma reavaliação do valor estratégico, comprometido com as variações conjunturais de inúmeras naturezas – políticas, econômicas, sociais, científicas, etc.

O conceito sobre segurança se apresenta por meio de três vertentes: tradicionalista, abrangente e perspectiva crítica (Tarino, 2002:50), que serão explicitadas no item 1.2.1 a seguir. Tais conceitos provêm de debates sobre a segurança internacional que, por meio de uma abordagem histórica, eram tratados sob a **perspectiva realista**. Esta concepção de segurança volta-se para o tipo de ação política em que os Estados ameaçam uns aos outros, em um desafio à condição de soberania do outro, com o fim de o Estado mais forte impor seus desígnios. Por estar comprometida com o curso dos tempos, a noção de segurança tem sido submetida a transformações, não se mantendo como algo coerente e regular.

Não existe uma forma de segurança nacional ou internacional, mas “a segurança nacional, ou seja, a segurança do Estado é a denominação de um debate em curso, uma tradição, uma estabilização de práticas” (Weaver, 1994). O debate sobre a natureza e o significado do termo ‘segurança’ tornou-se o foco de controvérsias. Quando posto em estudo, trata-se o conceito de ‘segurança’ como o resultado de um processo social específico: a construção social dos temas de segurança – aquilo ou o que está sendo assegurado – é analisado pelos exames dos ‘atos de fala securitizados’. A segurança vista como um ato de fala prevê uma ampla expansão de sua agenda. Assim, com a ajuda da linguagem, pode-se considerar ‘segurança’ como um ato discursivo (Williams, 2003:513).

1.2.1 A Escola de Copenhague e o conceito de Securitização

O início dos anos 80 inaugura um novo momento nos estudos e compreensão sobre segurança internacional, a partir da apresentação de novas propostas teóricas. A **teoria realista** não se mostra mais produtora ante as questões sobre o término da Guerra Fria. Também neste tempo surge nos centros acadêmicos europeus um movimento ligado aos estudos para a paz, com

reflexos na ordem internacional, que procura fomentar a idéia de um ambiente pacífico, com a ausência de uma abordagem nacionalista para a discussão dos aspectos de segurança.

Desses estudos surgem as vertentes: *tradicionalista* (ligada estritamente à teoria realista, direciona o debate a questões militares, e tem o Estado como ponto central de reflexão); *abrangente* (incorporando as ameaças militares a temas da área política, econômica, ambiental e societal); *crítica* (visa à emancipação humana, salientando itens como liberdade e igualdade).

A Escola de Copenhagen se atém ao desenvolvimento de uma série de conceitos e a construir um panorama analítico internacional, tomando por base a Teoria Abrangente, que integra aos valores empíricos considerações teóricas, vinculando-as ao estudo da paz e direcionadas para as questões de segurança na Europa.

O conceito de **securitização** foi constituído a partir do estabelecimento de uma ameaça real com possibilidades suficientes de promover efeitos políticos. Além disso, a securitização não se apresenta pelo simples aparecimento de ameaças, mas pela existência de ameaças reais que fazem ser legítima a quebra de regras. Sua manifestação prática se dá como resultado de um incremento da politização.

‘Politização’ tem por significado a ação de fazer com que determinado tema pareça ser ‘aberto’, uma questão de escolha, mas que abarque em si responsabilidades, ao contrário de temas que apresentem aspecto próprio (leis da natureza) ou que não devam ser inseridos em um controle político (economia informal, vida privada). A securitização internacional, por outro lado, caracteriza-se por assuntos urgentes e de tal relevância que não se submete a simples decisões políticas, sendo negociada com a orientação de atores políticos do alto escalão do Estado.

O meio de se analisar a natureza da securitização é observar seu discurso e suas implicações políticas. A emissão de certo argumento, construído em determinada base retórica e semântica, pode realizar o efeito de fazer com que grupos sociais abandonem regras que deveriam ser observadas e atendidas.

Com atuação por meio de uma base discursiva, a securitização possui uma maneira específica de atuação, o que na prática limita a ilimitada natureza teórica da segurança (William, 2003:513). O mecanismo da securitização pode ter seu uso aplicado quando da prevenção e limitação envolvidas nas questões políticas. É sempre uma decisão política optar pela securitização ou a aceitabilidade dessa ação.

Segundo Buzan (1998:21-23), pode-se apontar a definição dos seguintes setores onde podem ser analisadas as questões de segurança e de securitização:

Militar: não há relação entre ações militares e o sucesso do processo de securitização. Outras variáveis – geográficas, históricas, políticas – são fundamentais para esse processo, além do aparato tecnológico que os armamentos militares possam vir a apresentar.

Político: esta área tem por fim tratar da desestabilização do Estado. Tais ameaças se classificam como estruturais (conflitos ideológicos como comunismo, capitalismo, democracia, etc.) e intencionais (recusa a existência do Estado ou governo).

Social: as ameaças existem quando entidades construídas com base em uma identidade coletiva encontram-se em perigo. Assim, em Estados fragilizados é maior algum tipo de desarmonia com grupos marcados por marcas identitárias bem definidas e atuantes.

Econômico: adverte-se para o perigo quando algum setor do Estado limita sua atuação ao setor econômico, bem como a possibilidade de ameaça externa da economia sobre os setores estatais.

Ambiental: apesar de a evolução humana ser condicionada pelo ambiente, esse também está condicionado. As ameaças ao meio ambiente não são vistas dentro de um aspecto internacional, além de haver incertezas sobre os resultados produzidos por esse fator.

Contudo, o processo de securitização pode facilmente se comprometer com outros setores além dos acima expostos. No caso da invasão do Iraque, em 2003, a questão das armas de destruição em massa pode ter sido uma das causas securitizadas envolvidas no setor político militar. Mas a guerra também foi motivada por outra questão: os direitos humanos, no Iraque de Saddam Hussein, foram mencionados como uma questão alvo de um processo de securitização.

1.3 A Política de Estado brasileiro em matéria de Defesa Nacional

O Brasil, apesar de não contar com ameaças junto a seus vizinhos no Cone Sul, apresenta uma complexa e diversificada posição geoestratégica, diferenças regionais significativas e a região norte como a nova área de possíveis conflitos. A questão da Amazônia se torna preocupante pela extensa área com baixo índice de desenvolvimento, apresentando possibilidade

de riqueza material de valor inquestionável, sendo a água um de seus bens de valor econômico mais precioso.

Este novo quadro de desafios, aliado ao processo de globalização, condiciona ao estabelecimento de novas diretrizes estratégicas do governo federal brasileiro nos campos da estabilidade financeira, abertura do mercado nacional, tratamento prioritário das questões sociais e desenvolvimento do regime democrático, induzindo à formação de um Estado-indutor de políticas, com capacidade de desenvolvimento em áreas sociais prioritárias (Oliveira, 2002:283).

A legislação relativa aos aspectos de segurança e defesa apresentava como principal norma, durante o contexto da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional que, criada no interior da Escola Superior de Guerra, agiu de forma a deter o movimento expansionista do comunismo no Brasil. Segundo Proença Jr. (1998:28), as propostas da Doutrina de Segurança Nacional se mostram hoje “incompatíveis com uma sociedade democrática e insuficientes para a discussão substantiva da política de defesa nacional”, e a consolidação de um projeto de Estado, no que se refere à estratégia governamental de defesa, deve se apresentar de modo objetivo e transparente, voltando-se para aquilo que de fato o Brasil persegue em matéria de defesa.

No advento do 11 de setembro de 2001, o Brasil manifesta sua solidariedade ao povo norte-americano, repudiando os atos terroristas. Na visão do Estado brasileiro, a luta contra o terrorismo deve assumir características universais sem se embater com as diversidades religiosas, culturais, políticas, étnicas, entre outras, assim como com os valores da democracia. Apesar de engajado no combate ao terror, o Brasil discorda de que ações bélicas sejam ampliadas para outras regiões que não o Afeganistão, país onde a rede terrorista Al-Qaeda assumiu o poder de Estado (Oliveira, 2002:289).

Neste cenário é importante ressaltar outros dois aspectos: a atuação do Brasil na criação do Tribunal Penal Internacional, entendendo que, na tentativa de coibir atos como genocídio, tortura, terrorismo, o julgamento por uma corte internacional reafirmaria a competência dessa Instituição. O segundo aspecto versa sobre a postura brasileira ao afirmar a necessidade de uma renovação e valorização da ONU, destacando a possibilidade de ampliação dos membros permanentes de seu Conselho de Segurança.

O Brasil decide aderir ao Tratado de Não Proliferação (TNP) em julho de 1998, como forma de ampliar sua capacidade de atuação em temas relativos aos interesses nacionais. Apesar de já tomar parte do Tratado de Tlateloco, que cria uma Zona Livre de Armas Nucleares na

América Latina e Caribe, o Brasil era visto como país de desenvolvimento da tecnologia nuclear. Os exemplos mais conhecidos são a fábrica de enriquecimento de urânio, em Resende, e o projeto do submarino nuclear desenvolvido pela Marinha.

1.3.1 A evolução do pensamento de defesa no Brasil

A finalidade desta seção é apresentar, de maneira sucinta, os principais marcos nas mudanças do pensamento sobre segurança e defesa nacional, com o fim de compreender que uma política de defesa, como uma prática social, estará sempre em processo de mudança na medida em que o contexto social assim o exigir.

A Constituição de 1824 impunha aos cidadãos brasileiros a defesa da integridade do Império e a sustentação da Independência, retratando o ideal da Revolução Francesa *levée en masse*. Aos cidadãos incumbia pegar em armas para a defesa do Estado, e a segurança dele “contra inimigos externos e internos (...) compete à força armada, se, quando, onde e como o Poder Executivo determinar” (Ferreira, 1988:54). Segundo este autor, em 1891 a defesa da Pátria no exterior e sua manutenção no interior era a incumbência das Forças Armadas. A partir de 1889, com a proclamação da República, teve início uma significativa mudança na relação entre as Forças Armadas com o Estado brasileiro e a sociedade. Em 1930, após a dissidência tenentista e a consolidação da hierarquia nos quartéis, resumem-se como funções da força militar a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da ordem e da lei.

A defesa do Estado e a Segurança Pública, na Constituição de 1934, são coordenadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional, sendo que a guerra era dirigida pelo presidente da República, na condição de chefe supremo das forças militares da União. Ao poder Legislativo cabe “autorizar a guerra e a intervenção nos Estados, a aprovação e a suspensão do estado de sítio” (Oliveira, 2005:62-63). Das constituições subsequentes podem ser destacadas as seguintes matérias quanto à segurança e defesa nacional: 1937, “Da Segurança Nacional; Da Defesa do Estado”; 1967, “Da Segurança Nacional”; 1988, “Conselho de Defesa Nacional”.

A Doutrina de Segurança Nacional, produzida pela Escola Superior de Guerra, a partir da década de 1950, foi, segundo Miyamoto (2000:442), “a base na qual a política brasileira encontrou abrigo e se apropriou durante o regime militar de maneira genérica”. Durante os anos de 1964 a 1985, o binômio *segurança e desenvolvimento* perpassou pelas políticas públicas de

natureza externa, interna e militar de todos os governos compreendidos neste período, revelando a Doutrina então vigente como fundamentalmente anticomunista. Este modelo se identificava com as concepções norte-americanas de segurança hemisférica e defesa continental, o que levou os governantes deste momento a considerar a inexistência de uma política brasileira própria na área de segurança. Apesar de o Brasil ser um “aliado incondicional dos Estados Unidos quando o assunto se referia à confrontação bipolar” (Miyamoto, 2000:436), esta situação não impedia que, se necessário, houvesse uma discordância do governo quanto ao pensamento de Washington a respeito da América do Sul.

Ao acompanhar as mudanças de um regime militar para um governo civil, os anos 80 e 90 apresentam um novo panorama e direcionamento para as questões de defesa e segurança nacional. Como resultado desta transição, as regiões Sul e Sudeste não mais se apresentam como áreas prioritárias em matérias dessa natureza, sendo que a Amazônia – na conservação de seu patrimônio ambiental – e o Atlântico Sul – por se apresentar como um corredor de transportes com o comércio exterior – tornam-se focos centrais para a elaboração de uma política de defesa. No plano, a dificuldade da Colômbia e Peru em controlar o tráfico de drogas e os movimentos guerrilheiros, exige do Brasil um repensar sobre as questões de fronteira. Como forma de atuação conjunta de várias instâncias federais, o projeto Calha Norte se apresenta como uma forma de ocupação e de salvaguarda da região amazônica.

Diante deste novo quadro, a Doutrina de Segurança Nacional se revela incompatível “com uma sociedade democrática” e insuficiente para a discussão substantiva da política de defesa nacional (Proença Jr., 1998:28), “já que suas formulações e entendimentos sobrevivem de maneira institucionalizada e acrítica nas discussões sobre assuntos de segurança e defesa no Brasil” (*idem*, 38). Sendo a Defesa Nacional uma “questão de Estado para a qual é necessário o suporte político da sociedade” (Oliveira, 2005:53), ainda que esta política seja prerrogativa do Executivo, a discussão atual de questões relativas à segurança e defesa nacional não mais se atém aos ditames da Escola Superior de Guerra, mas torna-se tema de discussão ampla e democrática entre amplas vertentes sociais.

1.3.2 O Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)

Como órgão superior de coordenação das Forças Armadas, o EMFA foi o primeiro órgão do Estado brasileiro de coordenação das Forças Armadas, com o fim de realizar ações combinadas e tornar efetivas as ligações entre os estados-maiores das forças singulares (Banha, 1987:11). O advento da Segunda Guerra Mundial mostrou que havia não somente a necessidade de integração da Forças Armadas como também a existência de um órgão com capacidade de coordená-las, sendo que a criação de Ministérios da Defesa ou estados-maiores combinados tornou-se algo comum após este conflito.

Em 18 de outubro de 1946, o Estado-Maior Geral iniciou suas atividades no Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e, após dois anos de criação, a Lei 600-A, de 24 de dezembro de 1948, muda sua denominação para EMFA e assume, a partir do Decreto nº 64.775 – de 3 de julho de 1969 –, a posição de “órgão de assessoramento imediato do Comandante das Forças Armadas, inclusive em assuntos que extrapolassem as forças singulares” (Banha, 1987:14), atingindo, subseqüentemente, a condição de um Estado-Maior Combinado, responsável pela formulação da Política Militar, pelo estabelecimento da Doutrina Militar, “ coordenar as informações estratégicas e orientar o preparo da Mobilização”. Banha considera o EMFA “o ministério das Forças Armadas” (*idem*, p. 26).

Apresento, neste excerto, pequenos trechos de pronunciamentos de alguns dos chefes que dirigiram aquela instituição. A finalidade é a de apresentar o pensamento militar vigente em períodos históricos do EMFA, com o fim de se ter um panorama dos temas relevantes para cada um desses instantes. Assim, fiz a opção por três períodos que focam (i) o surgimento do EMFA; (ii) a instituição no auge do poder durante o regime militar e (iii) o período próximo ao que antecede o término de suas atividades.

1º período¹: 02 de setembro de 1946 a 29 de janeiro de 1951, General-de-Exército Salvador Cesar Obino: “(...) Não há mais possibilidade de se manterem isolados, em compartimentos estanques, os três ramos das Forças Armadas. (...) A coesão é a única escola de força, tanto para manter a paz como para fazer frente às eventualidades de uma luta armada.”

¹ História do Estado-Maior das Forças Armadas. Brasília: EMFA, p. 54

2º período²: 12 de abril de 1966 a 05 de abril de 1968, Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley: “A participação ampla das Forças Armadas brasileiras em atividades de desenvolvimento econômico e social e na integração do País é notória: a Marinha, o Exército e a Aeronáutica nunca se contentaram em atender às suas tarefas exclusivamente militares.”

3º período³: 15 de setembro de 1986 a 15 de setembro de 1987, General-de-Exército Paulo Campos Paiva: “... se a criação do Ministério da Defesa constituísse, realmente solução para os problemas militares (...), as Forças Armadas seriam a favor da medida. Mesmo sendo um “Ministério da Defesa” – cuja criação, como ficou evidenciado, é inócua e inconsistente – o EMFA constitui, sem dúvida, a alternativa brasileira para a integração, coesão, cooperação e coordenação entre as Forças Armadas.”

Após os anos que se seguiram à Constituinte, várias foram as argumentações contrárias à criação do Ministério da Defesa. Segundo Oliveira (2005:140), o documento “Estudos preliminares” do EMFA apresenta, entre outras, as seguintes contestações sobre o tema: (i) a alteração na estrutura de Defesa é desnecessária, pois as Forças Armadas estão cumprindo bem a sua missão constitucional; (ii) haverá perda de poder político para as forças singulares, com a extinção dos cargos de ministros militares; (iii) o que está em jogo é a ‘luta pelo poder’ e não os legítimos interesses das Forças Armadas; (iv) nomeação de um civil como ministro da Defesa revela uma preocupação desnecessária com o controle civil da Forças Armadas, função essa já exercida no Brasil pelo presidente da República.

O general Benedito Onofre Bezerra Leonel, último ministro-chefe do EMFA, defende que “a criação do Ministério da Defesa resulta da vontade política do presidente da República, não de pressões ou convicções militares”.⁴ Em 03 de setembro de 1997, são apresentados os estudos desenvolvidos pelo EMFA no sentido da criação do Ministério da Defesa que, segundo Oliveira (*op. cit.*, p. 147), “deverá promover a racionalização do preparo e emprego da Forças Armadas, não de forma abrupta, para não provocar traumas e eventuais resistências, mas por meio de um processo de transição.” Em 09 de junho de 1999, o presidente Fernando Henrique Cardoso edita Lei Complementar nº 97/99, aprovada pelo Congresso, que, entre outras medidas, transforma os antigos Ministérios Militares nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Em

² *Ibidem*, p.112

³ *Ibidem*, p. 155

⁴ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *op. cit.*, p. 146

medida concomitante, edita a Medida Provisória nº 1.799-6/99 que, entre outros atos, extingue o Estado-Maior das Forças Armadas

1.3.3 A criação do Ministério da Defesa

Criado em decorrência também dessa Medida Provisória, complementada pela Medida Provisória nº 2.132-32, de 02 de maio de 2001 e pelo Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000, o Ministério da Defesa tem por fim propiciar um direcionamento unificado tanto no aspecto administrativo quanto no planejamento estratégico das Forças o que resultou, entre outras medidas, na extinção do Estado Maior das Forças Armadas e considerou desde então os ministérios militares como comandos militares. O ministro da Defesa passa a tomar parte do Conselho de Defesa Nacional, bem como os comandantes das Forças Armadas (Oliveira, 2002:182-183).

Segundo a lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, os assuntos que constituem áreas de competência do Ministério da Defesa são os seguintes:

- a) política de defesa nacional;
- b) política e estratégia militares;
- c) doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas;
- d) projetos especiais de interesse da defesa nacional;
- e) inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa;
- f) operações militares das Forças Armadas;
- g) relacionamento internacional das Forças Armadas;
- h) orçamento de defesa;
- i) legislação militar;
- j) política de mobilização nacional;
- l) política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas;
- m) política de comunicação social nas Forças Armadas;
- n) política de remuneração dos militares e pensionistas;
- o) política nacional de exportação de material de emprego militar, bem como fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, produção e exportação em áreas de interesse da defesa e controle da exportação de material bélico de natureza convencional;
- p) atuação das Forças Armadas, quando couber, na garantia da lei e da ordem, visando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como sua cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e ao apoio ao combate a delitos transfronteiriços e ambientais;
- q) logística militar;
- r) serviço militar;
- s) assistência à saúde, social e religiosa das Forças Armadas;

- t) constituição, organização, efetivos, adestramento e aprestamento das forças navais, terrestres e aéreas;
- u) política marítima nacional;
- v) segurança da navegação aérea e do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar;
- x) política aeronáutica nacional e atuação na política nacional de desenvolvimento das atividades aeroespaciais;
- z) infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária.

1.3.4 Debates sobre a Defesa Nacional

Por iniciativa do Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, iniciou-se em setembro de 2003 um ciclo de palestras na cidade de Itaipava, Rio de Janeiro, que se voltou para discutir o pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança, com o fim de estimular e atualizar o estudo nesta área do conhecimento por meio de vários segmentos da sociedade. Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “deixamos para trás a ilusão de que decisões tomadas em gabinetes isolados da voz plural da sociedade seriam a melhor forma de decidir os rumos a seguir.”⁵ O Ministro da Defesa na ocasião, José Viegas Filho, comenta que este é um momento do diálogo da sociedade em seu conjunto. Os temas principais neste encontro foram: (i) Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil; (ii) O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança; (iii) as Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País; (iv) Desafios na atuação das Forças Armadas.

Outra iniciativa para a discussão sobre Defesa Nacional se deu na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, em 20 e 21 de agosto de 2002. O seminário foi intitulado “Política de Defesa para o Século XXI”, e os temas ali tratados foram: (i) A política de defesa para o século XXI e a missão constitucional das Forças Armadas; (ii) Idéias para uma Concepção Estratégica: A Defesa Nacional e o Projeto Nacional; (iii) Ordem Mundial, Relações Externas e Poder Militar; (iv) Estrutura Militar e imperativos de Segurança Nacional; (v) O Papel das Forças Armadas na Sociedade Brasileira; (vi) A Centralidade da Questão

⁵ Uma Estratégia Militar para o Brasil. In: **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil** / organizadores: J.R. de Almeida Pinto, A. J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva. – Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. Prefácio.

Nacional e a Defesa Nacional; (vii) Educação, Formação, Cultura Militar e Sociedade; e (viii) A Segurança das Fronteiras e o Contexto Sul-Americano: controle interno e boa vizinhança.

1.4 A Política de Defesa Nacional do Brasil

A Política de Defesa Nacional é, segundo o SPEM⁶ (Sistema do Planejamento Estratégico Militar)

uma política de Estado que estabelece uma postura nacional frente às ameaças externas e com ênfase nas ações de caráter militar. Trata-se de documento de nível nacional, elaborado pelo mais alto escalão governamental e aprovado pelo Presidente da República. As suas alterações podem decorrer das variações sensíveis dos aspectos conjunturais, de alterações da visão política dos governantes ou da própria estatura político-estratégica brasileira. (SPEM, item 3.2) www.md.gov.br

Uma política de defesa caracteriza-se por sua natureza política. É vista assim como o resultado de um jogo de interesses de forças políticas e, como qualquer instrumento político, possui caráter provisório e objetivos mutáveis, considerando a força e os interesses políticos que predominam (Proença Jr., 1998:37). O que diferencia a política de defesa de outras políticas de Estado é sua diretriz voltada para a produção da paz em nível aceitável, além de fazer uso das Forças Armadas como instrumento.

A segurança e a defesa são os principais temas abordados no texto da PDN. Segurança se entende como “um estado desejável, uma situação que permita aos cidadãos e sociedade o estabelecimento de laços estáveis (...) dá-se o nome de defesa ao conjunto de ações militares visando garantir o estado de segurança” (*idem*, p.55).

Diversos textos apresentam seus traços no corpo textual da PDN. Tomando como exemplo o texto da Constituição Federal, que ocupa posição primeira na hierarquia entre as leis do Brasil, podem-se destacar os temas relativos à defesa e à segurança nacional nos seguintes artigos:

a) art. 5º, VII, XLIV, LXI, dispondo sobre os “Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”;

⁶ A definição e propostas deste sistema de planejamento serão apresentadas no final deste capítulo.

- b) art. 12, §3º, VI; art. 14, §8º, §9º e art. 17, §4º, dispendo respectivamente sobre direitos e garantias individuais referentes à nacionalidade, aos direitos políticos e aos partidos políticos;
- c) art. 142 e 143, que se referem à defesa do Estado e das instituições democráticas.

1.4.1 Política de Defesa Nacional de 1996

A Política de Defesa Nacional (PDN), documento editado em 1996, apresenta-se como uma fase nova nas relações entre civis e militares, definindo novos parâmetros de atuação do Estado em matéria de segurança e defesa. O grupo idealizador dessa PDN⁷ seguiu certas orientações que se apresentam como marcas do Estado brasileiro, a saber: o interesse na preservação dos interesses nacionais e regionais; a ausência de ameaça de um conflito mundial; a não sintonia entre a potência militar unipolar (Estados Unidos) e as economicamente multipolares (Japão e Alemanha); a consolidação do Brasil como *global trader* (Oliveira, 2002:341). Contudo, a trajetória de elaboração da PDN 1996 não se deu por meio de um debate com a sociedade. A preocupação de se ampliar essa discussão, a fim de consolidar um documento que reserve uma visão detalhada e mais aberta dos assuntos relativos à defesa, torna-se a diretriz de segmentos do governo. O ministro Geraldo Quintão, Ministro da Defesa na época, torna público no jornal Folha de São Paulo, em 10 de junho de 2001, que sua gestão será orientada para a enunciação de uma Política de Defesa integral, seguindo orientações do governo e dotando uma ampla visão de futuro na questão de defesa nacional (Brigagão, 2002:59).

A política de Defesa Nacional, editada em 1996, está dividida em cinco partes: 1. Introdução; 2. O Quadro Internacional; 3. Objetivos; 4. Orientação Estratégica; 5. Diretrizes. A seguir serão apresentadas as idéias centrais que compõem cada um destes itens.

Introdução

O desenvolvimento de modalidades próprias, criativas e flexíveis de pensamento estratégico, que resulte em um referencial utilizado para ações subseqüentes, é o que se espera no atendimento das necessidades de defesa do País, por meio de uma política que se origine do alto

⁷ Segundo Oliveira (*op. cit.*, p. 341), o general Alberto Cardoso – na época ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – foi o principal responsável pela elaboração desta política.

escalão do Estado e que reflita as expectativas da sociedade ante as transformações, desafios e oportunidades ocorridos no contexto interno, regional e global.

A Política de Defesa Nacional está voltada para ameaças externas e tem por objetivo a defesa da Nação, orientação no preparo e emprego da capacitação nacional, em todos os níveis do poder, contando com a participação civil e militar. Fundamenta-se nos princípios constitucionais da solução pacífica de controvérsias, fortalecimento da paz e segurança internacional.

Diante da diversificação do quadro geográfico brasileiro, torna-se necessária a demanda por uma política de defesa de natureza geral, que integre e atenda às várias especificidades do país, tarefa essa que se coaduna com a complexidade de se produzir ações de Estado que considerem, em profundidade, os aspectos geoestratégicos.

Um modelo de desenvolvimento, voltado para a democracia, igualdade social e equilíbrio regional, é requerido para a implantação de uma política de defesa sustentável, que se volte gradualmente para renovar sua capacidade de autoproteção, devendo resultar disso a compatibilização do que seja prioritário para o campo político, social, econômico e militar, com o que a diplomacia e a defesa necessitam, adequando os projetos de defesa à disponibilidade de recursos aprovados pelo Congresso Nacional, com o possível envolvimento de setores da sociedade.

O Quadro Internacional

O contexto histórico atual, caracterizado pelo término do embate ideológico Leste-Oeste, se caracteriza como um momento de indefinições, instabilidades e a ausência na previsibilidade de possíveis alianças constituídas entre os centros de poder internacionais, tornando uma tarefa de natureza complexa a definição de parâmetros estratégicos de Estado, mesmo atestando a baixa probabilidade de um conflito nuclear.

Os conflitos atuais se caracterizam por aspectos étnicos, religiosos e nacionalistas, além da incidência no processo de fragmentação encontrado em vários países, reforçando assim a necessidade de parâmetros e alicerces do Estado tais como soberania, identidade e autodeterminação, induzindo o País a construir um modelo de pensamento e inserção estratégica que responda às suas prioridades em matéria de defesa.

Não se pode conceber um Estado de projeção internacional, como é o Brasil, que venha a abdicar de uma força própria para sua defesa, reforçado pelo quadro de incertezas que caracteriza o contexto mundial. Mesmo inserido na América do Sul, considerada a região mais desmilitarizada do planeta, importa ao Brasil examinar e atentar para as perspectivas estratégicas geradas nesta região – detentora de um painel geográfico distinto e complexo – numa tentativa de levar adiante a harmonização de seus interesses.

A estratégia de integração regional tem sido um dos alvos do Brasil entre os países sul-americanos, reforçando a credibilidade internacional brasileira. Isso resulta na ampliação da zona de influência do país, chegando a atingir o continente africano, principalmente os países de língua portuguesa e os banhados pelo Atlântico Sul, delimitando neste entorno estratégico uma extensa área isenta de conflitos, ou que os possa administrar de maneira tolerável.

Questões internacionais podem impelir o Brasil a se engajar em conflitos geradores de ameaças ao patrimônio ou interesses da Nação. No âmbito do entorno regional, prevalecem focos de instabilidade que podem vir de encontro aos desígnios da nação brasileira. Importa ainda ressaltar a relevância da diplomacia e dos militares no trato de temas ligados à soberania e à dignidade nacional, permitindo ao Brasil conduzir seus projetos em um ambiente marcado pela harmonia e pela paz, condizendo com as normas explícitas do direito internacional e nos compromissos assumidos.

Objetivos

Tendo por base o que acima foi exposto, faz-se necessário explicitar as prioridades estratégicas, advindas do interesse da nação e da defesa nacional, em seus objetivos básicos que, em face da conjuntura do entorno próximo, devem-se ater à preservação da soberania nacional e do estado democrático de direito. Esses são os motivos principais para se estabelecer esta política de Estado evidenciada por integrar concepções estratégicas de natureza social, econômica, militar e diplomática, levando em conta o parecer da nação.

A Defesa Nacional objetiva garantir a soberania, preservar a integridade territorial, patrimonial e interesses nacionais, bem como mantém o Estado de Direito, instituições, a coesão e a unidade do país. Salvaguardar pessoas, bens e recursos próprios ou sob jurisdição brasileira, assim como põe em ação e mantém os interesses do país no exterior, projetando o Brasil entre as

nações e nos processos decisórios internacionais, contribuindo para a manutenção da paz e segurança internacional.

Orientação Estratégica

Prover a segurança nacional em momentos de paz ou conflito é o fundamento do Estado brasileiro na área de defesa, centrando esta política em uma orientação voltada para a paz e em uma postura estratégica dissuasória de caráter defensivo, baseado nas seguintes premissas: reconhecimento internacional de fronteiras; confiança e respeito na relação de interação entre Estados limítrofes e entes internacionais; rejeição à guerra de conquista e busca de solução pacífica para controvérsias, utilizando-se da força somente como alternativa de autodefesa.

Em sua vertente preventiva, a defesa brasileira age na tentativa de solução dos conflitos por meio da atuação diplomática. Em seu caráter defensivo, conta com um aparato militar capaz de agir, de modo eficaz, quando da necessidade de ações dissuasórias, não se limitando somente a empregos defensivos, mas, em caso de uma agressão externa, faz uso do poderio militar com o fim de, no menor prazo, pôr termo ao conflito, com o mínimo de perdas em sua integridade e interesses, construindo ações que venham a favorecer a paz.

O envolvimento universitário, industrial e técnico torna-se essencial para fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da defesa. Para a autonomia estratégica e capacitação operacional das Forças Armadas, torna-se necessário o desenvolvimento científico e tecnológico. Este posicionamento estratégico do poderio militar baseia-se na capacidade das Forças Armadas, em associação com os recursos naturais e reservas mobilizáveis, de atuar em diferentes cenários, assegurando o respeito às regras de convivência entre o Brasil e os demais Estados.

Diretrizes

Para se atingirem os objetivos da Política de Defesa Nacional deve haver as seguintes diretrizes: ativa contribuição para uma ordem internacional de estado de direito, propiciando paz e desenvolvimento sustentável da humanidade; participação nos relevantes processos decisórios internacionais, ampliando a capacidade do Brasil em negociar em âmbito internacional. Deve

existir também um posicionamento brasileiro favorável ao desarmamento global (inseridos aqui os arsenais de destruição em massa); a participação do país em missões internacionais de paz; contribuição para se alicerçarem os laços de integração regional, bem como conservar um clima de cooperação e solidariedade ao longo de suas fronteiras, na América Latina e região sul do Atlântico. Outra diretriz é o entrosamento das Forças Armadas brasileiras com as nações amigas, atendendo às destinações constitucionais que objetivam a integração nacional, defesa civil, desenvolvimento, proteção da Amazônia e das faixas de fronteira, com o apoio da sociedade e da presença militar.

O aperfeiçoamento dos órgãos de defesa nacional, dos sistemas de vigilância e controle marítimo, do espaço aéreo e da plataforma continental – com a disponibilização de recursos para propiciar condições favoráveis de preparo das Forças Armadas e demais instituições ligadas à defesa – são outras diretrizes propostas. Além desses aprimoramentos na infra-estrutura nacional, deve-se buscar um nível de desenvolvimento de pesquisa e produção científica, com o fim de minimizar a dependência externa do País, e uma busca pela sensibilização da sociedade quanto ao papel primordial de se defender a nação.

1.4.2 A política de Defesa Nacional de 2005

O período compreendido entre 1996-2005 configura-se por mudanças no cenário político internacional, marcado principalmente pelo advento e conseqüências oriundas do 11 de setembro de 2001. Diante das incertezas da modernidade, faz-se necessário um repensar dos mecanismos de defesa, bem como a fixação de instrumentos legais que legitimem uma outra atuação da política brasileira ante a nova ordem mundial. A PDN editada em 2005 apresenta-se como uma peça normativa e declaratória, mesmo não exibindo em seu texto marcas de ações pragmáticas dos agentes de defesa e segurança do Estado.

O Estado brasileiro, com o fim de definir sua inserção no cenário internacional, onde os espaços de poder (econômico e militar) são ocupados com base no perfil e atuação estratégica dos países, edita, no ano de 2005, uma segunda versão de sua Política de Defesa Nacional (PDN-2005). Por meio de sua atribuição constitucional, o Presidente da República aprova esta política de Estado, por meio do decreto 5.484, de 30 de junho de 2005, impondo aos órgãos e entidades

da administração pública federal a promoção de ações em seus planejamentos que se atenham ao fortalecimento da Defesa Nacional.

Introdução

A PDN-2005 se propõe a voltar-se, de maneira predominante, para as ameaças externas e estabelece as diretrizes para o preparo e emprego da capacitação nacional – com o envolvimento militar e civil –, sendo o Ministério da Defesa o coordenador de ações para a Defesa Nacional. Esta política tem por pressupostos os princípios da Constituição Federal do Brasil e está em consonância com as diretrizes governamentais e a política externa brasileiras, que se fundamentam na solução pacífica de controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais. É também um instrumento conscientizador da sociedade brasileira quanto ao dever de seus cidadãos à causa da defesa da Nação.

O Estado, a segurança e a defesa

São pressupostos básicos do Estado o território, o povo, leis e governo próprios, além da independência nas relações externas, sendo o Estado o detentor legítimo dos meios de coerção, para prover segurança além de fazer valer a lei e a ordem democraticamente estabelecidas.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade, a questão da segurança, vista em princípio como relacionada ao confronto entre os Estados, ou seja, à necessidade básica de defesa externa, sofre uma modificação em seu conceito, que amplia para a área política, militar, econômica, social, ambiental, entre outras. As medidas de segurança visam também à defesa civil; segurança pública; políticas econômicas, de saúde, educacionais, ambientais e campos que muitas das vezes não são tratados por meios político-militares. Entretanto, permanece com as Forças Armadas o papel de defesa externa no âmbito interestatal.

Entende-se como defesa a efetiva ação para se obter ou manter o grau desejável de segurança, esta podendo ser enfocada a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado. O documento apresenta os seguintes conceitos: segurança é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, permitindo ao País: preservar sua soberania e integridade territorial; realizar de seus interesses – sem pressões e

ameaças de qualquer natureza – e que garantir aos cidadãos o exercício dos direitos e deveres constitucionais. Ainda cabe à Defesa Nacional se ater às medidas e ações de Estado, com enfoque na atuação militar, que visam a defender o território, a soberania e os interesses nacionais de ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

O Ambiente Internacional

A redução do grau de previsibilidade nas relações internacionais é o que caracteriza os complexos desafios da história atual, após a desconstrução do ambiente mundial de ideologia bipolar, o que faz surgirem, neste momento, conflitos de caráter étnico e religioso, exacerbação de nacionalismos e fragmentação de Estados, o que ameaça a ordem mundial. Poderão também ser intensificadas disputas por áreas marítimas, domínio aeroespacial, fontes de água doce e energia, bem como a ocupação de últimos espaços terrestres, tornando as fronteiras motivo de litígios internacionais.

O processo de globalização, caracterizado pela interdependência dos países, revolução tecnológica, expansão do comércio internacional e fluxo de capitais, resultou paralelamente na criação de blocos econômicos competitivos, com avanços para uma parte da humanidade e a exclusão de acesso à produção, ao consumo e à informação de significativa parcela da população. Este quadro confere aos países em desenvolvimento o desafio de se inserir neste mercado global, tornando vulneráveis as economias dos países ante as crises geradas pela instabilidade econômica e financeira do mundo. Este cenário configura a ordem internacional em uma unipolaridade do campo militar que, associado às assimetrias de poder, resulta em tensões e instabilidades para a paz. Contudo, a prevalência do multilateralismo e fortalecimento de princípios do direito internacional: soberania, não intervenção e a igualdade entre Estados, promovem um mundo mais estável e de desenvolvimento da humanidade.

Outro fator preocupante é a questão ambiental. Países que detêm biodiversidade, reservas de recursos naturais e áreas imensas de incorporação ao sistema produtivo podem se tornar objeto de interesse internacional. A vulnerabilidade desses países – que é simétrica à eficiência dos sistemas administrativo e militar de nações que dedicam recursos à defesa e aos avanços tecnológicos (tecnologia de informação, utilização de satélites, sensoriamento eletrônico) –

poderá ser explorada com o fim de inviabilizar a utilização de seus sistemas, permitindo interferências a distância.

Há nas relações internacionais e segurança dos Estados um embate ante o nacionalismo e o transnacionalismo, onde conflitos de ordem transnacional de várias naturezas, bem como o terrorismo internacional, promovem ameaças à paz, à segurança e à ordem democrática. Estas manifestações são geralmente enfrentadas com os mecanismos de inteligência e de segurança do Estado.

Objetivos da defesa

Segundo o documento da PDN-2005, os objetivos da Política de Defesa Nacional são: (i) a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial; (ii) a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior; (iii) a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais; (iv) a promoção da estabilidade regional; (v) a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e (vi) a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

As orientações estratégicas

Este trecho da PDN-2005 está centrado em uma exposição sobre a vertente preventiva e vertente reativa da Defesa Nacional. Entende-se por vertente preventiva a “valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório” (item 6.2), enquanto “a vertente reativa da defesa, no caso de ocorrer agressão ao País, empregará todo o poder nacional, com ênfase na expressão militar, exercendo o direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU” (item 6.3). Ao dar continuidade ao papel das vertentes, as orientações propõem que: “o desenvolvimento de mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País.” (item, 6.20).

Diretrizes

As diretrizes são os meios para que se alcance o estado ideal de defesa da nação. Para tanto, a PDN sugere que, com o fim de se atingirem os objetivos propostos nesta política de Estado, alguma das diretrizes são: (i) manter forças estratégicas em condições de emprego imediato; (ii) incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas; (iii) fortalecer a infra-estrutura de valor estratégico para a Defesa Nacional; (iv) implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica; (v) incentivar a conscientização da sociedade para os assuntos de Defesa Nacional.

1.4.3 A PDN e sua atuação na Sistemática de Planejamento Estratégico Militar

A Política de Defesa Nacional (2005) tem como uma de suas finalidades nortear outras políticas e planejamentos do Estado. Pode-se destacar a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar (SPEM), de que trata a portaria⁸ abaixo. Esta sistemática foi idealizada pelo Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa.

PORTARIA No- 998/MD, DE 24 DE AGOSTO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com a alínea “c” do inciso VII do art. 27 da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Aprovar e mandar pôr em execução a SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR - MD51-M-01, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

A SPEM é o documento que sistematiza o planejamento de alto nível para as Forças Armadas e visa a contribuir para atender aos objetivos da Defesa Nacional. – como exemplo, o caso de ameaças externas. Para atender aos seus fins, a SPEM abrange três níveis:

⁸ https://www.in.gov.br/imprensa/jsp/jsp/jornaiscompletos/jornaiscompletos_leitura.jsp#, 30 de agosto de 2005, nº 167, seção 1, p. 5

(i) nacional: contribui para a formulação e condução da PDN e de outras políticas que digam respeito ao preparo e emprego das Forças Armadas;

(ii) setorial: tem por fim construir uma capacidade de Defesa, com preponderância dos meios militares, para a garantia da manutenção de segurança para o País frente às ameaças de ataques militares ou de conflitos armados;

(iii) subsetorial: objetiva construir uma capacidade militar para compor o esforço principal da Defesa Nacional.

O esquema a seguir apresenta o funcionamento dos níveis do planejamento estratégico:



FONTE: SPEM, capítulo II

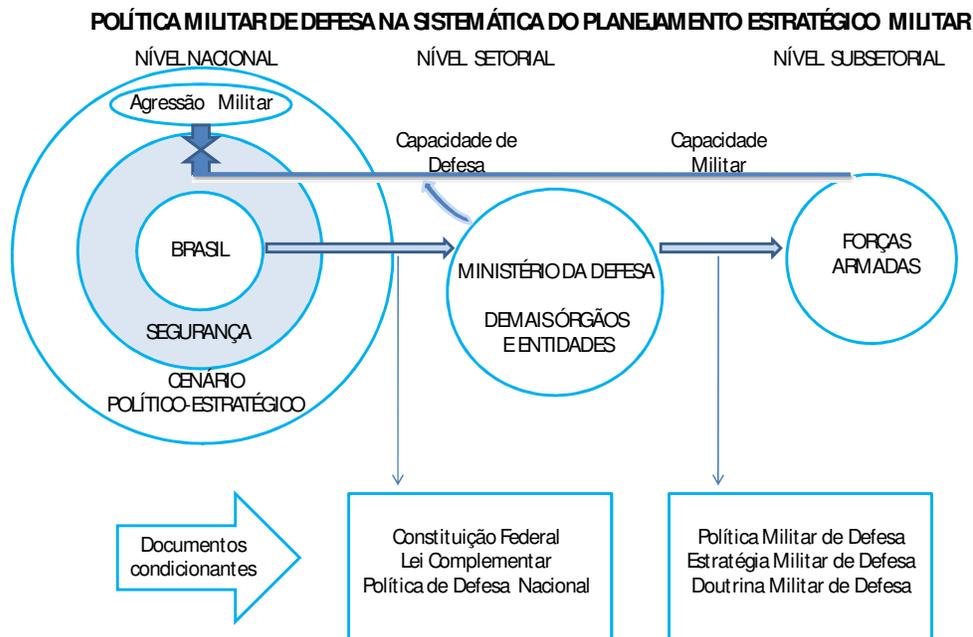
O planejamento estratégico militar define e organiza as atividades e o preparo e emprego do poder militar para atender às demandas de Defesa Nacional. A metodologia aplicada neste planejamento divide-se em três etapas:

(i) análise e avaliação: procura delimitar o contexto do planejamento estratégico, definir os principais aspectos a serem considerados e estabelecer as relações funcionais entre eles;

(ii) política: dá sentido e conforma ao trabalho do planejamento estratégico, formula o conceito político do planejamento e explicita orientações normalmente expressas em termos de objetivos e diretrizes;

(iii) estratégica: compreende a formulação de um conceito estratégico e a elaboração dos planos e programas específicos que atenderão às finalidades do planejamento estratégico.

Os objetivos e diretrizes que condicionam diretamente o preparo e o emprego das Forças Armadas para a defesa do País são estabelecidos pela Política Militar de Defesa (PMN). Esta se encontra inserida na SPEM que, por conseguinte, apresenta-se de modo cíclico e realimenta-se de resultado. Tais características permitem assimilar as alterações dos documentos que o fundamentam, diante das circunstâncias existentes. O quadro abaixo resume esta relação entre a PMN e a SPEM:



FONTE: SPEM, capítulo II

Quanto à concepção básica da SPEM, esta se subdivide em três pontos: (i) concepção estratégica e Configuração de Forças; (ii) Planejamento do preparo; (iii) Planejamento do Emprego Operacional. Esta sistemática organiza e racionaliza as atividades do planejamento

estratégico militar. Possui caráter permanente e tem a característica de ser flexível, cíclica e regenerativa (SPEM, item 4.1). É competência do Estado-Maior da Defesa planejar o emprego combinado das Forças Armadas, sendo que os adestramentos programados e dirigidos pelo Ministério da Defesa procurarão explorar os aspectos mais sensíveis do emprego de forças.

Em entrevista à jornalista Cibele Leite, o Vice-Almirante Afonso Barbosa, Diretor do Departamento de Política e Estratégia do Ministério da Defesa, afirma que antes da existência da SPEM não estava garantida a unicidade dos seguintes documentos: Política de Defesa Nacional, Política Militar de Defesa, Estratégia Militar de Defesa e a Doutrina Militar de Defesa. A SPEM funciona como um amálgama destes documentos. Ainda segundo o Almirante Afonso, o planejamento da Defesa Nacional é atividade das mais relevantes da vida institucional do Brasil e todo o brasileiro deve assumir a posição de agente ativo na formulação desta política.⁹

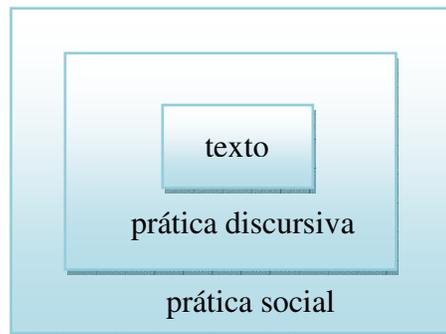
⁹ A íntegra desta reportagem pode ser acessada no site do Ministério da Defesa, https://www.defesa.gov.br/imprensa/index.php?page=noticias_antiores&mesNovo=2005-09, do dia 09/09/2005.

2. MATRIZES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

O objetivo deste capítulo é expor os pressupostos teóricos que serão referência para esta pesquisa, em que a Análise de Discurso Crítica se constitui como modelo a ser utilizado nas investigações e desenvolvimento do trabalho. Na primeira parte, trato do seguinte aspecto da Teoria Social do Discurso: a concepção tridimensional do discurso, em que focalizo o conceito de discurso, texto, prática discursiva e prática social (Fairclough 2001). Dentro do conceito de discurso, discorrerei sobre a ordem de discurso (*idem, ibidem*) e os gêneros textuais (Bakhtin 2000; Schneuwly & Dolz 2004; Bazerman 2005). Ao tratar das práticas sociais, inicialmente serão abordadas as questões de poder, ideologia e hegemonia (Foucault 1979; Althusser 1985; Thompson 1995; Gramsci 1988), seguidas da concepção das práticas e seus momentos (Chouliaraki & Fairclough 1999). Por fim, destacarei o papel da ADC na modernidade tardia (Wodak 2001; Chouliaraki & Fairclough 1999). Na segunda parte abordarei a relação existente entre a ADC e a Lingüística Sistêmico Funcional (Halliday 1994) – detendo-se no processo de transitividade e funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual) –, bem como o significado identificacional, acional e representacional, proposto por Fairclough (2003).

2.1 A Concepção Tridimensional do Discurso

A Teoria Social do Discurso (Fairclough, 2001), se propõe a reunir a Análise de Discurso Orientada Lingüisticamente (ADTO) e o pensamento social e político voltado para a linguagem e para o discurso, este sendo analisado no modo como contribui para a transformação da sociedade. Esta teoria é a base que orienta a ADC e reúne três tradicionais formas de análise, que Fairclough apresenta como ‘concepção tridimensional’, sendo constituída das seguintes dimensões: texto, prática discursiva prática social, conforme representado no quadro a seguir:



A concepção tridimensional do discurso
 FONTE: Fairclough, 2001.

2.1.1 A concepção de discurso

O discurso, dessa forma, é considerado “o uso de linguagem como forma de prática social” (Fairclough, 2001:91) não somente refletindo ou representando as interações sociais e identidades, mas também as construindo e as constituindo. Assim, as estruturas sociais têm suas várias dimensões estabelecidas por meio do discurso, que as molda e as restringe em uma interação dialética.

Considerar a linguagem como forma de prática social implica que o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo, especialmente sobre os outros, e também que o discurso é um modo de representação. Implica também uma relação dialética entre estrutura social e discurso. Por um lado o discurso é moldado pela estrutura, pelas ordens de discurso e, por outro lado, ele é socialmente constitutivo. É por meio do discurso que o indivíduo constrói sua identidade social, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2001:91).

Segundo Fairclough (1992:22-23), a visão da linguagem como forma de prática social implica que a linguagem: (i) faz parte da sociedade e não se apresentar externa a ela; (ii) é um processo social; (iii) é um processo condicionado socialmente a parâmetros não lingüísticos pertencentes à sociedade, apresentando o discurso como um tipo especial de fenômeno social, já que pessoas falam, ouvem, escrevem e lêem a fim de se relacionarem socialmente.

O discurso como ação falada e escrita, agindo em paralelo com as práticas sociais, é controlado por meio de redes denominadas ordem de discurso, segundo Foucault (1996). Uma

ordem de discurso constitui o aspecto discursivo de uma prática social e resulta da combinação de gêneros, discurso e estilo (Fairclough, 2003:220). Refere-se ao conjunto total de práticas discursivas que atuam em determinado segmento social ou institucional, à interação dessas práticas, suas articulações e rearticulações. A ordem de discurso diz respeito à estrutura de um espaço social em particular (medicina, educação, direito, militarismo, diplomacia, etc.), que se associa a vários domínios compromissados com determinadas práticas sociais. A ordem do discurso de uma instituição social, que estrutura seus componentes discursivos de forma particular, interage com a sociedade como um todo, sendo que as mudanças no discurso de certa ordem de discurso, bem como as modificações estruturais ao longo do tempo, dão-se pela mudança de relações de poder em nível de instituição social ou sociedade (Fairclough, 1992:30).

Todos os textos encontram-se inseridos em determinadas práticas sociais, fazendo com que os usuários desses textos saibam detectar o que é adequado ou não para ser veiculado por meio de sua competência comunicativa. Além disso, todos os textos apresentam traços de outros produzidos anteriormente, influenciando a atividade e a organização da sociedade por meio de marcas de historicidade manifestadas textualmente e no espaço social.

Um dos elementos de uma ordem do discurso é o gênero. Considerando que “toda a atividade humana está relacionada à língua”, pode-se inferir que “cada esfera da utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (Bakhtin, 2000:279).

É na interação entre atividade e texto que se percebe a existência de sistemas organizacionais articulados, por meio dos quais tipos específicos de textos circulam, podendo ser um método que analisa “como produção, circulação e uso ordenados desses textos constituem, em parte, a própria atividade e organização dos grupos sociais.” (Bazerman, 2005:19)

Apesar da amplitude e diversidade dos gêneros textuais, Schnewly e Dolz (2004) apresentam uma proposta provisória de agrupamento desses gêneros. No quadro a seguir, mostro alguns desses tipos que considere relevantes, no momento, para minha pesquisa. Na primeira coluna são apresentadas as capacidade de linguagem dominantes – relatar, argumentar e descrever – e na segunda os tipos de gêneros orais e escritos correspondentes a coluna anterior.

Domínios sociais de comunicação Aspectos tipológicos Capacidades de linguagem dominantes	Exemplo de gêneros orais e escritos
Documentação e memorização de ações humanas Relatar Representação pelo discurso de experiências vividas, situadas no tempo	Histórico Relato histórico Ensaio ou perfil biográfico ...
Discussão de problemas sociais controversos Argumentar Sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição	Textos de opinião Editorial Carta de solicitação ...
Instrumentos e prescrições Descrever ações Regulação mútua de comportamentos	Regulamento Comandos diversos Textos prescritivos ...

Agrupamento de gêneros textuais

FONTE: Schnewly e Dolz, 2004

Os gêneros são relevantes para sustentar a estrutura institucional da sociedade contemporânea, isto é, as relações estruturais entre governo local, empresas, universidade, mídia, etc. (Fairclough, 2003:32). Essas entidades interconectam elementos – como hierarquia, mercados e redes de interação – na governança da sociedade e de gêneros tais como o de governança (sendo o termo ‘governança’ em um sentido amplo) para qualquer atividade em uma instituição ou organização que tem por objetivo regulamentar ou administrar redes de práticas sociais. Esses gêneros se caracterizam por apresentar propriedades específicas de recontextualização, em que os componentes de determinada prática social se apropriam de outras, “como um movimento de apropriação, transformação e colonização” (Fairclough, 2003:33). Com características de gêneros promocionais, o gênero de governança tem como fim ‘vender’ as organizações, marcas ou indivíduos, correspondendo ao aspecto do novo capitalismo que, se utilizando de gêneros promocionais, constitui parte da colonização de novas áreas da vida social pelos mercados.

2.1.2 O discurso como texto

Para o estudo do discurso como texto, Fairclough (2001) propõe a análise de quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura social. Outros importantes itens – não utilizados para a análise textual, mas para a abordagem da prática discursiva, a ser tratada a seguir – envolvem a força dos enunciados, a coerência dos textos e a intertextualidade, constituindo assim um quadro

que se volta para aspectos de produção, interpretação e propriedade formais do texto. As formas e a ordem como um texto é organizado relacionam-se com a estrutura social de onde o texto se manifesta. Estas arquiteturas direcionam o leitor a uma melhor “percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidas nas convenções dos tipos de texto” (Fairclough, 2001:106).

Um importante aspecto na interpretação de um texto está entre seu significado potencial e sua interpretação. O significado potencial apresenta grande complexidade ao possuir diversos significados que por vezes se sobrepõe e se contradizem, sendo que os intérpretes textuais reduzem este tipo de ambivalência a um tipo particular ou conjunto de sentidos alternativos (*idem, ibidem*:103).

Outro aspecto que se apresenta no texto é sua propriedade em apresentar fragmentos de vários outros textos, que podem ser claramente identificados, delimitados ou se tornam um amálgama textual. Este aspecto de intertextualidade confere ao texto, em termos de sua produção, um viés histórico. No que se refere ao consumo, uma perspectiva intertextual é útil em apontar que não só a incorporação de outros textos atua no processo de interpretação, mas também os outros textos que os intérpretes trazem atuam neste jogo interpretativo. A distribuição confere uma utilidade em explorar redes estáveis onde os textos se movimentam.

Os aspectos materiais, sociais e mentais que se encontram no texto acabam sendo um reflexo, um tipo de marca da realidade onde se insere. Portanto, coexiste junto a esses aspectos um universo particular: o universo dos signos, se comportando como um produto natural, refletindo e refratando a realidade. (Bakhtin, 1992:32). Estes signos são motivados socialmente e há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares (Fairclough, 2001:103). Podemos tomar como exemplo a rotulação de “greve branca” pela imprensa e “operação padrão” pelos controladores de voo, relacionados aos atrasos de vôos ocorridos recentemente no Brasil, onde esta lexicalização alternativa apresenta um significado político e ideológico, ao reforçar o posicionamento de grupos que ocupam posições de poder, fazendo com que os termos “greve branca” e “operação padrão” atuem como parte das lutas sociais.

2.1.3 O discurso como prática discursiva

Os aspectos textuais não podem ser abordados sem referência a sua produção, distribuição e consumo. A produção individual ou coletiva de textos, assim como o seu consumo, estão

comprometidos com determinado contexto (Fairclough, 2001:107). Os textos são produzidos de formas particulares e em contextos sociais específicos e as produções textuais de natureza coletiva (jornal, revista, notícias, etc.) são construídas como se fossem de responsabilidade de um único jornalista, quando é o resultado de uma interatividade entre vários agentes produtores que atuam de certa maneira na feitura do produto textual final.

Um aspecto relacionado à prática discursiva, além da produção e distribuição de textos, refere-se ao consumo desses, o que se dá também de forma distinta e em estreita dependência com o contexto social onde se insere. Uma mensagem via *e-mail* pode se dirigir para uma só pessoa ou a um grupo de leitores ao mesmo tempo, o que prova o caráter individual ou coletivo do consumo de textos. Há documentos administrativos que se referem a somente um indivíduo, enquanto outros são de interesse da coletividade daquela instituição. Rotinas de processamento para posterior consumo tornam-se práticas em instituições.

A **distribuição** de textos pode ser simples ou complexa. Segundo Fairclough (2001), os textos produzidos por líderes políticos e que apresentam resoluções de negociação internacional ou de interesse global são distribuídos para diversas instâncias, cada uma delas apresentando um modo particular de consumo desses textos, bem como uma maneira própria de reproduzi-los e transformá-los.

Os processos de **produção e interpretação** são restringidos pelos recursos dos membros¹⁰ que se apresentam disponíveis e já se encontram como estruturas sociais internalizadas e normatizadas pelas ordens de discurso e consensos sociais a respeito de produção, distribuição e consumo de textos. Outro aspecto de restrição se refere à natureza específica da qual os processos fazem parte. A produção e interpretação de um texto possuem um caráter interpretativo: o produtor do texto o constrói como uma interpretação do mundo, das facetas do mundo e facetas em foco. Os traços formais do texto são as marcas desta interpretação.

A interpretação de um texto ocorre no tempo real, processada em seu sentido de relação com o contexto social onde se insere. Determinadas forças das palavras são ampliadas ou enfraquecidas, dependendo da natureza contextual existente. “O efeito do contexto da situação

¹⁰ O recurso dos membros (RM) é aquilo que as pessoas possuem em suas mentes. É, desta forma, construto de natureza cognitiva (conhecimento da linguagem, representação do mundo natural e social onde elas habitam, valores, crenças, etc.) e social (no sentido de que possuem uma origem social). O RM capacita os participantes do discurso a produzir e interpretar textos. (Fairclough, 1992:24)

sobre a interpretação textual (e produção textual) depende da leitura da situação” (Fairclough, 2001:112).

A coerência também se refere-se à interpretação de textos. “Um texto coerente é um texto cujas partes constituintes são relacionadas a um sentido, de forma que o texto como um todo ‘faça sentido’” (*idem, ibidem*). Mas o modo como uma leitura se mostra coerente depende dos princípios interpretativos que estão em curso. O texto produz seu sentido naquele que o lê e o interpreta, alguém que constrói relações de sentido a partir das inferências mesmo na ausência de marcadores textuais explícitos.

2.1.4 O discurso como prática social

Entende-se por “práticas sociais” os meios de interação social acessíveis ao estudo da Ciência Social Crítica. Essas práticas possuem orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, sendo que o discurso pode estar comprometido com todas elas. Contudo essas orientações podem não se reduzir ao discurso, mas apresentar constituintes de natureza não-discursiva.

As práticas sociais são constituídas por quatro momentos: atividade material (em especial as não semióticas); relações sociais e processos; fenômenos mentais; discurso (Chouliaraki e Fairclough, 1999:61), sendo que cada momento internaliza o outro sem ser reduzido a nenhum deles. O conceito articulação (*idem, ibidem*, p. 21) é usado para descrever esta relação de internalização, que implica a visão dos elementos em relações mutáveis e também capazes de estabilização.

Neste quadro de interação entre práticas sociais, torna-se importante atentarmos para o fenômeno da articulação, conceito que descreve a transferência mútua entre elementos sociais, como momentos da prática, e as relações de internalização entre eles. O conceito de articulação pode também ser estendido para a estrutura interna de cada momento, em geral para especificar a forma local que assume uma determinada prática.

A articulação de inúmeras práticas está inserida no tecido social e se nota que as mudanças econômicas, sociais e culturais da atualidade se estabelecem não só como discurso, mas como processos que tomam espaço fora do discurso, além de serem discursivamente marcados.

Propagandas de mercadorias que se comportam como mercadoria, podem ser tomadas como exemplo das articulações entre as diversas práticas.

As práticas sociais se estabelecem por um conjunto de diversos fatores da vida e de seus mecanismos de atuação. Uma determinada prática se constitui em diferentes aspectos e ações de uma existência específica, formas locais e relacionamentos, certos tipos de atividades relacionadas a conhecimentos materiais específicos, pessoas e suas próprias experiências, e os recursos semióticos utilizados em suas interações.

O momento do discurso de qualquer prática é uma transferência articulada de recursos simbólicos e discursivos, e a forma particular de articulação de recursos, dentro de certo momento de uma prática, é moldada pela interação com outros momentos. Assim, os eventos discursivos são também determinados pelo domínio social ou institucional onde se produzem, além de constituir a estrutura social e estabelecer restrições e parâmetros nos aspectos das normas, identidades, convenções e instituições. Os eventos discursivos apresentam efeitos cumulativos nas contradições sociais e lutas pelo poder, estabelecendo sua forma pela relação entre si e o universo dessas contradições.

2.1.4.1 O Poder

Para fins desta pesquisa, o discurso será tomado como um modo de prática política, que estabelece, mantém e transforma as relações de poder e entidades coletivas, e prática ideológica, constituindo, naturalizando, mantendo e transformando os significados do mundo relativos a questões relacionadas de poder.

O poder, segundo Lukes (1980), pode ser identificado como uma forma de influência e controle, relacionado à capacidade de um ator fazer algo afetando outro ator, com probabilidade de mudanças em determinados acontecimentos. Como uma forma específica de relação social entre grupos, o poder “implica habitualmente a perda ou limitação da liberdade para o outro grupo” (Van Dijk, 1999:206). O poder é exercido de várias formas: pela coerção, influência, força, manipulação, opressão e por meio do controle do discurso. A linguagem é o ponto onde se sustentam classes em luta, e os que exercem o poder por meio da linguagem têm que constantemente estar envolvidos na luta com outros agentes, com o fim de defender suas posições.

As relações de poder não podem “se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação e um funcionamento do discurso” (Foucault, 1979:179). A produção da verdade nos é submetida pelo poder, apresentando-se a verdade no sentido de lei que produz o discurso decisório de parte dos efeitos do poder, fazendo com que regras e obrigações sejam válidas e cuja ruptura constitui uma ofensa e exige vingança. O direito, materializado nas leis, instituições e regulamentos, veicula e pratica relações de soberania e dominação.

O Direito Romano, reativado a partir do século XII, reconstruiu o edifício jurídico desagregado após a queda do Império Romano (*idem, ibidem*, p.180), fazendo com que o poder jurídico se faça presente em torno do poder real. Reacende instrumentos monárquicos de poder como o domínio autoritário, administrativo e absolutista, resultando em uma das questões chave do direito: a soberania e seu discurso. Entende-se, aqui, soberania como uma forma de poder que se exerce por meio da vigilância, um sistema minucioso de coerções materiais e de modelos disciplinares. É dentro desses limites – soberania e disciplina – que se operacionaliza o exercício do poder. Lebrun (1984:42) afirma que “soberania é o único cimento do corpo político (...), e é por isso que a essência do Estado é ser ele soberano”. O poder e o controle do Estado tornam-se decisivos em períodos de crise, e incluem forças repressivas que atuam como forma de coação, sendo a ideologia outro mecanismo de atuação que, também por meio do discurso, estabelece um “controle mais sutil e indireto das mentes dos dominados” (Van Dijk, 1999:207). O poder ao atuar no controle discursivo objetiva fazer com que o participante detentor do poder controle e sujeite as contribuições dos participantes sem poder. Atuando de modo claro ou por trás do discurso, o poder não é atributo permanente de um grupo social, devendo ser constantemente reafirmado.

Foucault (1979) postula haver cinco “precauções metodológicas” que devem ser consideradas quando da análise do poder: (i) observar a atuação do poder em suas extremidades, captar suas formas e penetração nas instituições mais regionais e locais, na extremidade menos jurídica de seu exercício; (ii) estudar o poder onde sua intenção está completamente investida de práticas reais e efetivas, em sua face externa. Não se ater ao soberano estar no topo, mas como se forjou, passo a passo, a construção dos súditos; (iii) notar que o poder não é algo que pode ser dividido entre os que o possuem e os que a ele são submetidos. O poder deve ser visto como algo que circula, que atua em rede, e nele os indivíduos circulam, exercem e sofrem sua influência; (iv) deve-se atentar para uma análise ascendente do poder, como os mecanismos de poder são

investidos e colonizados por formas de dominação global; (v) observar a formação e os instrumentos de construção do saber : métodos de registro, procedimentos de inquérito, aparelhos de verificação, que não apresentam um viés ideológico em sua base formativa, mas surgem por meio da atuação do poder.

2.1.4.2 A Ideologia

Falar de ideologia é continuar tratando sobre dois de seus constituintes: o poder e o discurso. O conceito de ideologia, proposto por Fairclough (2001), atribui à formação do discurso componentes de natureza ideológica e de poder. As bases teóricas do autor, advindas da concepção de Althusser (1985) a respeito dos Aparelhos Ideológicos de Estado, estabelecem três asserções em relação à ideologia: a primeira delas apresenta-se como a materialização da ideologia e sua existência nas práticas institucionais, tomando as práticas discursivas como meio de investigar a ideologia em sua apresentação material. Um segundo efeito da ideologia é o que interpela os sujeitos, contribuindo para o efeito ideológico de constituição dos sujeitos. A terceira asserção se refere à atuação dos Aparelhos Ideológicos de Estado (exemplos institucionais como a educação ou mídia) na qualidade de marcos na luta de classes e orientadores ideológicos do discurso.

Práticas que aparentam ser universais e aceitas pelo senso comum podem ser vistas como originárias da classe ou bloco dominante, sendo que várias formas de práticas sociais funcionam com o objetivo de sustentar relações desiguais de poder. Tais práticas são legitimadas por um discurso que manifesta a presença de um construto ideológico como forma de controle social, podendo envolver participantes que estão separados no tempo e espaço. Este discurso de massa é interessante para a natureza das relações de poder, pois estão imbricadas geralmente de forma não clara e se propõem a disseminar relações veladas de poder.

Como meio de construção e significado da realidade, a ideologia atua em domínios vários quando da formação de práticas discursivas, o que contribui para o estabelecimento e reprodução dos meios de dominação. A presença de contrastes nas práticas discursivas de certa instituição reflete a possibilidade de um conflito ideológico.

Ideologia é entendida, segundo Thompson, a partir do modo como as formas simbólicas interagem com as relações de poder, nos meios como são mobilizados os sentidos e que servem

para o reforço das posições de poder ocupadas por indivíduos ou grupos sociais. “Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.” (Thompson, 1995:76). O entendimento dos fenômenos simbólicos como ideológicos se dá quando os contextos em que tais fenômenos se inserem sustentam relações de dominação.

Para distinguir o modo como a ideologia é concebida, Thompson a classifica em duas formas básicas. A primeira é a ‘concepção neutra’, que caracteriza ideologia e seus fenômenos sem que esses sejam enganadores ou ilusórios, ou ligados a algum tipo de grupo em particular. A segunda forma é a ‘concepção crítica’, que possui “um sentido negativo, crítico e pejorativo”. A partir desta concepção, “a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação destes fenômenos” (*idem, ibidem*, p. 73).

As formas simbólicas são entendidas como uma gama de ações e falas produzidas pelos sujeitos e reconhecidas entre si como construção de significados, podendo haver formas lingüísticas ou quase-lingüísticas onde a natureza dessa última forma poderia ser um construto visual ou imagens e palavras. Thompson propõe que as formas simbólicas podem ser analisadas pelo aspecto ‘intencional’, ‘convencional’, ‘estrutural’ e ‘referencial’. Um quinto aspecto denomina-se como ‘contextual’ e “indica que as formas simbólicas estão sempre inseridas em contextos e processos socialmente estruturados” (Thompson, 1995:79), sendo que descrever esses contextos e processos como ‘socialmente estruturados’ é afirmar a existência de diferenças sistemáticas “em termos de distribuição ou do acesso a recursos de vários tipos” (*idem, ibidem*).

Os indivíduos, dependendo de sua localização nesses contextos, possuem diferentes graus de acesso aos recursos ali disponíveis, sendo que o grau de poder associado aos indivíduos – e que lhes garante o limite de tomada de decisões, alcance de seus objetivos e a realização de interesses – está vinculado ao espaço social, posições e qualidades encontradas em determinado campo social ou instituição. Por ‘dominação’ entende-se que as relações de poder se apresentam e se mantêm sistematicamente assimétricas e se ligam a agentes de grupos sociais particulares, possuidores de um poder permanente e em grau significativo, não permitindo o acesso de outros agentes ou grupos de agentes.

Um meio de se compreender a ideologia é perceber como o sentido serve para sustentar as relações de dominação. Thompson sugere cinco modos gerais, por meio dos quais a ideologia pode vir a operar, sendo que, ligadas a estes modos, encontram-se várias estratégias de construção simbólica. Seus detalhamentos se apresentam nos quadros a seguir:

MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA E SUAS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA

LEGITIMAÇÃO
Relações de dominação surgem como algo legítimo, justo e digno de apoio.
Racionalização: cadeia de raciocínio que defende ou justifica um conjunto de relações ou instituições sociais.
Universalização: acordos institucionais voltados para alguns indivíduos se apresentam servindo aos interesses de todos.
Narrativização: historiando o passado, tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.

DISSIMULAÇÃO
Relações de dominação se estabelecem por sua ocultação, negação ou obscurecimento. Nossa atenção é desviada ou desconsideram-se processos e relações existentes.
Deslocamento: Termo costumeiramente referido a certo objeto ou pessoa, é utilizado em outros objetos ou pessoas, transferindo-lhes as conotações positivas ou negativas.
Eufemização: Ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva.
Tropo: uso figurativo da linguagem ou de formas simbólicas (metáfora, metonímia, sinédoque, etc.) com o fim de dissimular relações de dominação.

UNIFICAÇÃO
Relacionam os indivíduos entre si em uma identidade coletiva, desconsiderando as diferenças que possam vir a separá-los.
Estandardização: formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de trocas simbólicas.
Simbolização da unidade: construção de símbolos de unidade, de identidade e identificação coletiva difundidos por meio de grupo ou pluralidade de grupos.

FRAGMENTAÇÃO
Segmentação de grupos/sujeitos que possam ser uma ameaça às classes dominantes.
Diferenciação: ênfase nas distinções, diferenças e divisões entre pessoas.
Expurgo do outro: constrói um inimigo, interno ou externo, retratado como mau, perigoso ou ameaçador

REIFICAÇÃO
Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por retratar uma situação transitória e histórica como algo permanente, natural e atemporal.
Naturalização: estado de coisas sociais e históricas pode ser tratado como um acontecimento natural ou resultado inevitável de características naturais.
Eternização: os fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico e são apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.
Nominalização/passivização: tornar em nomes sentenças – e as ações e participantes nelas encontrados –, bem como o uso da voz passiva, concentra a atenção do ouvinte ou leitor para certos temas, em prejuízo de outros.

O senso-comum é substancialmente ideológico e esta interação foi explorada por Gramsci como ‘uma forma de atividade prática’ em que a ‘filosofia está contida como uma premissa teórica implícita e uma visão de mundo que se manifesta implicitamente na arte, leis, atividades econômicas e manifestações da vida social, individual e coletiva. (Fairclough, 1996:84). A ideologia está ligada a relações de poder, sendo que a do senso-comum apresenta-se a serviço da sustentação de diferentes relações de poder.

A ideologia é mais efetiva quando é pouco visível. Caso um aspecto do senso-comum seja conhecido como mantenedor de relações desiguais de poder, deixa de ser ‘senso-comum’, de ter a capacidade de manter tais relações ou funcionar ideologicamente. Os textos não ‘emanam’ ideologia, mas posicionam o intérprete por meio de suas ‘indiretas’, trazendo a ideologia para a interpretação.

Há um constante empenho por parte daqueles que detêm poder em tentar impor um senso-comum ideológico que se mantenha para todas as posições, havendo, contudo, um grau de verdade ideológica. Pessoas são familiarizadas com a ideologia política, pois o senso comum ideológico está em disputa com o nosso próprio. A eficiência de um verdadeiro líder nacional consiste em prever a atenção dividida das pessoas, e sempre concentrá-la em um único inimigo. A idéia de um povo como um composto individual é uma idéia bastante comum até hoje.

2.1.4.3 Hegemonia

A concepção de hegemonia, defendida por Fairclough (2001:122), confere a este termo representar a forma de liderança e dominação nos espaços econômicos, políticos, culturais e ideológicos de uma sociedade. Atuando como forma de poder, a hegemonia “é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (*idem, ibidem*). Esta concepção harmoniza-se com a que Gramsci apresenta em relação ao capitalismo ocidental e a estratégia revolucionária na Europa Central.

Gramsci conceitua **hegemonia** por meio de uma perspectiva marxista sobre os fatos históricos, uma concepção nova e central para o entendimento das questões sociais. Como uma forma de poder que se sustenta mais pelo consenso do que pela coerção (Chouliaraki e Fairclough, 1999:24), da hegemonia resulta a naturalização de práticas sociais e suas interações,

atuando mesmo em fatos do senso-comum. A política é considerada mais efetiva quando se torna o resultado da aquiescência e concessão do que do uso da força ou ideologia para a sustentação do poder.

Segundo Forgas (1988:422-423), Gramsci considera hegemonia como o resultado da liderança proletária na revolução democrática burguesa, em 1905, e, subseqüentemente, desta liderança proletária em aliança com camponeses e outros grupos explorados. A partir de suas notas de prisão, atesta-se que o autor considera o significado de hegemonia atrelado ao modo de produção de determinadas classes econômicas. Esta concepção se abre em duas vertentes: (i) aplica-se a outras classes sociais, em outros momentos históricos; (ii) significa liderança ‘cultural, moral e ideológica’ sobre grupos subordinados.

Em sua utilização na análise das relações de poder como meio de dominação, o conceito de hegemonia de Gramsci se destina a “buscar a universalização de significados particulares a serviço de adquirir e manter domínio” (Fairclough, 1999:58), resultando em uma cadeia de associações e oposições presentes entre ‘sociedade civil’ e ‘sociedade política’, concessões e coerção, direcionamento e dominação.

O conceito de hegemonia de Gramsci aparenta também ser marcado pela lingüística histórica quando da “influência ou o prestígio de uma forma de linguagem sobre a outra” (Forgas, 1988:423). Forças hegemônicas podem ser consideradas como antagonismos que tomam forma sobre a articulação das práticas discursivas, em uma forma de luta que nem sempre alcança êxito e que, por certo, ampliam as resistências. O embate hegemônico se processa em termos de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos (Fairclough, 2001:123). Este embate apresenta um paralelo entre o que ocorre no discurso (visto que há uma dialética na relação entre estruturas) e eventos discursivos, e leva em conta as estruturas discursivas na condição de ordens do discurso

A ordem do discurso pode ser vista como a faceta discursiva de um equilíbrio contraditório e instável constituidor da hegemonia (*idem, ibidem*). Há também os aspectos da prática discursiva, produção, distribuição e consumo de textos, que fazem parte do embate hegemônico e contribuem, em graus variados, para reproduzir e transformar a ordem do discurso e as relações sociais existentes e possíveis assimetrias a elas agregadas.

Segundo Fairclough (2001:126), o conceito de hegemonia auxilia-nos na descrição – no caso de uma análise de discurso – dos elos entre a natureza das práticas sociais e das práticas

discursivas da qual o discurso toma parte, inclusos aí os aspectos sociocognitivos para sua produção e interpretação. Este conceito apresenta o discurso tanto como matriz para analisar as práticas sociais onde o discurso é produzido – bem como as relações de poder que reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – quanto como modelo para se analisar a prática discursiva como um modo de luta hegemônica que se atém a reproduzir, reestruturar ou desafiar as ordens do discurso existentes.

2.2 As mudanças na modernidade tardia e a ADC

O processo histórico pós-feudalismo dá início a um conjunto de novos modelos institucionais e sociais que, durante os séculos posteriores, resultam em um repensar na forma de interação e comportamento das pessoas, imersa no processo constante de aprimoramento da sociedade capitalista. A partir do século XIX, o capitalismo passa por mudanças com tendências a um modelo econômico baseado no monopólio e na concentração, em um número sempre decrescente de empresas que se ampliam ao longo dos anos e dominam a produção no mundo capitalista. (Fairclough, 1992:35). A industrialização no século XX caracteriza-se como um período de impacto em que as relações sociais estão comprometidas com a utilização de máquinas e o uso generalizado de força material para o desenvolvimento produtivo, inaugurando um “sistema de produção de mercadorias que envolve tanto mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força do trabalho” (Giddens, 2002:21). Além dessas particularidades, há de se considerar a existência de um sólido aparato institucional de vigilância de populações e controle do uso da informação, com o fim de coordenar e controlar atividades sociais.

Estas séries de mudanças econômicas e sociais do novo século apresentam uma repercussão global. Mudanças significativas no plano econômico e produtivo referem-se, por exemplo, ao desgaste e término do modelo “fordista” de produção, consumo de bens e todo o aparato tecnológico a ele atrelado, para um sistema de “acumulação flexível” (Chouliaraki e Fairclough, 1999:3) que inaugura um momento de intensa modificação tecnológica associada a um grande incremento na diversidade de produtos, além de uma concepção moderna de relações de trabalho, onde se percebe uma flexibilidade no tempo empregado para a produção laboral. As grandes marcas empresariais tornam-se menos ligadas a seus países de origem, ampliando o transnacionalismo dos meios de produção.

Como se comentou anteriormente, há a tendência a se adotar uma maior flexibilidade no tempo empregado na produção e no trabalho. Isto por certo está estritamente ligado às questões econômicas e ao próprio discurso da economia. Uma abordagem crítica do discurso da flexibilidade, ou de qualquer outro aspecto discursivo ligado à economia, faz parte de uma análise das mudanças econômicas encontradas na modernidade tardia.

Associada a isso, a tecnologia promovida pelos canais de comunicação e pela informática iniciam novas formas de interação à distância, corroborando a proposta de Giddens (2002) sobre a ruptura da relação histórica entre o tempo e o espaço, em um processo de desencaixe dos modelos sociais até então vigentes entre os indivíduos, o que resulta em uma maior troca de bens econômicos e culturais. A nova relação espaço/tempo acaba por disponibilizar novos referenciais simbólico compartilhados por toda a humanidade.

O mundo capitalista atual estabelece um sistema de contagem de tempo de natureza global e padronizada, estabelecendo uma coordenação entre as ações de sujeitos distantes, mas cronologicamente ajustada. A produção global de bens, associada à nova relação entre tempo e espaço, promove uma interconexão entre “presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distancia’ com contextualidades locais” (Giddens, 2002:27). Os materiais impressos, por exemplo, atravessam o espaço tão facilmente quanto o tempo. À medida que estes objetos servem para corroborar a alteração das relações espaço-temporais, deduzimos que várias outras mudanças podem estar em pleno curso.

O conjunto de mudanças ocorrido na modernidade promove um afastamento da influência de práticas e preceitos já estabelecidos da vida social. Estas mudanças inauguram um momento histórico novo, marcado pela reflexividade. , que se constitui na representação criada pelas pessoas como parte daquilo que fazem, não havendo uma oposição entre as práticas sociais e a teoria que as produz. O conceito de reflexividade também se aplica aos aspectos lingüísticos das práticas (Chouliaraki e Fairclough, 1999:26). A partir deste processo reflexivo, o saber é colocado sob o domínio da incerteza – até mesmo os conhecimentos que se apresentam cristalizados na área das ciências naturais. Há uma retomada da concepção baseada na dúvida, ocasionando um repensar e mesmo a refutação de construtos científicos ante os novos paradigmas que resultam deste período histórico marcado pela reflexividade. Assim se apresenta a modernidade tardia, onde ‘Tudo o que é sólido se desmancha no ar’ e o que hoje é feito se desfaz no amanhã, a fim de que possa ser reciclado na semana seguinte e “todo o processo possa seguir

adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas” (Berman, 1995:97).

A reflexividade torna-se um componente central nas práticas sociais. Não somente as pessoas, mas também os Estados modernos possuem sistemas de se auto conduzirem por meio de sistemas reflexivos, os quais se coadunam com práticas geopolíticas, fazendo com que haja uma estreita relação entre prática e teoria. O que resulta deste momento histórico é representado reflexivamente e as interações entre prática e teoria surgem como um fenômeno natural.

A modernidade tardia apresenta-se como uma cultura de risco. Fruto também de um processo reflexivo, o risco é o caminho de se colonizar o futuro, ou melhor, um futuro reflexivamente organizado, tornando inconsistentes as abordagens tradicionais que delineavam uma visão futurista, ou sua explicação por meio de crenças ligadas ao destino. Pertencer à sociedade do risco importa atitudes calculadas dos indivíduos quanto a sua existência contemporânea e futura, globalmente comprometida.

Diante deste quadro de novos paradigmas sociais, a Ciência Social Crítica se atém à contribuição para uma maior conscientização histórica. Um importante aspecto desta teoria é a sua ênfase nas significativas transformações na linguagem e no ensino. Estas mudanças se apresentam como uma forma de teorizar, crítica e analiticamente, a modernidade tardia.

Os modelos sociais produzidos pelas pessoas são vistos nesta pesquisa como pertencentes ao advento da modernidade tardia. Essa requer uma teorização crítica que não somente ilumine o novo mundo que surge, mas pontue aspectos danosos que devem ser modificados ou mitigados. A contribuição da Ciência Social Crítica é a conscientização daquilo que é, como vem a ser e o que pode se tornar, baseando-se na qualidade das pessoas em fazerem e refazerem suas vidas (Chouliaraki e Fairclough, 1999:4). Com o fim de tentar melhor compreender as mudanças sociais que ocorrem na modernidade tardia, a Ciência Social Crítica enfatiza que tais modificações são significativas para a transformação da linguagem e do discurso, e oportuniza a Análise do Discurso a teorizar e analisar a modernidade tardia.

A Análise de Discurso Crítica

Wodak (2001) propicia uma visão de alguns princípios teóricos básicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) e uma sucinta descrição das vertentes mais importantes. A ADC objetiva

investigar criticamente as desigualdades sociais expressas, assinaladas, constituídas e legitimadas por meio do uso da linguagem ou no discurso, os quais servem para legitimar relações e a organização do poder. Como as legitimações dessas relações de poder não são articuladas, a linguagem é também ideológica. Outro princípio da ADC, proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), é o que objetiva não somente mostrar que recursos interdiscursivos estão presentes no discurso sob análise, bem como o meio como são construídos nos aspectos semióticos e lingüísticos, mas também mostrar por meio da análise como tais recursos são conjuntamente articulados no processo textual e como trabalham no desenvolvimento do texto no tempo (fala) e espaço (escrita).

A ADC busca focar o aspecto reflexivo inerente às práticas atuais. Há uma criação de novas representações, formulada pelos indivíduos nas sociedades modernas e pós-modernas, onde os resultados surgem como construtos da reflexividade, ou seja, as práticas dos indivíduos refletem uma interação direta com as reflexões teóricas.

Um aspecto ainda a se considerar é que a reflexividade se alcança por meio da luta social, e sua atuação nas práticas acarreta ao aspecto discursivo não somente o envolvimento da linguagem a vários estágios, mas também no sentido de que as construções discursivas das práticas são, por si mesmas, elementos dessas práticas, além de poderem estar na dependência de construções reflexivas com o fim de manter as relações de dominação e estarem, assim, a serviço da ideologia.

A ADC pode contribuir para as questões contemporâneas concernentes à democracia, não sendo sua abordagem teórica somente relevante para formas de diálogo democrático, mas para seus temas, objetivando trazer ao controle democrático aspectos do uso social da linguagem que geralmente fogem do controle democrático. Outro relevante aspecto da ADC é sua postura autocrítica a respeito da própria posição institucional e tudo aquilo que com ela está comprometido.

2.3 A Lingüística Sistêmico Funcional

Segundo Halliday (1994:xiv), a tradição histórica da lingüística ocidental, iniciada na Grécia antiga, direcionou-se para as seguintes estudos da linguagem: primeiro, a forma das palavras (morfologia); em seguida, a exploração das formas das sentenças (sintaxe) e, a partir dos

resultados obtidos, os questionamentos se voltam para o que estas formas de fato significavam. A partir da abordagem gramático-funcional, a linguagem é interpretada como um sistema de significados que são “acompanhado pelas formas por meio das quais os significados podem ser realizados” (*idem, ibidem*).

Por funcional entende-se que a estrutura conceitual baseia-se na funcionalidade e não na estrutura formal. Ela é funcional também por ser voltar para a interpretação dos textos, do sistema e dos elementos da estrutura lingüística. Halliday considera que essas três funções da linguagem podem ser definidas conforme o se explicita no quadro abaixo:

Função	Definição (tipo de significado)	Estatuto da oração
Ideacional	Construir um modelo da experiência; representar a realidade	Oração como representação
Interpessoal	Estabelecer relações sociais	Oração como troca / interação
Textual	Criar relevância ao contexto. Codificar significados de desenvolvimento textual	Oração como mensagem

FONTE : GOUVEIA (2006: sessão 3)

Esta multi funcionalidade é também compartilhada por Fairclough (2003:26-27), e sua abordagem das meta-funções se atém aos três modos em que o discurso figura como um dos momentos das práticas sociais: **o modo de ação** (gênero), em que o discurso apresenta-se como ‘parte de uma ação’; **modo de representação** (discurso), em que a representação do mundo e das praticas sociais constroem-se discursivamente; **modo de ser** (estilo), em que o discurso figura na construção dos modos sociais particulares ou identidade pessoais. Os gêneros, discurso e estilo têm por fim estabelecer uma interação do texto com a esfera social. Fairclough (*idem*) prefere denominar como significado, ao invés de função, o relacionamento entre o texto e o evento social a ele relacionado.

O início para esta análise gramatical funcional é identificar a oração, pois ela não é constituída somente por uma seqüência de letras ou sons, mas expressa sentido, que é sustentado pelas estruturas ou componentes da linguagem (Ravelli, 2000:29). Em um segundo momento da análise, é essencial focá-la em termos de sua categoria. A unidade gramatical tem que ser identificada, e isto é feito de duas maneiras: pela classe (verbo, adjetivo, advérbio, etc.) e função (*idem, ibidem*, p.29-31). A identificação da palavra ou grupo de classes é uma das contribuições que a gramática nos propicia, mas tais informações nos permitem saber pouco a respeito do significado. Sem nos atermos ao contexto, é impossível dizer qual a função do vocábulo ‘Defesa’

no enunciado ‘O Ministério da **Defesa** coordena as ações necessárias à **Defesa**’ (PDN-2005, introdução).

O sentido ideacional: ‘o que está ocorrendo?’

Para se analisar uma oração, deve-se considerar primeiramente que aspectos do significado estão em jogo. O sentido ideacional refere-se ao que acontece no mundo, o que está sendo representado (*idem, ibidem*, p. 35). É por meio desse sentido inerente a linguagem que ela representa o que de fato está ocorrendo. Isto em termo de eventos, ou seja, o acontecimento em seu sentido *lato*.

No centro das representações dos acontecimentos estão certas atividades ou modos de ser, denominados ‘*processos*’, sendo esses envolvidos de alguma forma por elementos denominados ‘*participantes*’, que fazem com que o evento ocorra, ou seja, são afetados por ele. O evento também pode ser representado por mais informações, denominadas ‘*circunstâncias*’. O processo, participantes e circunstâncias, juntos, referem-se ao **sistema de transitividade**.

O Brasil	<i>atua</i>	na comunidade internacional
participante	processo	circunstância

FONTE: PDN-1996, item 4.12

O processo é a ação em torno da qual a oração se estrutura, sendo realizado sempre por meio de verbos. Com o fim de que este processo aconteça, alguns elementos têm que estar envolvidos nele, serem dele participantes. Esses podem ser abstratos (o Estado) ou realizados por grupos nominais (o fenômeno da globalização). Assim, os participantes não necessariamente significam ‘humano’ ou ‘concreto’, mas referem-se a elementos envolvidos de alguma forma no processo. A perspectiva de análise funcional, contudo, não consiste em uma simples rotulação dos termos, mas reflete uma interpretação semântica e gramatical do texto. Existem vários tipos de processos e cada um contribui com um diferente sentido de ação ou acontecimento, e cada processo possui um modo particular de relacionar o participante. O quadro abaixo apresenta alguns dos processos, participantes e circunstâncias que compõe o sistema de transitividade:

PROCESSO	PARTICIPANTES	TIPO DE CIRCUNSTÂNCIA
Material	Ator, Força, Extensão, Beneficiário-Cliente, Beneficiário-Recipiente, Meta, Instrumento.	extensão, localização, modo, causa, contingência, acompanhamento, papel, matéria, ângulo.
Relacional	Portador, Atributo, Identificado, Identificador.	

FONTE : GOUVEIA (2006: sessão 4)

Processo material: o processo de fazer

Fornece um sentido de ação física, referindo-se ao sentido de ‘fazer’. Seus principais participantes são o ‘ator’ (responsável pela ação) e a ‘meta’ (o objeto da ação). Outros dois participantes são a ‘extensão’ (o domínio sobre o qual tem lugar), o ‘beneficiário’ (o que se beneficia do processo) e o instrumento (o meio que será utilizado) (Ravelli, 2000:35).

O País	empregará	todo o poderio militar necessário
<i>ator</i>	<i>processo</i>	<i>instrumento</i>

FONTE: PDN-1996, item 4.4

Processo relacional: o processo de ser

O participantes se relacionam um ao outro e se mostram conectados, sem a existência de um sentido de ‘ação’ envolvido. Este processo se caracteriza como formas do verbo ‘ser’, ‘ter’ ou sinônimos como ‘parecer’ ou ‘representar’. Existem importantes sub-tipos de processos relacionais: o modo atributivo e o modo identificativo (Halliday, 1994:120-123). O processo relacional pode se apresentar com um dos seguintes fins: atribuir características descritivas para a entidade (modo atributivo) ou fornecer-lhe algo de definitivo em sua identidade (modo identificativo).

Defesa Nacional	é	o conjunto de medidas e ações do Estado
<i>portador</i>	<i>processo</i>	<i>atributo</i>

FONTE: PDN-2005, item 1.4, II

Assim como os processos e os participantes, as circunstâncias podem também ser distinguidas de forma ampla, ocorrendo livremente em todos os tipos de processos e “essencialmente com a mesma significância onde eles ocorrem” (Halliday, 1994:150). Existe um elo contínuo entre o participante e a circunstância e, ao invés de girar em torno de si mesma, serve como forma de expansão do sentido. Os processos relacionais podem se apresentar como **i**dentificativos, quando determinada identidade está atribuída ao processo. Permite que haja a possibilidade de, invertendo a ordem dos participantes no processo, mantenha-se igual relação de significado referente ao processo:

A SPEM é o documento que sistematiza o planejamento de alto nível para as Forças Armadas
O documento que sistematiza o planejamento de alto nível para as Forças Armadas é a SPEM.

Nos processos Relacionais Atributivos, em que alguma qualidade é atribuída ou designada a eles, não apresentam este processo de reversibilidade.

Outro fator de relevância para o processo de transitividade são as circunstâncias. O elemento circunstancial em português, conforme propõe Gouveia (2006), “cobre uma variedade de significados”, ocorrendo de forma livre em todos os tipos de processos, e basicamente com o mesmo significado, não importa onde possa ocorrer. As circunstâncias são expressas, sobretudo, por grupos preposicionais, simples e complexos, e por advérbios – praticamente confinados a um tipo de Circunstância particular: a de Modo. O quadro a seguir demonstra o tipo de circunstância e as variantes nela encontrada (sub-categorias):

TIPO DE CIRCUNSTÂNCIA	SUB-CATEGORIA
Extensão	Temporal / espacial
Localização	Temporal / espacial
Modo	Meio / qualidade / comparação
Causa	Razão / propósito / benefício
Contingência	Condição, concessão, falta
Acompanhamento	Comitativo / aditivo
Papel	Modo / produto
Matéria	
Ângulo	

FONTE : GOUVEIA (2006: sessão 4)

O sentido interpessoal: papel, relações e atitudes

A linguagem faz muito mais do que simplesmente representar. Todos os atos de comunicação são sempre interativos e estabelecem a comunicação entre pessoas – sejam reais ou imaginárias. Ao mesmo tempo em que transporta algum tipo de conteúdo, a linguagem também constrói algum tipo de relação interpessoal. O que é relevante aqui são as regras e relacionamentos relativos à situação do texto. A relação da situação é refletida e construída pelos significados interpessoais do texto, o tipo de relação pessoal que é construída entre os que interagem na situação, as atitudes e opiniões expressas, o grau de formalidade e de familiaridade.

O significado interpessoal é realizado pelo modo gramatical da oração. O modo oracional é um termo técnico que tem por fim identificar estruturas gramaticais relevantes, sendo dependente dos constituintes da oração: o sujeito (elemento oracional que concorda com o verbo principal em pessoa e número) e a oração finita (parte de um grupo verbal que indica tensão ou modalidade). Identificando a presença ou ausência do sujeito e elementos finitos, e suas respectivas ordens, tem-se a base para identificar o modo oracional da oração.

A análise do modo oracional é um útil começo para o exame do significado interpessoal, mas também auxilia na captura do lado interno do significado interpessoal, explicando como o texto funciona em termos de criar um relacionamento entre os que interagem (produtor/receptor) no texto. Um texto impessoal não significa que não exista um sentido interpessoal. Pelo contrário, todos os textos possuem um significado interpessoal como parte intrínseca de sua estrutura.

3. METODOLOGIA E A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O presente capítulo tem como primeiro objetivo apresentar do arcabouço da ADC, proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), por ser a opção metodológica utilizada nesta pesquisa. Em um segundo momento, descreverei o *corpus* a ser analisado e a opção por mim tomada ao selecionar os recortes da pesquisa.

O arcabouço da Análise de Discurso Crítica

1. A percepção de um problema social.
2. Identificação de obstáculos a serem enfrentados, a partir da:
 - a) análise da conjuntura.
 - b) análise da prática em que o discurso é um momento:
 - (i) a relação do discurso com outros momentos.
 - c) análise do discurso:
 - (i) análise estrutural: a ordem do discurso.
 - (ii) análise textual/interacional: análise interdiscursiva, lingüística e semiótica.

O método da ADC inicia-se com a percepção de um problema relacionado discursivamente a algum aspecto da vida social (Chouliaraki e Fairclough, 1999:60), tendo por fim compreender o seu surgimento e como ele está enraizado na forma de organização da vida social.

Identificação de obstáculos a serem enfrentados

Este item da análise pretende especificar os obstáculos para que os problemas referidos anteriormente possam ser enfrentados, considerando três aspectos: (i) análise da conjuntura; (ii) análise da prática em que o discurso é um momento; (iii) análise do discurso.

a) Análise da conjuntura

‘Conjuntura’ são ajuntamentos relativamente duráveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas com o fim de projetos específicos, podendo também cruzar e trazer juntas diferentes instituições em seu projeto. A durabilidade da conjuntura varia consideravelmente – do estabelecimento de uma indústria à ampliação de um hospital, das campanhas para um sufrágio universal ao protesto sobre a construção de uma rodovia (Chouliaraki e Fairclough, 1999:22). A conjuntura representa um rumo particular em rede de práticas que constituem a estrutura social.

O nível de complexidade encontrado na conjuntura e sua ampliação no tempo e no espaço social podem variar em relação ao alcance e à quantidade de práticas a ela associadas. Um dos aspectos para a análise da conjuntura é perceber como o discurso está voltado para o tempo real, e a relação do discurso com as circunstâncias e processos de produção e consumo, visando a uma análise discursiva (*idem*, p. 61).

O capítulo 2 desta pesquisa tratou de delinear o panorama da conjuntura no espaço histórico entre 1996 e 2005, retratando várias práticas sociais relacionadas a este período em que a presença e o cruzamento de fatores locais, regionais e globais motivam a existência das questões relativas às PDNs 1996 e 2005 e suas representações discursivas. Neste meio tempo entre os dois textos, o Estado brasileiro implementa seu modelo de defesa nacional, coordenado por um órgão civil.

b) Análise da prática em que o discurso é um momento

O foco aqui se volta para a relação dialética existente entre o discurso e outros momentos da prática social: “atividades materiais (especificamente não semióticas, em que esta *semiosis* apresenta um aspecto material – p.ex., vozes e marcas no papel); relações sociais e processos (relações sociais, poder, instituições); fenômenos mentais (crenças, valores, desejos) e o discurso” (*idem*, p. 61). O objetivo é especificar a relação entre o discurso e esses quatro momentos: o quanto e quais as partes do discurso interagem nos outros momentos, quais as relações de internalização existentes eles e como o discurso atua de forma mais clara em relação a outros momentos. Por exemplo, questões de poder ligadas a questões de ideologia são mais bem trabalhadas em termos das relações entre o momento do discurso em relação a diferentes ordens do discurso.

c) Análise do discurso

Esta fase da análise está orientada para a estrutura / ordens do discurso que simbolizam e restringem relações interativas entre os recursos lingüísticos. A questão aqui é localizar o discurso em sua relação com as ordens do discurso, especificando como o discurso delinea seletivamente o potencial dessas redes, ou seja, quais gêneros, vozes ou discursos dentro de uma determinada ordem articulam-se em conjunto. Sob esta perspectiva de interação, a questão é como o discurso faz com que tais recursos atuem, de que modo os gêneros e discursos agem conjuntamente no processo textual do discurso, e que forma articulatória é produzida por meio do texto. Uma carta de intenções¹¹ e um decreto¹² são os gêneros textuais discursivamente apresentados pelos textos da PDN 1996 e 2005, e pertencem ambos os gêneros à ordem do discurso do poder Executivo, dada a finalidade a que cada um tem para agir em espaços sociais.

O corpus utilizado para análise

O *corpus* de análise estará voltado para os textos da PDN 1996 e 2005. Contudo, face à quantidade de temas que estão inseridos no todo de cada um desses textos, bem como a sua extensão – aproximadamente quatorze páginas assim distribuídas: cinco na PDN-1996 e nove na PDN-2005 – afigura-se uma tarefa de imensa extensão, caso se optasse por analisar todo o corpo textual. Para a escolha do corpus foram considerados: i) temas referentes a cada política de defesa em particular, pela possibilidade de veicularem discursos referentes a somente uma das PDN's ii) recortes textuais comuns às duas PDN's, atentando para o grau de similaridade que possa haver na comparação entre o discurso dessas políticas.

Assim, meu objetivo não é uma análise exaustiva do texto de duas políticas, mas contribuir com os resultados da pesquisa para um maior entendimento de certas questões ali apresentadas.

¹¹ “... Política de Defesa Nacional (PDN), de 1996, [...] está longe de ser efetivamente chamada de documento orientador da política brasileira de defesa, podendo ser considerada muito mais como uma carta de intenções.” MIYAMOTO, S. **A Política Brasileira Defesa e Segurança**. <https://www.defesa.gov.br/colecao/brasil.pdf>, pág. 194, acessado em 18 de maio de 2007.

¹² *Decretos* são atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expreso ou implícito, na lei. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/ManualRedPR2aEd.PDF, em 14 de março de 2007, Manual de Redação da Presidência da República.

Assim, para o desenvolvimento do trabalho foram feitos seis recortes que privilegiam os dois temas principais: a segurança e a defesa nacional, em um criterioso trabalho de limitação dos itens escolhidos. Dos fragmentos textuais destacados, três pertencem ao documento de 1996 e três ao de 2005. Os temas, seguidos dos recortes que serão utilizados para a análise, encontram-se assim dispostos:

a) A necessidade de se implementar uma Política de Defesa Nacional brasileira

PDN 1996, Introdução, itens 1.1, 1.2 e 1.6

b) Como cada documento apresenta a Política de Defesa Nacional

PDN 1996 itens 4.1, 4.3 e 4.4

PDN 2005, Introdução

c) O conceito de Estado, Segurança e Defesa Nacional

PDN 2005, itens 1.1 e 1.4

d) A atuação do Estado brasileiro quanto à defesa. A vertente preventiva e reativa.

PDN 1996, itens 4.1, 4.3 e 4.4

PDN 2005, itens 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4

Cabe esclarecer que, desses conjuntos de textos que serão alvo da pesquisa, os subconjuntos 'a' e 'c' tratam de temas referentes a cada documento em particular, enquanto o critério adotado nos subconjuntos 'b' e 'd', foi o de estabelecer uma comparação entre temas recorrentes em cada uma das políticas, contrastando e analisando os dados que ali se apresentam. A opção por um viés comparativo tende a levantar questões ligadas à evolução dos temas e conceitos comuns em cada PDN, sem perder cada um dos discursos seu caráter de individualidade.

4. LEITURA CRÍTICA DO DISCURSO DA POLÍTICA DE DEFESA

Este capítulo do trabalho tem por finalidade efetuar uma leitura crítica de fragmentos textuais da PDN 1996 e 2005, analisando alguns de seus recursos lingüísticos, a relação desses recursos com a construção de sentidos e a relação do discurso com outros momentos das práticas (crenças, valores, ideologia). Os títulos que estão acima de cada texto da análise não fazem parte do corpo das PDNs, mas visam a uma síntese do conteúdo a ser tratado. As categorias gramaticais sublinhadas em cada enunciado correspondem aos recursos lingüísticos que serão alvo de análise. Os temas serão: (i) A necessidade de se implementar uma Política de Defesa Nacional brasileira; (ii) Como cada documento apresenta a Política de Defesa Nacional; (iii) O conceito de Estado, Segurança e Defesa Nacional na PDN-2005; (iv) A atuação do Estado brasileiro quanto à defesa. A vertente preventiva e reativa.

4.1 Exame dos recursos lingüísticos

A necessidade de se implementar uma Política de Defesa Nacional brasileira

PDN 1996, INTRODUÇÃO

1.1. Diante do novo quadro mundial de desafios e oportunidades, é necessário promover no Brasil o desenvolvimento de modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico, aptas a atender às necessidades de defesa do País.

1.2. As transformações ocorridas no plano interno, bem como as verificadas no contexto regional e global, tornam necessário e oportuno explicitar uma política de defesa nacional, emanada do mais alto nível do Estado, que reflita os anseios da sociedade e sirva como marco referencial para as estratégias decorrentes.

1.6. A implementação de uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de auto-proteção, depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática.

Esta primeira análise se volta para o discurso referente à implementação de uma política de defesa nacional para o Brasil, dando início a uma nova fase do pensamento estatal brasileiro quanto à defesa nacional. O tema aqui tratado é exclusivo do texto da PDN-1996, não apresentando um conteúdo semelhante na PDN-2005. Assim, a Política de Defesa Nacional, promulgada em novembro de 1996, “constitui a primeira tentativa do Poder Executivo de se estabelecer objetivos e diretrizes acerca de política de defesa brasileira de forma democrática” (Moreira, 2004:94).

a) *Diante do novo quadro mundial de desafios e oportunidades (...)* (item 1.1)

As transformações ocorridas no plano interno, bem como as verificadas no contexto regional e global (...) (item 1.2)

Deste primeiro fragmento do discurso da PDN-1996, nota-se a ocorrência da proximidade de sentido quando se confronta a relação entre os vocábulos (i) **novo / transformações** e vocábulos (ii) **quadro / plano**. Cada um desses grupos atua em campos lexicais pertencentes, respectivamente, aos seguintes domínios semânticos: grupo (i) o que é recente / o que se tornou diferente do que era; grupo (ii) aquilo que se vê, se observa ou se manifesta / situação, posição, categoria.

Vanoye (1998:28) define um campo lexical como “o conjunto de palavras empregadas para designar, qualificar, caracterizar, significar uma noção”. Assim, obtém-se uma relação estreita entre os dois fragmentos textuais onde se encontra cada um dos itens lexicais, manifestando uma idéia de que a Política de Defesa Nacional de 1996 resulta do contexto histórico manifestado pelas mudanças advindas da globalização¹³. A relação entre o vocábulo **mundial** (item 1.1) e os adjetivos **interno, regional e global** (item 1.2) também revelam a abrangência e o conseqüente nível de comprometido desta política.

Nesses fragmentos textuais em análise, os textos se relacionam entre si por meio do recurso lingüístico da paráfrase, que corresponde “a uma espécie de tradução dentro da própria língua, em que se diz, de maneira mais clara, num texto B o que contém no texto A” (Garcia, 2000:201), em uma seqüência das idéias encontradas no texto original (item 1.1) expressas de forma mais clara em sua paráfrase (item 1.2), sem a repetição de vocabulário e estrutura que se encontra no texto parafraseado.

¹³ ver item 1.1 desta pesquisa

Segundo Plebe & Emanuele (1992:76-77), “existe uma *repetição criativa* que é bem diferente da pura e simples representação dos elementos idênticos, e essa repetição criativa incide de maneira essencial sobre o ritmo de uma composição”. Assim, a paráfrase e o ritmo implementam na PDN-1996 uma forma de reiterar o contexto e evocar a dinamicidade histórica na qual esta política de Estado se insere. A repetição, atuando por meio da paráfrase com um valor de insistência, serve como um recurso de intensificação da temática do texto. O contexto de mudanças em nível interno, regional e global se apresenta de maneira ampla e imensurável, sendo que o recurso lingüístico da intensidade pode revelar-se, segundo Cruzeiro (1973:14) “como a quantificação indefinida do que não é quantificável”. Assim, a repetição e o parafraseamento atuam como reforçadores da argumentação (Koch, 2004b:112) dilatando a força argumentativa do discurso.

b) (...), é necessário promover no Brasil (...) (item 1.1)

(...)tornam necessário e oportuno explicitar(...) (item 1.2)

O recurso da modalização tem como objetivo preservar a face do locutor por meio de atenuações e ressalvas encontradas no texto, assim como marcar o grau de comprometimento ou engajamento desse locutor em relação ao que se apresenta no discurso (Koch, 2004b:125). Os fragmentos textuais em análise apresentam dois exemplos de modalizadores: **é necessário** e **tornar necessário**, que se caracterizam como deônticos por indicar “o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional (*idem, ibidem*, p. 137), uma forma de julgamento de valor referente a condutas que devam ser tomadas. Este mecanismo argumentativo da linguagem atua como meio de produzir uma forma de normatização, um ato de fazer.

Ao designar a atitude do sujeito falante em relação a seu próprio enunciado o que, por conseguinte, institui um tipo de interação com seus locutores, o papel da modalização neste trecho da PDN-1996 tem por objetivo: (i) demonstrar a autoridade e o poder advindos de quem ambiciona estabelecer esta política de Estado; (ii) condicionar o sujeito leitor a um instante de passividade, em que a voz do agente produtor do discurso, atuando pela modalização, se apresenta como a voz do poder, um momento de assimetria entre quem produz e quem consome o texto. Como o recurso da modalização está sendo utilizado como um meio de tornar compulsória

a existência de um discurso sobre defesa nacional, pode-se inferir que este discurso não é “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta” (Foucault, 1996:10).

A presença dos modalizadores nos itens iniciais desta política configura não somente a obrigatoriedade de implementação da PDN-1996, mas coloca em xeque quaisquer outras políticas de Estado que não se coadunem com as propostas deste discurso. Pode-se inferir que as estruturas militares vigentes neste momento passam por um processo de desgaste¹⁴, já que suas estruturas foram forjadas em outro contexto discursivo que, de certa forma, começa a ser refutado por meio da autoridade expressa com o uso do modalizador.

c) (...) o desenvolvimento de modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico (...) (item 1.1)

A Gramática de Port-Royal considera que “os objetos de nossos pensamentos são ou coisas, (...) comumente chamado de *substância*; ou a maneira das coisas (...) o que é denominado *acidente*” (Arnauld e Lancelot, 2001:32). Enquanto as *substâncias* subsistem por elas mesmas, os *acidentes* só existem pelas *substâncias*. Denomina-se como substantivo as *substâncias* existentes no discurso que não possuam necessidade de ter sua existência atrelada a um outro nome, sendo que o adjetivo – mesmo aqueles que possam significar alguma substância – se denomina como *acidente*, reafirmando seu significado quando está junto a outras *substâncias* no discurso.

Os adjetivos podem apresentar, segundo Port-Royal, duas significações: **distinta** (denotativa) e **confusa** (conotativa). “Todo adjetivo (...) tem uma relação de identidade com o substantivo” (*ibidem*, p. 213), devendo haver uma concordância de gênero e número entre o adjetivo e o substantivo a que se refere. Assim, por mais que no enunciado um destes vocábulos se mantenha afastado do outro, “o espírito logo reúne, para o sentido, todas as palavras que têm uma relação de identidade” (*ibidem*, p. 214).

Os *acidentes* ‘próprias’, ‘flexíveis’ e ‘criativas’ atuam no substantivo ‘modalidades’ com o fim de prover esta *substância* – e por extensão o pensamento estratégico brasileiro – do sentido de ser autêntico, de fácil manejo e ser resultado da inventividade. Desta forma, a PDN-1996 busca por metas que apresentem as seguintes características:

¹⁴ ver item 1.3 desta pesquisa

(i) serem autênticas (*próprias*). Isto implica desenvolver um modelo de defesa novo e que responda aos objetivos do Brasil no final do século XX. Com o fim do sistema bipolar¹⁵, inicia-se um momento de repensar os modelos de atuação dos países no cenário internacional, conduzindo os Estados a um reordenamento de seus paradigmas quanto às questões de defesa. O Brasil, ao optar por um projeto próprio nas questões de defesa nacional, inicia um processo de remodelagem em sua identidade, podendo até mesmo fazer com que seu paradigma de atuação sirva como referência para outros Estados;

(ii) apresentar um modelo maleável (*flexíveis*) de política de defesa não representa fraqueza ou instabilidade, mas, inserido no curso de um momento histórico marcado pelas incertezas, faz com que o Brasil se volte para um modelo democrático e participativo ao idealizar e construir suas diretrizes de defesa. A ‘flexibilidade’ tem se tornado um conceito chave e habitual que abrange desde a intensiva inovação tecnológica na diversificação produtiva, até as mudanças nas relações de trabalho e na ampliação de meia jornada como padrão laboral (Chouliaraki e Fairclough, 1999:3).

O capitalismo global ‘flexível’ já faz parte das transformações culturais da modernidade tardia, sendo que o discurso evocando a ‘flexibilidade’ torna-se um dos recursos conquistados por estas modificações. A análise deste discurso representa uma parte fundamental para se conhecer a postura de novos valores referentes a este período, estando a PDN-1996 comprometida com este marco de história atual;

(iii) optar por um modelo *criativo* de modalidade de defesa importa em encontrar uma forma efetiva de atuação dentro de um espaço social marcado pela diversificação. O espaço criativo resulta do diálogo democrático. Sendo a linguagem um ponto central na vida social contemporânea (*ibidem*, p. 9), uma política de Estado criativa tende a circular por vários espaços sociais com trânsito e certo grau de aceitabilidade. Pela presença desta tríplice adjetivação, encontrada nos adjetivos ‘próprias/flexíveis/criativas’, implementa-se um sentido de algo novo, moderno e eficiente ao vocábulo ‘modalidades’. Por meio da utilização deste substantivo abstrato, destaca-se “o sentimento, a qualidade, o estado” (Martins, 1989:79) que dele emana e também o realça.

¹⁵ ver item 1.1 nesta pesquisa

d).(...) *modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico, (...)* (item 1.1)

O substantivo ‘pensamento’ – como o ato ou efeito de pensar, um ponto de vista ou opinião (Ferreira, 1986) –, modificado e delimitado semanticamente por meio do adjetivo ‘estratégico’, está relacionado diretamente aos aspectos de reflexividade¹⁶ encontrados neste documento, sendo que todo o conjunto discursivo da PDN-1996 se apresenta como resultado de uma ‘teoria’ que produz práticas sociais e a representação deste documento é parte daquilo que faz. A SPEM (Sistemática de Planejamento Estratégico Militar), em seu propósito, pode ser considerada como um tipo de prática discursiva e social fruto da reflexão sobre a PDN. Assim, as práticas sociais referentes à política de defesa se apresentam como resultado de um processo de reflexividade, não existindo oposição entre a teoria e a aplicação das práticas relacionadas a esta política de Estado.

Para Giddens (2002), a ordem pós-tradicional da modernidade inaugura um momento em que se perde a eficácia sobre a vida social de “práticas e preceitos preestabelecidos”. A reflexividade se apresenta como uma ‘desconstrutora’ da certeza do conhecimento, fazendo com que a ciência não se mantenha da acumulação indutiva de demonstrações, “mas do princípio metodológico da dúvida” (*idem*, p. 26). Diante deste novo fato social e histórico, não se sustentam mais as respostas prontas ou os textos hermeticamente projetados, fechados em si mesmos e aversos a críticas. Tomo como exemplo parte do amplo comentário que Proença Júnior (1998) faz a respeito da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Uma das partes constituintes desta doutrina denomina-se ‘Objetivos Nacionais Permanentes’. Por meio da expressão ‘permanente’, a DSN se apresenta como uma doutrina perene e legitimada, que considera o objetivo nacional como algo que permanece, não atentando para um mundo em franca mudança.

Segundo o autor, discordar dos parâmetros estáticos da DSN pode ser considerado uma forma de traição à Pátria, aniquilando, assim, a divergência de opiniões e a possibilidade de uma convivência democrática em uma sociedade modernamente complexa e em mudança. Um ‘pensar estratégico’, agindo como uma ‘modalidade’ caracterizada pela flexibilidade, originalidade e criatividade, outorga ao texto da PDN-1996 um lugar no centro das transformações por que passam todas as tendências globalizantes da modernidade.

¹⁶ ver item 2.2 nesta pesquisa

e) A *implementação de uma política de defesa sustentável (...)* (item 1.6)

Outro recurso utilizado para demonstrar haver uma mobilização em se construir uma política de defesa está no uso do vocábulo ‘implementação’. A escolha pela forma nominalizada transforma “processos e atividades em estados e objetos, e ações concretas em abstratas” (Fairclough, 2001:227). A utilização do verbo ‘implementar’ traria para o texto um valor de algo duradouro. O próprio sentido do vocábulo ‘implementação’ sugere que algo está em curso e inacabado, induzindo a idéia de que a PDN é um objeto em construção.

Há também, no emprego dos vocábulos citados, um sentido de ‘ausência’ e não transparência dos agentes responsáveis por este processo. Isto pressupõe que, como não se determina exatamente quem são os participantes deste processo de implementação e, considerando que as práticas sociais atuam por meio de pessoas, esta indeterminação se volta para toda sociedade e com ela e se relaciona, conclamando-a a se engajar nas questões de defesa nacional.

Estas mudanças e a convocação da sociedade podem ser atestadas pela iniciativa do ex-ministro da Defesa, Geraldo Quintão, que propôs durante sua gestão atualizar a Política de Defesa Nacional de 1996, solicitando para esta tarefa a contribuição de um grupo de acadêmicos, políticos, jornalistas, militares e outros especialistas (Oliveira, 2005:370), para que temas relativos à defesa nacional pudessem ser discutidos democraticamente.

Desejo me deter no sintagma ‘política de defesa sustentável’. Um grupo de palavras e significados são os objetos com que, conforme Fairclough (2001:230), os produtores e intérpretes de textos sempre se defrontarão, sendo que a relação das palavras com seus respectivos significados é o de ‘muitos-para-um’, apresentando as palavras um variado número de significados, fazendo com que produtores estejam de frente a várias escolhas de qual palavra usar, enquanto os intérpretes se confrontam com várias interpretações diante das escolhas efetuadas pelos produtores.

Na análise de cada um dos vocábulos que constitui o sintagma em questão, tomo a palavra ‘política’ na acepção de Proença Jr. que a considera como um produto social que se baseia em acordos e acordos de caráter provisório, “respeitando as relações de forças e interesse políticos predominantes no momento da tomada de decisão” (1998:47). Uma política de Estado que se volta para a defesa distingue-se de outras políticas por estar voltada “para a paz em termos

razoáveis” (*idem, ibidem*). O caráter de ser ‘sustentável’ é um argumento que confere a esta política a capacidade de se manter em uma constância por certo período, como documento declaratório (o que se diz) e concreto (o que faz) do Estado brasileiro em matéria de defesa nacional.

f) *modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar(...)* (item 1.6)

As orações adjetivas guardam, no exemplo em análise, uma estreita relação com o que qualificam, constituindo-se como parte integrante do que é retomado pelo relativo ‘que’ e suas elipses consequentes [*que fortaleça (...), reduza (...)* e *compatibilize (...)*]. Além das acepções conferidas aos textos por estas orações, a representação dos fatos denota um sentido de ‘fazer’, como se este processo estivesse em curso. Por meio do conjunto de verbos **fortalecer, reduzir e compatibilizar**, constrói-se a noção de que as entidades representadas sintagmaticamente *uma política de defesa nacional e modelo de desenvolvimento*, atuam com o fim de atingir suas metas: democracia, equilíbrio social, regional e a harmonia entre as prioridades do Estado.

A coordenação entre as orações subordinadas adjetivas não lhes confere independência. Garcia (2000:46-48) propõe haver uma “dependência semântica mais do que sintática” no caso de orações relacionadas pelo processo de coordenação por justaposição, ou coordenação assindética.

Um conjunto de idéias que guarda entre si uma forma de correspondência introduz na oração uma simetria de construção ou paralelismo, que tem por fim estabelecer uma diretriz que evite construções incorretas ou inadequadas (Garcia, 2000:53). O paralelismo está relacionado à idéia de coordenação, em que se dá um encadeamento de valores sintáticos idênticos ou de equivalência, guardando entre si uma relação de interdependência, já que “qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais” (Koch, 2004:109).

Para uma construção mais ampla de sentido, a relação de dependência de uma oração com outra se torna maior para a construção do sentido quando se apresenta pelo processo de subordinação. As mudanças no sentido do sintagma ‘modelo de desenvolvimento’, pelo paralelismo de orações subordinadas adjetivas, conferem, segundo Fairclough (2003:88) uma

forma de legitimação do discurso por meio de uma estratégia simbólica de racionalização, em um raciocínio que justifica este conjunto de relações¹⁷.

Como cada documento apresenta a Política de Defesa Nacional

PDN 1996

1.3. A Política de Defesa Nacional, voltada para ameaças externas, tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esferas de poder, e com o envolvimento dos setores civil e militar.

1.4. A Política de Defesa Nacional, tema de interesse da sociedade como um todo, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios estipulados na Constituição Federal e está em consonância com a atitude externa do País, que se fundamenta na busca da solução pacífica de controvérsias e do fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

PDN 2005, introdução

A Política de Defesa Nacional voltada, preponderantemente, para ameaças externas, é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. O Ministério da Defesa coordena as ações necessárias à Defesa Nacional.

A Política de Defesa Nacional, tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Esta análise dos textos da PDN-1996 e PDN-2005 focará a parte introdutória de cada documento, em uma reflexão sobre a maneira como cada política apresenta sua noção de 'Política de Defesa Nacional', com o fim de avaliar a existência ou não de mudanças discursivas e as implicações decorrentes.

a) *A Política de Defesa Nacional voltada, preponderantemente, (...)* (PDN-2005, introdução)

O que primeiro me chama a atenção é o significado das palavras, a lexicalização e a forma de construção das frases em cada um dos documentos. Segundo Fairclough (2001:230), os produtores do texto estão ante as escolhas sobre o uso de uma palavra, e cabe ao leitor a interpretação da escolha feita pelos produtores e quais valores foram atribuídos às palavras, sendo

¹⁷ ver item 2.1.4.2 nesta pesquisa

que “os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas”.

No documento de 2005, o advérbio *preponderantemente* relaciona-se aos seguintes sentidos (Ferreira, 1986): (i) (subst.) ‘qualidade ou estado de preponderante’; (ii) (subst.) ‘predomínio, supremacia, hegemonia’; (iii) (verbo) ‘ter mais influência ou importância’. Este advérbio atua como um modificador da oração a que se relaciona [... voltada (...) para ameaças externas’]. Cabe ressaltar que, no documento de 1996, esta oração apresenta-se na condição de intercalada dentro do período, modificando a força ilocucional que o texto apresenta. Segundo Perini (2000:63), “a força ilocucionária não é uma propriedade das frases propriamente ditas, mas das frases **em determinados contextos**” (grifo do autor). O contexto histórico pode ser tomado como o motivador para esta construção textual.

Podemos inferir também, tomando como referência o documento de 1996, que o autor destaca, por meio da interposição da oração reduzida de particípio, o valor declarativo ou informativo a respeito desta política. Por outro lado, ao interpor entre vírgulas o vocábulo *preponderantemente*, faz com que a força ilocucionária declaratória assumam um novo sentido, ou seja, o sentido desta palavra seja realçado por estar entre vírgulas, como um modificador ilocucional que redireciona, inaugura e reforça um novo objetivo para a PDN-2005.

Por meio de um grau de imperatividade atribuído ao conteúdo da proposição, o vocábulo *preponderantemente* age como um modalizador deôntico. Segundo Koch (2004:76), os modalizadores atuam como parte da atividade ilocucionária, “já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz”. Ainda segundo a autora, “as modalidades deônticas referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer”. A modalidade aqui representada é, segundo Fairclough (2001:201), “um ponto de interseção no discurso, entre a significação da realidade e a representação das relações sociais”.

Além disto, o documento não explicita, mas a expressão *preponderantemente* guarda em uma falta de clareza quanto às outras finalidades da Política de Defesa Nacional. Este ‘silêncio’ do texto pode não ser casual, apesar de que uma política de Estado deva ser objetiva e clara em seus propósitos. Segundo Orlandi (2002:37), ‘quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o “pensamento”, a introspecção, a contemplação etc.’. Esta falta de clareza conduz o leitor à condição de pressupor possibilidades veladas de atuação do Estado no campo da defesa nacional. Segundo Fairclough (2001:156), “em muitos casos de pressuposição, o

‘outro texto’ não é um outro texto especificado ou identificável, mas um ‘texto’ mais nebuloso”. Uma das pressuposições que podemos eleger é a possibilidade de emprego do aparato e dos objetivos ligado à política externa de defesa ser utilizada quando em ameaças internas, o que faria com que houvesse uma ampliação das manifestações de poder do Estado brasileiro.

Com o fim de explorar e analisar a ‘estrutura textual’ ou a ‘arquitetura’ dos textos (Fairclough, 2001:106), tomo como base o sintagma nominal¹⁸ ‘A Política de Defesa Nacional’, que se apresenta em posição temática nos documentos de 1996 e de 2005, atendo-me às formas e a ordem dos elementos constituintes de cada um desses textos, ressaltando as características do planejamento de cada um dos deles.

Percebe-se algumas diferenças no léxico e na construção das frases no item 1.3 da PDN-1996 e a na introdução da PDN-2005:

A Política de Defesa Nacional (1996)

a) tem por finalidade:

- i. fixar os objetivos para a defesa da Nação;
- ii. orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional

A Política de Defesa Nacional (2005)

a) é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa

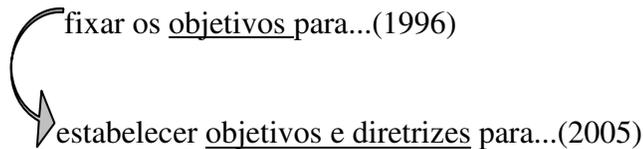
b) por finalidade:

- i. estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional

Os dois textos se apresentam como marcos para um determinado fim: ameaças externas, apesar de existir diferenças para se atingir tais finalidades. Na PDN-1996, o documento se propõe a ‘fixar’ os objetivos e a ‘orientar’ o preparo e o emprego, enquanto na PDN-2005 a proposta é ‘estabelecer’ objetivos e diretrizes. ‘Fixar’ e ‘estabelecer’ se apresentam em um mesmo campo semântico, mas sua significação pode tomar concepções diversas na medida em que seu sentido é

¹⁸ Segundo Souza e Silva, 2001, ‘o sintagma consiste num conjunto de elementos que constituem uma unidade significativa dentro da oração e que mantêm entre si relações de dependência e de ordem’.

remodelado pelo comprometimento histórico. A figura a seguir demonstra o deslizamento de sentido ocasionado pela historicidade:



‘Fixar’ relaciona-se sintaticamente com ‘objetivos’, enquanto ‘estabelecer’, com ‘objetivos e diretrizes’. É atenuado na PDN-2005 o caráter orientador que está presente em 1996. Enquanto este último se apresenta com uma função prescritiva (fixar) e norteadora (orientar), o documento de 2005 prescreve (estabelecer) tanto os objetivos quanto as diretrizes. Ademais, há uma mudança naquilo que cada política se propõe: ‘a defesa da Nação’ (1996) – em que se evidencia a postura estratégica de natureza combativa – e ‘o preparo e o emprego da capacitação nacional’ (2005) – quando se valoriza o engajamento da nação.

b) *A Política de Defesa Nacional, voltada para ameaças externas, tem por finalidade fixar (...)* (PDN-1996, item 1.3)

A Política de Defesa Nacional voltada, preponderantemente, para ameaças externas (...) (PDN-2005, introdução)

A estrutura global dos dois textos se apresenta de maneira semelhante. Contudo, pequenas mudanças podem ser consideradas como partes de grande importância para o texto como um todo, visto que é a partir das considerações primeiras sobre a Política de Defesa Nacional que o restante do texto se apóia. Pode-se notar que há uma sutil diferença quanto à questão do **envolvimento**: o documento de 1996 apresenta em primeira posição o setor civil e em segunda posição o setor militar [‘(...), com o envolvimento dos setores civil e militar.’] (PDN-1996, item 1.1). De maneira contrária, a PDN-2005 apresenta em começo o setor militar, seguido pelo setor civil [‘(...) com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas (...)’] (PDN-2005, introdução).

Parece que no segundo texto há, em princípio, uma maior relevância no engajamento militar para a consecução daquilo que se espera desta política. No entanto, um dado novo é a coordenação das ações pelo Ministério da Defesa (*‘O Ministério da Defesa coordena as ações necessárias à Defesa Nacional’*) (2005, introdução) que é comandado por um civil, o que resulta, evidentemente, em um tipo de conflito de poder, textualmente representado, entre militares e civis, um embate pelas posições de relevância no discurso.

Outro aspecto a ser observado relaciona-se a área de atuação de cada PDN. Enquanto o documento de 1996 se volta para a ‘política externa do País’, o texto de 2005 se alinha ‘com orientações governamentais e política externa do País’. Este acréscimo reforça os laços entre esta política e o próprio Estado, em um reforço de suas alianças para: a) ressaltar a liderança do governo; b) ratificar o papel da política externa (relevante na medida em que aparece nos dois documentos); c) deixar claro as instâncias do poder no que se refere à Política de Defesa. O texto de 1996 evidencia, também, a importância da defesa territorial, enquanto o de 2005 destaca a valorização do entorno estratégico: a projeção marítima (“Amazônia Azul”, PDN-2005, 4.5) e a influência do Brasil na África.

O conceito de Estado, segurança e defesa na PDN-2005

1.1 O Estado tem como pressupostos básicos o território, o povo, leis e governo próprios e independência nas relações externas. Ele detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente, provendo-lhes, também, a segurança.

1.4 Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Um dos novos itens que se apresentam na PDN-2005 é a definição de três conceitos fundamentais para uma política de defesa: Estado, Segurança e Defesa Nacional. Não se deve

perder de vista que a forma de implementação desta política, por meio de um decreto presidencial¹⁹ – gênero discursivo que regula comportamentos (Schneuwly & Dolz, 2004:60-61) – confere a este documento um sentido particular de poder que não se encontra no texto da PDN-1996.

De acordo com a idéia exposta, as noções apresentadas neste trecho da PDN-2005 definem o espaço de atuação do Estado e as características de um modelo de segurança e defesa que atendam aos objetivos do Brasil diante das transformações inerentes à modernidade tardia. Para o desenvolvimento destas noções, o discurso se vale da descrição como tipologia textual²⁰ para reconhecer as propriedades do ‘Estado’, ‘Segurança’ e ‘Defesa Nacional’, conforme as categorias propostas por Pauliukonis (2000:43) sobre o texto descritivo:

a) identificação: consiste no reconhecimento de um ser como único, junto a outros seres. Trata-se de um determinado ‘Estado’ e não de outro qualquer, com certos detalhes que o particulariza tais como: ‘tem como pressupostos básicos o território’, ‘detém o monopólio legítimo de coerção’.

b) informação: tem-se um panorama informativo sobre o ser, que resulta do conhecimento que o observador apresenta com relação ao objeto: ‘Segurança é a condição que permite’

c) qualificação: apresenta um julgamento, onde se reconhece qualidades e defeitos do objeto. O fragmento ‘Defesa Nacional é o conjunto de medidas’ apresenta o sintagma ‘conjunto de medidas’ como uma forma de qualificar o sintagma ‘Defesa Nacional’, porém de forma vaga e subjetiva. Faz-se necessário, para dirimir este valor de subjetividade, que o restante do enunciado apresente explicações suplementares.

Os fragmentos textuais a seguir serão objeto de análise, em que outras categorias serão abordadas.

¹⁹ Ver item 1.4.2 desta pesquisa

²⁰ Segundo Marcuschi, a tipologia textual se designa como “uma espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. Marcuschi, Luiz Antonio. **Gêneros Textuais: definição e funcionalidade**. In Dionísio, M. e Bezerra. *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Ed Loucerna, 2002, pág. 22.

a) *O Estado tem como pressupostos básicos o território, o povo, leis e governo próprios e independência nas relações externas (...)* (item 1.1)

Este trecho da PDN-2005 faz uma projeção do vocábulo ‘o Estado’ e os atributos a ele ligados. A opção por determinado processo verbal, com o fim de representar a realidade, pode, segundo Fairclough (2001), ter uma significação cultural, política ou ideológica. O verbo ‘ter’, neste enunciado, apresenta certa perspectiva de mundo inerente ao Estado brasileiro, relacionando-o a seus espaços de atuação e ação. O *processo*²¹ utilizado para esta representação de mundo é denominado ‘processo relacional’ (Halliday, 1994:119), no texto representado pelo verbo ‘ter’. Por este processo, os participantes (o Estado, território, povo, etc.) relacionam-se uns com os outros e se mostram conectados, sem que haja necessidade de um sentido de ‘ação’ envolvido (Ravelli, 2000:39). A construção do processo relacional pelo verbo ‘ter’ não apresenta neste texto o sentido de posse, mas sim o de identificação²² (Halliday, 1994:122). A estrutura da transitividade é estabelecida pela existência de um identificado (O Estado), processo (tem) e o identificador (o território, o povo, etc.). Segundo Koch (2001:25) “**o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele**, no curso de uma interação” (grifo da autora). Portanto, este sentido elabora um contexto em que o Estado se identifica pela existência de povo, território, leis, etc.

b) *Ele detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente (...)* (item 1.1)

A forma verbal ‘deter’ apresenta, entre outras, as seguintes acepções: (i) reter; (ii) conservar em seu poder (Ferreira, 1986). Estes dois significados podem se empregados ao enunciado em análise por projetar e conferir ao Estado o lugar de agente que se apresenta como aquele que conserva o direito exclusivo e legal da aplicabilidade do bem simbólico da punição que, por conseguinte, se mostra em estreito relacionamento com o vocábulo ‘coerção’. Por meio de um valor de verdade que se manifesta pela expressão ‘legítimo’, o Estado justifica a

²¹ ver item 2.3 desta pesquisa

²² Nesta concepção, o verbo ter se refere a: ‘correspondendo a’, ‘representa’, ‘é representado por’, ‘deve ser’.

possibilidade de atuar como instituição punitiva. Segundo Foucault (2005:47), “a relação verdade-poder é essencial para os mecanismos de punição”, e esta manifestação da identidade do Estado em sua condição de soberania é construída segundo um argumento que remete à idéia de que “diante da justiça do soberano, todas as vozes devem-se calar” (*idem*, p.33).

Conjugada no tempo verbal presente, a forma verbal ‘detém’ “indica ações e estados permanentes ou assim considerados, como sendo uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei (presente durativo)” (Cunha, 1985:437). Desta forma, a legitimidade em punir resulta também do sentido que o tempo verbal confere ao discurso e identifica a posição do Estado quanto à sua autoridade durativa em levar adiante seus desígnios.

O vocábulo ‘monopólio’, com o valor de ‘controle exclusivo de uma atividade, atribuído a determinada empresa ou entidade’ (Ferreira, 1986), apresenta seu sentido modificado: (i) pelo adjetivo ‘legítimo’ (que tem origem na lei), manifestado como um qualificador (enquanto forma de especificação) e um delimitador (ao atuar isoladamente, refutando outros designativos) agindo no processo de construção de um sentido estreito e inerente ao papel do ‘monopólio’; (ii) pelo sintagma ‘meios de coerção’, na função de complemento nominal, define o tipo de monopólio.

Por meio dessa estrutura: nome (monopólio) + adjetivo (legítimo) + complemento nominal (dos meios de coerção), são ressaltados os aspectos de soberania do Estado, da legalidade de sua atuação coercitiva. O poder atua e é aqui analisado, segundo Foucault (1979:177), como um “esquema contrato-opressão”, em que o Estado se vale de sua soberania não como seu edifício único, mas das “múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social” (Foucault, 1979:181)

A perífrase verbal²³ ‘fazer valer’, na oração adverbial final ‘para fazer valer’ expressa a idéia de que uma ação é a causa da outra, uma forma de obrigação. O uso da perífrase implica que a validade da lei e da ordem, bem como as ações subseqüentes, se dá como causa da ação expressa pelo verbo ‘fazer’, relacionado ao Estado brasileiro quanto a seu aspecto de soberania.

d) *Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;*

²³ Ver Othon Garcia (2000, p. 90)

O tema ‘Segurança’ se apresenta em destaque no documento de 2005 que, em princípio, pretende tratar de uma política voltada para a defesa nacional. Proença Jr. (1998:55) considera a segurança como “um estado desejável, uma situação que permita aos cidadãos e às sociedades o estabelecimento de laços estáveis”. Este fragmento da PDN-2005 apresenta-se como um tipo de informação que fornece um juízo de valor quanto ao conceito de ‘segurança’. Ao analisar a estrutura da transitividade no enunciado ‘Segurança é a condição que...’ percebe-se haver um processo relacional atributivo (*Segurança* – Portador; *é* – Processo; *a condição* – Atributo) que objetiva propiciar atributos para ‘Segurança’ na relação estabelecida entre seus participantes – identificado e identificador.

Halliday (1994:120) postula que em processos desta natureza “uma entidade tem alguma qualidade atribuída a ela”, ou seja, significam haver uma entidade que está sendo utilizada para atribuir algo a outra. O atributo ‘a condição’ propicia ao termo ‘Segurança’ um sentido de distinção no discurso da PDN-2005, como parte de um jogo de poder que prioriza a Segurança como o fim que se almeja. Assim, a PDN-2005 se apresenta não somente com o propósito de discorrer sobre os temas da defesa nacional, mas também como a que guarda o direito de, como representante legal desta política, ter o poder de definir e determinar atributos relativos à segurança nacional.

As ações de ‘preservar’, ‘realizar’ e ‘garantir’ que se apresentam no texto por meio do processo da nominalização (‘a preservação’, ‘a realização’, ‘a garantia’), “tendem a eliminar referências a contextos espaciais e temporais específicos, através da eliminação de construções verbais” (Thompson, 1995:88). Parece que estão em curso ações relativas à ‘Segurança’ que se mostram contínuas, não especificando o tempo e lugar que as limitam. Ao apresentar idéias similares, este grupo de nomes se dispõe no enunciado em um paralelismo que constrói um sentido de equilíbrio e harmonia para o discurso de consolidação da soberania, da integridade do território, dos interesses nacionais e da garantia aos cidadãos de exercerem os direitos e os deveres constitucionais.

f) Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (...)

Este tópico da política de defesa trata de forma particular a Defesa Nacional e suas características e atribuições. Pode-se notar que a estrutura da transitividade se apresenta de forma semelhante ao discurso anterior: por meio de um processo relacional atributivo (‘Defesa Nacional [portador] é [processo] o conjunto de medidas e ações do Estado [atributo]’). Esta situação pode ter conseqüências na relação entre ‘defesa nacional’ e a atuação das Forças Armadas: apesar do discurso valorizar o sintagma ‘com ênfase na expressão militar’, parece que os espaços de atuação das Forças Armadas estão bem definidos e limitados, em uma forma de subordinação e limitação dos militares ao contexto que a Defesa Nacional lhes confere pelo discurso, que se apresenta como um espaço de manifestação das relações de poder. Pode-se inferir que há também uma relação de completude entre Segurança e Defesa Nacional, sendo que a defesa se apresenta como um meio para se atingir o estado de segurança.

A atuação do Estado brasileiro quanto à defesa. A vertente preventiva e reativa.

PDN 1996, ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

4.1. O escopo de atuação do Estado brasileiro na área de defesa tem como fundamento a obrigação de prover segurança à Nação, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.

4.3. A vertente preventiva da defesa brasileira reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e na existência de uma estrutura militar de credibilidade capaz de gerar efeito dissuasório eficaz.

4.4. O caráter defensivo não implica que, em caso de conflito, as Forças Armadas tenham que se limitar estritamente à realização de operações defensivas. No contexto de um plano mais amplo de defesa, e a fim de repelir uma eventual agressão armada, o País empregará todo o poderio militar necessário, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com o mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz.

PDN 2005, ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

6.1 A atuação do Estado brasileiro em relação à defesa tem como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.

6.2 A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório.

6.3 A vertente reativa da defesa, no caso de ocorrer agressão ao País, empregará todo o poder nacional, com ênfase na expressão militar, exercendo o direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU.

6.4 Em conflito de maior extensão, de forma coerente com sua história e o cenário vislumbrado, o Brasil poderá participar de arranjo de defesa coletiva autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.

Esta análise tratará o modelo adotado para a estratégia de defesa do Brasil na PDN-1996 e PDN-2005, uma abordagem que tem por objetivo avaliar as mudanças no discurso, com o fim de observar, entre diversos aspectos, em que nível ocorreu a evolução das questões relativas à atuação do Estado brasileiro nas questões estratégicas de defesa nacional.

a) (...) *obrigação de prover segurança à Nação(...)* (PDN-1996, item 4.1)

(...) *obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País (...)* (PDN-2005, item 6.1)

Iniciarei esta primeira análise detendo-me no processo verbal (Halliday, 1994) que se apresenta nas orações em questão. Cada um dos verbos (prover / contribuir) se manifesta em um contexto discursivo diferente (PDN-1996 e PDN-2005). Difere também o participante relacionado a cada um desses processos: prover ↔ segurança; contribuir para ↔ elevação do nível.

Ao tomar como referência esses dois verbos, para focar a estrutura de transitividade presente no discurso, nota-se que a partir do sentido do verbo **prover** (fornecer, abastecer) está em curso um processo material, expressando a noção de ação de física, um sentido de 'fazer'. O documento de 1996 constrói um sentido de atuação do fator segurança diretamente comprometido com os habitantes do território (nação). Por meio do processo de transitividade, há a sensação de uma atividade pontual e contínua, legando ao Estado a tarefa de ser o responsável pelos atos e resultados quanto à segurança do povo organizado de seu território. Existe um estado de ordem e de imperatividade, a sensação da ausência de um espaço de reflexão e dos meios para se chegar ao fim proposto: uma imposição característica do discurso militar (faça-se, cumpra-se). Espera-se uma mecânica dos movimentos, o aumento do elo coercitivo entre a aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (Foucault, 1997:119)

O verbo **contribuir** (cooperar, colaborar) sugere também um sentido de ação expresso por um processo material no discurso. O que está em jogo no texto de 2005 é sua opção em colaborar para um gradual nível de segurança. Contribuir encerra, no fragmento em análise, um sentido de que o Estado, como a entidade que de fato promove as ações de defesa, atua como um dos setores responsáveis pela "elevação do nível de segurança nacional". Há um apelo ao engajamento de outros agentes sociais, o envolvimento e o compromisso da sociedade brasileira no trato com estas questões. Um projeto conjunto, democrático, onde o Estado se apresenta como co-responsável de um objetivo comum do país e de seus cidadãos.

b) (...) *tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito*. (PDN-1996, item 4.1 / PDN-2005, item 6.1)

Este fragmento dos textos analisados apresenta, na construção de seu discurso, uma relação de paralelismo e equivalência entre as sentenças (Garcia, 2000:105) sendo que o primeiro enunciado ('em tempo de paz') estabelece com o segundo ('em situação de conflito') uma forma de correlação entre eles expressa pelo par *tanto...quanto* (Martins, 1989:140). Partindo desta premissa, todo o aparato de atuação do Estado, com o fim de prover a segurança da nação, quando em tempo de conflito, objetiva também valorizar e intensificar os atos e resultados quando em tempo de paz. A partir do tema presente no primeiro enunciado, pode-se inferir que há um compromisso do Estado brasileiro quanto a seu posicionamento não beligerante, a opção em valorizar uma condição política baseada na paz. Segundo Proença Jr. (1998:60), "um Estado pacífico é pacífico por seus compromissos e propósitos, não por sua timidez, nem por seus arsenais."

A partir da relação de paralelismo e equivalência entre os enunciados, pode-se deduzir haver um equilíbrio na promoção de interesses nacionais ao se optar por um modelo político baseado em postura pacífica, resultado do entrosamento entre diversos segmentos constituintes da sociedade. É uma política que estabelece compromissos com a nação, na medida em que o Estado se representa textualmente como entidade atuante na paz e no conflito, responsável pela segurança e defesa nacional, em um discurso que revela seus direitos legítimos de soberania e o poder estatal em suas práticas reais e efetivas, sendo, conforme Cepik enfatiza (2001:8), quando os interesses do Estado se chocam com os de algum grupo ou indivíduo, "os governantes e suas burocracias têm recursos de poder para tentar impor, mais ou menos coercitivamente, sua vontade em nome da ordem pública, da moralidade ou da segurança nacional".

c) *A vertente preventiva da defesa brasileira reside na valorização da ação diplomática* (PDN-1996, item 4.1 / PDN 2005, item 6.1)

A partir do termo 'vertente' subentende-se haver um ponto comum de onde convergem ramificações. Este ponto nodal é a própria esfera da defesa que, por conseguinte, está comprometida em propiciar o equilíbrio na segurança nacional. O sistema de defesa do Brasil se

manifesta em termos de um espaço de atuação em várias frentes, “uma harmonização de pontos de vista entre diversas agências responsáveis por assuntos externos do país.” (Proença Jr., 1998:18). A utilização do termo ‘vertente’ no discurso da PDN apresenta os contornos da reformulação brasileira na área de defesa e segurança nacional, subordinando as diversas agências governamentais aos direcionamentos preconizados constitucionalmente.

A expressão *reside* chama a atenção por apresentar-se no tempo verbal “presente do indicativo”, por meio do qual constrói o sentido de “presente durativo: ações e estado permanentes.” (Cunha, 1985:437). A utilização deste recurso da temporalidade verbal apresenta a “característica de se estender mais para um tempo que passou ou mais para um tempo que virá” (Corôa, 1985:46), emanando ecos de atuação da vertente preventiva para frente ou para trás no tempo. Segundo a proposta dos processos verbais, o verbo *residir* expressa um processo relacional identificativo, em que uma entidade é utilizada para identificar a outra (Halliday, 1994:122) (*A vertente preventiva da defesa brasileira / ação diplomática*). Por meio deste processo (Ravelli, 2000:40), atribuem-se características descritivas para a diplomacia, fornecendo-lhe algo de definitivo para sua identidade: ser uma vertente da defesa do Brasil, com o papel preventivo para com situações de conflito.

O processo relacional identificativo, que se manifesta por meio do verbo ‘residir’, projeta-se no complemento verbal ‘na valorização’. Este sintagma se apresenta nominalizado, o que vem a tornar um processo verbal (valorizar) em uma construção resultada da conversão de um verbo em um nome (Fairclough, 2001:49). Thompson (1995:88) propõe que a nominalização concentra a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas em prejuízo de outros, eliminando referências a contextos espaciais e temporais específicos. Como o tempo não é indicado, associa-se a atemporalidade marcada pelo presente do verbo *residir*, em um sentido que confere uma ampla atuação da diplomacia.

d) (...) como *instrumento primeiro* de solução de conflitos (...) (PDN-1996, item 4.3 / PDN-2005, item 6.2)

O adjetivo *primeiro*, posposto ao substantivo *instrumento*, apresenta-se com o sentido de algo que está adiante ou acima de todos em qualidade e posição, não apresentando o sentido relacionado a uma seqüência numérica. Segundo Fairclough (2001:105) há no dicionário muitos

vocábulo sobrepostos e em competição aos diferentes domínios, instituições etc. Assim, o termo *instrumento* é o receptor dos sentidos de ‘maior relevância’, ‘o mais importante’. Além de o termo *instrumento*, combinado com a expressão *primeiro*, ressaltar o papel e a atuação da vertente diplomática, expressa também o significado representacional, apresentando a diplomacia comprometida e valorizando a dessecuritização²⁴, uma forma de atuar textualmente representada que remete às suas prioridades a tendência da política externa e de defesa do Brasil. Por meio de uma “manobra” discursiva, o par *instrumento primeiro* apresenta uma carga argumentativa baseada no pressuposto de que a diplomacia representa dois aspectos: o meio para se atingir uma situação de politização e o ponto de convergência para o processo de dessecuritização. Esta opção política pode ser confirmada em dois discursos do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, quanto às relações com a Bolívia face às atividades da Petrobrás naquele país: o tom do Brasil em relação às negociações com a Bolívia “é de diálogo, com defesa firme de seus interesses. O Brasil é contra isso, não quer radicalizar. O que queremos é negociar, conversar e encontrar uma solução.”²⁵ “Já não estamos mais no século 19 nem vamos mandar tropas para a fronteira: deve-se respeitar a soberania dos países.”²⁶

O que se pode pressupor é que, a partir da manipulação discursiva expressa pelos vocábulos “instrumento primeiro”, nota-se que, conforme Fairclough (2001:156), se torna difícil desafiá-la por seu propósito de manipular as pessoas. O que se pode inferir é que a utilização do termo ‘primeiro’ teve por objetivo um fim político que, por meio de um confronto e jogo de palavras, reforça a construção temporária de alianças, o resultado de um entrelaçamento de interesses entre as diversas forças políticas do cenário social brasileiro.

e) *estrutura militar de credibilidade capaz de gerar efeito dissuasório eficaz*. (PDN-1996, item 4.3)

existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório. (PDN-2005, item 6.2)

²⁴ “Dessecuritização” envolve os seguintes processos: um movimento de temas para fora da agenda de “segurança” e o retorno para o espaço do discurso político público, bem como para as disputas políticas e acomodações tidas como “normais”. WILLIAMS, Michel. **Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics**. International Studies Association, 2003, pag. 523

²⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u58031.shtml>, acessado em 02/05/2007

²⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u101417.shtml>, acessado em 02/05/2007

O uso de determinada seleção lexical pode vir a resultar em um conjunto de implícitos que se relacionam com a forma como as palavras foram dispostas no texto. Da relação estabelecida entre os termos *capaz* – *eficaz*, nota-se haver uma idéia de um pronto emprego, rapidez, movimentos previamente definidos e prontos para serem utilizados (Foucault, 1997:118). Uma linguagem que apresenta traços de um discurso militar, em um espaço discursivo de preeminência da diplomacia. Há, assim, uma tensão no discurso, um instante de empenho pela manutenção de tradicionais espaços de poder. Esta é uma das características do texto da PDN–1996: um momento de transição entre o discurso tradicional e mecanicista da caserna em confronto com as novas diretrizes políticas que valorizam o diálogo e a negociação. Segundo Cervo:

O Itamaraty apropriou-se, nos anos 1990, da doutrina de segurança e da política de defesa, deprimindo o papel das Forças Armadas nessa área. A política exterior do Brasil desqualificou a força como meio de ação em favor da persuasão. O país abandonou a tendência iniciada nos anos 1970, em termos políticos, com a transição da segurança coletiva para a nacional e, em termos industriais, com a produção de meios de defesa e dissuasão. Reforçou seu pacifismo, firmando pactos internacionais de desarmamento. (Cervo 2002, 468-470)

O termo “dissuasório” é o tema central para onde convergem as outras expressões desses enunciados. **Dissuadir** significa “tirar de um propósito, desaconselhar” (Ferreira, 1986). A expressão já encerra em si um valor de pacificação, negociação, características que não se apresentam como marcas de um discurso beligerante ou militar, mitigando uma possível política da *deterrence*²⁷ a ser veiculada pelo texto.

Desta forma, o documento de 2005, ao exibir a expressão ‘dissuasório’, conjugada ao vocábulo ‘apta’ e ‘capaz’– no sentido de estar pronto –, apresenta-se comprometido com um processo amplo e engajado das Forças Armadas brasileiras. Estas, adequando-se às novas perspectivas históricas assumidas pelo Estado brasileiro, devem estar prontas e alinhadas com **os** novos paradigmas estratégicos propostos pela PDN-2005. De acordo com o exposto, as atuações das Forças Armadas estão comprometidas com um propósito maior, pondo um limite a possíveis

²⁷ A teoria da *Deterrence* corresponde à estratégia militar desenvolvida e utilizada durante a Guerra Fria e nos tempos seguintes. Sua relevância está ligada a questões de armas nucleares, sendo ainda uma política corrente dos EUA no policiamento de tecnologia nuclear desenvolvida pela Coreia do Norte e Iran.

decisões unilaterais deste setor estatal. O termo ‘eficaz’ dá idéia de que já é esperado este resultado junto a um conjunto de medidas, bem como o comprometimento de vários outros setores do país, em um esforço por estabelecer um projeto nacional de defesa e segurança por meio de um discurso moderado e que reforça o papel da diplomacia. Uma guerra silenciosa por espaços de poder no discurso, porém um ganho para o Estado que busca assim uma forma de manutenção de seu poder. “O desempenho relativo de um Estado no provimento de ordem pública e na esfera nacional constitui o elemento mínimo a partir do qual se pode julgar suas pretensões de obter lealdade e obediência por parte dos cidadãos” (Cepik, 2001:7)

f) *O caráter defensivo não implica que, em caso de conflito, as Forças Armadas tenham que se limitar estritamente à realização de operações defensivas* (PDN-1996, item 4.4)

A vertente reativa da defesa, no caso de ocorrer agressão ao País, empregará todo o poder nacional, com ênfase na expressão militar(...) (PDN-2005, item 6.3)

O texto apresenta uma nova forma de lexicalização para representar um mesmo viés do Estado, contudo, inseridos em contextos diferentes. Por meio de uma relexicalização (Fairclough, 2001:105), os sintagmas **caráter defensivo** (PDN-1996) e **vertente reativa** (PDN-2005) propiciam a cada um dos o texto uma significância política diferente, como parte das lutas sociais e políticas. Enquanto o documento de 1996 pressupõe que às Forças Armadas são conferidas a possibilidade de uma atuação reativa e de ataque, o documento de 2005 utiliza-se do verbo ‘empregar’, conjugado no futuro do presente, denotando um sentido de ordem (Cunha & Cintra, 1985:447) e conclamando os vários segmentos nacionais a um engajamento, caso o País se encontre ante uma situação crítica para a defesa nacional. A ‘vertente reativa’ apresenta-se como uma forma de “construção de alianças e integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas” (Fairclough, 2001:122), em uma relação hegemônica não só com as Forças Armadas, mas com toda a sociedade.

g) (...) *não implica que, em caso de conflito, as Forças Armadas tenham que se limitar estritamente à realização de operações defensivas* (PDN-1996, 4.4)

A negação é utilizada com finalidade polêmica. Maingueneau (1997:82) postula que este tipo de negação contesta e opõe-se a uma assertiva anterior, explícita ou não (neste enunciado, o sintagma ‘o caráter defensivo’). É um verdadeiro ato de negação do enunciado positivo a que corresponde, mantendo uma relação de contradição com o enunciado que refuta, ou seja, implica que, em caso de conflito, as Forças Armadas possam vir a realizar operações de caráter **não** defensivo. O discurso propõe um enunciador que mantém o ponto de vista de que as Forças Armadas possam atuar por meio de um embate bélico. A presença da negação permite haver uma perda do sentido positivo encontrado no sintagma que antecede a negação.

h) (...) *o País empregará todo o poderio militar necessário*, (PDN-1996, item 4.4)

(...) *empregará todo o poder nacional*, com ênfase na expressão militar (PDN-2005, item 6.3)

É interessante notar a seleção lexical e a mudança do sintagma “poderio militar” (PDN-1996) para “poder nacional” (PDN-2005). Por meio desta mudança, há uma nova orientação quanto a quem detém o poder a ser empregado. O texto de 1996 promove a atuação efetiva e eficaz das Forças Armadas (‘todo o poderio militar’), em um esforço por mantê-las em posição de destaque ao que se refere a questões de guerra ou situações análogas. O texto de 2005 apresenta um comprometimento de toda a nação (‘todo o poder nacional’), quanto às Forças Armadas, apesar do papel de relevância promovido pelo discurso (‘com ênfase na expressão militar’), há uma imposição ao limite de atuação dos militares, promovendo um reajuste de poder do Estado, uma forma de equilíbrio do poder.

i) ... *exercendo o direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU*. (...) *o Brasil poderá participar de arranjo de defesa coletiva autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU*. (PDN-2005)

O texto da PDN-2005 orienta-se para uma relação de proximidade com a Organização das Nações Unidas (ONU). O sintagma ‘direito de legítima defesa’, referente às leis promulgadas pela ONU, confere ao Brasil a oportunidade de reafirmar seu papel no conjunto de nações filiadas

a este organismo, além de se valer do aval da lei, caso haja necessidade de uma atuação beligerante. Por ser um ‘direito’, possui o sentido de algo digno de apoio; por estar inserido em uma cadeia de raciocínios – como em ‘direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU’ –, o discurso deste texto da PDN constrói, por meio deste recurso simbólico, uma ideologia que tem por fim “persuadir uma audiência de que isto é digno de apoio” (Thompson, 1985:83).

Ao se evocar o sintagma ‘Carta da ONU’, legitima-se as ações defensivas do Brasil, além de reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com o quê é previsto neste documento internacional. Contudo, a utilização do verbo ‘poder’ (*poderá* participar de ...), conjugado no tempo do futuro, apresenta um sentido de ‘condição’, ou seja, para que de fato se realize este empreendimento de um ‘arranjo de defesa’, é necessário haver uma série de entendimentos entre o Estado brasileiro e a ONU, o que confere ao Brasil a condição de negociador em questões internacionais.

4.2 O discurso da PDN com os outros momentos da prática

Esta seção da pesquisa tratará da análise da prática em que o discurso da PDN apresenta-se como um dos momentos, considerando principalmente a dialética entre este discurso e os outros momentos da prática social, bem como a internalização de outras práticas ao discurso.

As mudanças ocorridas pelo processo de globalização afetaram profundamente as estruturas sociais de todo o mundo. Giddens entende que “a globalização da atividade social que a modernidade ajudou a produzir é de certa maneira um processo de desenvolvimento de laços genuinamente mundiais” (2002:27). Comprometida com este momento da história, a PDN-1996 busca, diante desta homogeneização da sociedade global, um paradigma próprio quanto a seu pensamento estratégico, garantindo ao Estado brasileiro uma forma de atuação que se diferencie de um modelo comum e tenha a possibilidade de ser uma referência em questões de segurança e defesa.

O texto, porém, é impositivo ao tratar da necessidade de se criar um modelo próprio de estratégia de defesa:

“Diante do novo quadro mundial de desafios e oportunidades .é necessário promover no Brasil o desenvolvimento de modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico...” (PDN-1996, 1.1),

O discurso concita (*é necessário*) e defende (*promove*) a vigência de uma política de Estado que resulta de pensamentos e valores que estão na mente das pessoas, permeiam seu senso comum e aqui se apresentam textualmente. Neste momento, pode-se também observar a presença de vocábulos referentes também a questões de poder (pensamento estratégico, defesa) e de forma não direta e textualizada, implica em aspectos ideológicos imbricados nas relações sociais comprometidas com este fato social.

O discurso impõe a necessidade de estabelecer este paradigma estratégico como algo que se apresente como permanente, natural e atemporal. Por meio da estratégia da *naturalização*, o Estado adota um discurso em que os temas relacionados ao pensamento estratégico brasileiro seja tratado como um acontecimento natural ou resultado inevitável de características naturais. Uma forma de manifestação de poder a partir da criação de novas idéias, visto que “as hipóteses de guerra no planejamento estratégico brasileiro durante a Guerra Fria já não tem vigência” (Cavagnari Filho, 1996). Como resultado, espera-se uma gradual mudança no pensamento das Forças Armadas, pois não há mais um combate à expansão comunista, além de haver uma gradual e profunda ruptura no poder dos militares desde o fim do regime militar.

O surgimento desta primeira política de Estado, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e a presença deste novo discurso e modalidade de pensamento, caracterizada como ‘própria’, ‘flexível’ e ‘criativa’, posiciona o Estado brasileiro na condição de um sistema reflexivamente monitorado, que segue uma política e planos coordenados em uma escala geopolítica.(Giddens, 2002:22). É também durante este governo e com a implementação deste discurso se dá o primeiro passo em direção a significativas modificações na área de defesa nacional, a exemplo da criação do Ministério da Defesa, resultando para os militares uma gradual e contínua perda de espaços de influência.

Não há, contudo, nenhuma certeza de que este novo quadro mundial venha a ser mais simétrico, pacífico e justo. Cavagnari Filho (*op. cit.*) postula que nada o exime o “Brasil de pensar e organizar sua defesa de acordo com os novos pressupostos de intervenção do direito a guerra”. Em matéria jornalística do dia 14 de maio de 2006, o Correio Braziliense afirma haver a necessidade de uma reformulação na política de defesa, pois a “paz na América do Sul é incerta”.

Como exemplo de uma ação concreta das Forças Armadas, inicia-se um remanejamento de pessoal militar e recursos da região amazônica para as fronteiras com a Bolívia, Paraguai e Uruguai. Ainda segundo Cavagnari Filho, a força militar brasileira “continuará a exercer sua função para a política enquanto a necessidade de segurança é um interesse nacional”

Nesta mesma matéria jornalística do Correio Braziliense, informa-se que a Política de Defesa Nacional, aprovada em 2005 na vigência dos Partidos dos Trabalhadores no poder, é o resultado de “três revisões e duros embates travados entre a caserna e o Itamaraty”. A crença e a valorização da diplomacia como uma opção política do Brasil diante das questões de segurança e defesa nacional resulta em um momento de tensão no discurso de poder da PDN, com um claro arrefecimento do papel dos militares nesta questão, conforme os exemplos a seguir:

A vertente preventiva da defesa brasileira reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e na existência de uma estrutura militar de credibilidade capaz de gerar efeito dissuasório eficaz. (PDN-1996, 4.3)

A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório. (PDN-2005, 6.2)

A ação da diplomacia como o instrumento relevância no trato das questões de defesa promove uma segmentação entre o Itamaraty e as Forças Armadas, e ao posicioná-las em segundo plano para a solução dos conflitos, o discurso da PDN atua em enfatizar um estado de distinção, diferença e divisão, típico de um modelo ideológico construído simbolicamente por meio do processo da *diferenciação*. Isto é o resultado de uma opção política, um rumo que direciona as ações do Estado e que reforça o término de um período marcado pela presença marcante do pensamento militar no poder, além de o discurso apresentar o significado representacional da diplomacia como entidade do Estado que atua em novos espaços de dominação. “Em uma democracia, a defesa nacional ‘

Segundo Proença Jr. (1998:38), os entendimentos formulados pela *Doutrina de Segurança Nacional* “sobrevivem de maneira institucionalizada e acrítica nas discussões sobre assuntos de segurança e defesa no Brasil”. Oliveira (2005:88) também pontua que “os militares tendem a dominar códigos e conceitos, muitos dos quais em franca deterioração, a exemplo da Doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra”. Assim, a PDN de 1996 e 2005 surge como marco da manifestação de novos atores nas questões de defesa e segurança nacional, em uma

reorganização do jogo de poder por meio da reestruturação do discurso da diplomacia, que se amplia para um território até então pertencente à esfera do militarismo²⁸.

O discurso político da ONU, sobre questão de segurança e defesa, está presente no texto da PDN-2005, e faz parte da concepção do modelo estatal brasileiro, em uma relação que se apresenta “no centro de toda representação ideológica e, portanto, imaginária do mundo real” (Althusser, 1985:87). O discurso da PDN apresenta um cruzamento o faz referência a outros textos (Carta da ONU, Conselho de Segurança da ONU) em sua materialização discursiva.

A vertente reativa da defesa, no caso de ocorrer agressão ao País, empregará todo o poder nacional, com ênfase na expressão militar, exercendo o direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU. (PDN-2005, item 6.3)

Este posicionamento apresenta um reforço aos laços existentes entre o Brasil e os fóruns internacionais, especificamente com a ONU, apresentando-os como algo legítimo, justo e digno de apoio. Por esta estratégia de *racionalização*, é estabelecido um modelo ideológico que defende ou justifica um conjunto de relações do País com este organismo internacional.

Com o fim de primeiro ratificar as alianças do Brasil com esta instituição, há uma ativa promoção e atuação das Forças Armadas brasileiras como “Forças de Paz da ONU”, atando em vários espaços de conflito (ex. Haiti, Timor Leste), conferindo à instituição militar características que apresentam traços com os da diplomacia e prontas a se inserir em um projeto global de atuação pela paz. Neste quadro de alianças, pode-se deduzir que o Brasil persegue a oportunidade de conseguir um espaço permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Em conflito de maior extensão, de forma coerente com sua história e o cenário vislumbrado, o Brasil poderá participar de arranjo de defesa coletiva autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU. (PDN-2005, item 6.4)

²⁸ Segundo Felipe Kern Moreira, antes de 1996 o documento que o Brasil dispunha para assuntos de política de defesa nacional era o Conceito Estratégico Nacional – CEN, texto de conteúdo secreto elaborado pelo Conselho e Segurança Nacional e baseado na doutrina da Escola Superior de Guerra. *In: A Percepção de Ameaça na Política de Defesa Brasileira no Pós-Guerra Fria*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2004, pág. 94.

O Brasil também procura uma reformulação daquele organismo internacional e para isto reforça sua imagem de Estado voltado para uma política atenta a manobras não agressivas para solução de impasses entre os países. Rejeita, de forma velada, o posicionamento da nova doutrina norte-americana relativa ao *The National Security Strategy* de resistência à agressão por meio da agressão. O termo '*arranjo de defesa coletiva*' pode ser visto como uma estratégia de *eufemização*, onde ações promovidas pela ONU com fins militares acabam por ser redescritas de forma a despertar um valor positivo. Segundo Moreira (2004:98), “com a democratização dos mecanismos decisórios, o papel unilateral do regime castrense arrefece, fator este que traz consigo possíveis conseqüências, como a reformulação do papel das Forças Armadas”, agindo em um processo de luta hegemônica e acomodação de forças no discurso e nos atos relativos à defesa nacional e ao processo de globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este trabalho, apresentarei as mudanças observadas no discurso de Segurança e Defesa Nacional e nas estratégias nos documentos analisados. Para isto, retomarei algumas considerações já desenvolvidas ao longo da dissertação e apresentarei outras que decorrem dos resultados das investigações. A finalidade é mostrar como os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Uma das características da modernidade tardia são as mudanças na linguagem e no discurso, ocorrendo, entre outros fatores, a “eliminação de marcadores explícitos de hierarquia e assimetria de poder em tipos de discursos institucionais nos quais as relações de poder são desiguais” (Fairclough, 2001:250). No curso dessas transformações, a ADC contribui para a análise e a compreensão deste período histórico em sua manifestação discursiva.

As mudanças em uma política de Estado condicionam-se, entre outros fatores, às estruturas sociais e políticas que se apresentam em determinado contexto histórico. Dessa forma, houve a necessidade em se adequar o discurso da PDN-1996 ante os novos parâmetros característicos da globalização. Segundo Oliveira (2005:340), o presidente Fernando Henrique Cardoso sinaliza, no momento de implementação da PDN-1996, que as questões militares deixam de pertencer somente aos militares. “Numa democracia, a Política de Defesa não é uma questão dos militares, é uma questão da sociedade, é uma questão do governo”.

O Estado apresenta junto com a sociedade um processo interligado de transformação, uma forma de influência do Estado sobre outros aspectos do comportamento diário das pessoas (Giddens, 2002:141), gerenciando as ações sociais e se comportando ambos, Estado e sociedade, por sistemas reflexivos que se estabelecem pela modernidade. Neste momento de transformações sociais promovidas pelo capitalismo global, percebem-se mudanças nas redes de práticas sociais.

Na busca por um referencial que responda aos novos desafios, surgidos ao longo de nove anos da existência desta política, o Estado brasileiro promove uma mudança no seu discurso de defesa pela edição da uma nova política referente ao tema: a PDN-2005. A materialização deste documento se dá por um decreto, gênero discursivo de edição exclusiva da presidência da república, o que dota este novo discurso de um valor legal diferente de seu anterior. Por seu caráter de se relacionar em uma rede de práticas sociais amplas e ‘globais’, este decreto se classifica como um gênero de governança (*idem, ibidem*).

Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a emissão desta segunda política de defesa do Estado, voltada para a questão de defesa nacional, chama a atenção para o reposicionamento de forças nas instituições brasileiras, a postura estratégica do Brasil em face de ameaças, seu papel de líder na América do Sul e a ampliação de sua área de influência. Disto resulta uma primazia na atuação do aparato diplomático no discurso da PDN-2005 e nas práticas relativas à defesa nacional, fazendo com que as Forças Armadas, apesar de necessárias em uma situação beligerante, assumam novas posições neste processo.

Este novo discurso da defesa inaugura um dado novo: a possibilidade de que as ações de defesa se voltem para ameaças internas no País, ampliando os espaços de atuação e de poder do Estado. O Ministério da Defesa se faz presente como o agente do Estado coordenador das ações da Política de Defesa Nacional, consolidando-a como um patrimônio brasileiro de natureza diplomática e militar, resultado também do envolvimento de setores da sociedade. O discurso da PDN-2005 apresenta-se mais democrático, porém, como um lugar de lutas e de manifestação de poder, revela assimetrias entre os agentes políticos e sociais que nele transitam.

Segundo Proença Jr. (1998:37), uma política de defesa apresenta-se como um documento de natureza política, resultado do “entrechoque de interesses e perspectivas das diversas forças políticas relevantes no panorama político da sociedade brasileira”. Como produto de acordos resultantes de concessões mútuas, de natureza pragmática ou ideológica, a PDN reflete certo domínio temporário das forças e a forma como os grupos políticos agem no cenário internacional, considerando também uma maior ou menor atuação da opinião pública.

Nesta pesquisa, os itens que constituem o *corpus* para análise evidenciam temas de relevância dentre os que constroem o discurso da PDN-1996 e PDN-2005. Por meio desses temas, pode-se destacar que se inaugura para o Estado brasileiro um momento novo no trato das questões relativas à defesa, visto que, durante o período da Guerra Fria, quando o mundo é dividido em duas vertentes ideológicas, cabia somente à Doutrina de Segurança Nacional, idealizada por meio de uma visão de cunho militar, estabelecer as diretrizes nacionais em matéria de segurança e defesa nacional.

A Política de Defesa Nacional tem como fundamento a busca pacífica de controvérsias e o fortalecimento da paz e segurança internacionais. O tema ‘segurança’ se apresenta de maneira recorrente ao longo do documento de 2005, valendo-se da defesa como meio para atingir seus fins. A segurança resguarda os vários segmentos da sociedade sob sua tutela, conferindo à defesa

o papel de manter o grau de segurança desejado, e salienta defesa está relacionada com as ameaças externas.

Um trabalho de pesquisa lingüística que se detém à análise de um discurso como o de uma política de defesa se depara com um tema complexo, abrangente quanto ao desenvolvimento de seus argumentos e com um texto histórico, marcado por um jogo de interesses e poder, que incitam a uma revisão periódica deste discurso. Muitos outros tópicos, além dos que foram tratados neste trabalho, merecem um cuidadoso estudo, com o fim de contribuir para o amadurecimento de uma prática social nova para o Brasil: o discurso de uma política de defesa nacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- AMORIM, Celso. **A política externa do governo Lula**. Política Externa, jun.- jul.- ago. 2004.
- ARNAULD e LANCELOT. **Gramática de Port-Royal ou gramática geral ou razoada**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BANHA, Paulo da Motta. **História do estado-maior das Forças Armadas**. Brasília: EMFA, 1987
- BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2005
Disponível em: URL: <http://www.defesa.gov.br/politicadedefesa/politicadedefesa2.htm>;
acessado em: 30 de maio de 2006.
- BRASIL, **Política de Defesa Nacional**. Presidência da República: Secretaria de Comunicação Social. Imprensa Nacional: Brasília, 1996.
- BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Concertação múltipla: inserção internacional de segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 2002.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BUSH, George W. **A Estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos da América**. In: Política Externa dez.- jan.- fev. 2002/2003.
- BUZAN, Barry, OLE, Weaver, WILD, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Colorado-USA: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Una nueva politica de defensa**. Diponível em <http://www.ser2000.org.ar/articulos-revista-ser/revista-6/filho.htm>
- CEPIK, Marcus. Segurança nacional e segurança humana: problemas conceituais e conseqüências políticas. In: **Security and Defense Studies Review**, vol. 1, Spring 2001.

- CERVO, A. L. e BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CHOULIARAKI, Lilie e FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CORÔA, Maria Luiza. **O tempo nos verbos no português: uma introdução à sua interpretação semântica**. Brasília, Thesaurus, 1985.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.
- CRUZEIRO, Maria E. **Processo de intensificação no português dos séculos XIII a XV**. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1973.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- _____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- _____. **Language and power**. 4. ed. Essex: Longman Group, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- FERREIRA, A. B. de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Oliveiros S. **Forças Armadas, para quê?** São Paulo: Edições GRD, 1988.
- FORGACS, David. **A Gramsci reader. selected writings 1916-1935**. London: Lawrence and Wishart Limited, 1988.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOUVEIA, Carlos A. M. **Análise do Discurso e Linguística Sistêmico Funcional**. Brasília: UnB, 2006.
- GUIMARÃES, Samuel P. Uma Estratégia Militar para o Brasil. In: **Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança**, v.1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

- HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Hodder Headline Group, 1994.
- _____. e HASAN, R. **Language, context, and e text: aspect of language in a social semiotic perspective**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004a.
- _____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- LUKES, Steven. **O poder: uma visão radical**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Abril Cultural: Editora Brasiliense. 1984.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: 1997.
- MARTINS, Nilce S. **Introdução à estilística**. São Paulo: Edusp. 1989.
- MEY, Jakob. **As vozes da sociedade**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **A política de defesa brasileira e a segurança regional**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol. 22, julho/dezembro 2000, pág. 431-472.
- MOREIRA, Felipe K. **A Percepção de Ameaça na Política de Defesa Brasileira no Pós-Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2004.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- PAULINIUKONIS, Maria A. Lino. **O modo descritivo de organização do discurso**. Curso de pós-graduação Língua Portuguesa - Lingüística do Texto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- PERINI, Mario A. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000, 4ª ed.
- PLEBE, A. & Emanuele, P. **Manual de retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.
- RAVELLI, L. Getting started with functional analysis of texts. In: UNSWORTH, Len. **Researching language in schools and communities: functional linguistic perspectives**. Londres: 2000.
- SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.
- TARINO, Grace. **A contribuição da Escola de Copenhagen aos estudos de segurança internacional**. Contexto Internacional, jan/julho 2002.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- WILLIAMS, Michel. **Words, images, enemies: securitization and international politics**. International Studies Association, 2003.
- WEAVER, Ole. Securitization and Desecuritization, In: RONNIE, D. Lipschultz (ed.) **On security**. New York: Columbia Un. Press, 1994.
- WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concept and its development In: **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage Publications Ltd., 2001.
- VANOYE, F. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VAN DIJK, Teun A. **Ideología. una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona, Espanha: Ed. Gedisa, 1999.

ANEXOS

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL – 1996

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

Brasília - 1996

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

1. INTRODUÇÃO

1.1. Diante do novo quadro mundial de desafios e oportunidades, é necessário promover no Brasil o desenvolvimento de modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico, aptas a atender às necessidades de defesa do País.

1.2. As transformações ocorridas no plano interno, bem como as verificadas no contexto regional e global, tornam necessário e oportuno explicitar uma política de defesa nacional, emanada do mais alto nível do Estado, que reflita os anseios da sociedade e sirva como marco referencial para as estratégias decorrentes.

1.3. A Política de Defesa Nacional, voltada para ameaças externas, tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis e esferas de poder, e com o envolvimento dos setores civil e militar.

1.4. A Política de Defesa Nacional, tema de interesse da sociedade como um todo, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios estipulados na Constituição Federal e está em consonância com a atitude externa do País, que se fundamenta na busca da solução pacífica de controvérsias e do fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

1.5. O perfil brasileiro – ao mesmo tempo continental e marítimo; equatorial, tropical e subtropical; de longa fronteira terrestre com a quase totalidade dos países sul-americanos e de extensos litoral, zona econômica exclusiva e plataforma continental – confere ao País profundidade geo-estratégica e torna complexa a tarefa de planejamento geral de defesa. As amplas bases demográficas e territoriais, bem como a disponibilidade de recursos naturais, assentadas na diversificada fisiografia nacional, conformam cenários diferenciados que demandam, ao mesmo tempo, uma política geral e integrada e uma abordagem específica para cada caso.

1.6. A implementação de uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de auto-proteção, depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática.

1.7. Nesse processo, cabe conciliar as necessidades de defesa com a disponibilidade de meios, mediante aprovação de recursos pelo Congresso Nacional e, sempre que possível, com o envolvimento dos segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial do País.

2. O QUADRO INTERNACIONAL

2.1. Com o fim da confrontação Leste-Oeste, verifica-se, no atual processo de acomodação de forças, o surgimento de um ambiente internacional multipolar indefinido e instável, gerado pela falta de correspondência entre os centros de poder estratégico-militar, político e econômico, cuja evolução ainda é difícil de se prever.

2.2. O término da Guerra Fria tornou obsoletas as generalizações simplificadoras decorrentes da bipolaridade, ideológica e militar, até então vigente. Atualmente, apesar de serem reduzidos os riscos de um confronto nuclear em escala planetária, desapareceu a relativa previsibilidade estratégica.

2.3. Os conflitos localizados que ocorrem na atualidade em quase todos os continentes, o recrudescimento de extremismos étnicos, nacionalistas e religiosos, bem como o fenômeno da fragmentação observado em diversos países, tornam evidente o fato de que continuam a ter relevância conceitos tradicionais como soberania, autodeterminação e identidade nacional.

2.4. Nesta fase de transição, em que se estabelecem novas regras políticas e econômicas de convivência entre as nações, caracterizada pela ausência de paradigmas claros e pela participação crescente de atores não-governamentais, o País procura determinar, livre de matrizes ideológicas, sua inserção estratégica e suas prioridades no campo da defesa.

2.5. O quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial impõe que a defesa continue a merecer o cuidado dos governos nacionais e que a expressão militar permaneça de importância capital para a sobrevivência dos Estados como unidades independentes. Não é realista conceber um Estado de razoável porte e influência internacional que possa abdicar de uma força de defesa confiável. As Forças Armadas são instrumento para o exercício do direito de autodefesa, direito esse, aliás, inscrito na Carta da Organização das Nações Unidas.

2.6. A América do Sul, distante dos focos mundiais de tensão, é considerada a região mais desmilitarizada do mundo. A redemocratização ocorrida no continente tende a reduzir a probabilidade de ocorrência de conflitos. Os contenciosos regionais têm sido administrados em níveis toleráveis.

2.7. Para o Brasil, país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também, o Atlântico Sul.

2.8. Assim, ao examinar as perspectivas estratégicas da região, importa reter que o mosaico de países e sub-regiões que a compõem é extremamente complexo, o que exige uma inserção regional múltipla, baseada em uma política de harmonização de interesses.

2.9. Há mais de um século sem se envolver em conflito com seus vizinhos, o Brasil tem trabalhado no sentido de promover maior integração e aproximação entre os países do continente, e, em conseqüência, adquirido credibilidade internacional.

2.10. O fortalecimento do processo de integração proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos - desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica -, a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul - resultado de uma ação diplomática positiva e concreta - conformam um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando a concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais.

2.11. O País não está, no entanto, inteiramente livre de riscos. Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, como consequência de ameaças ao seu patrimônio e aos seus interesses vitais.

2.12. No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação.

2.13. A capacidade militar e a diplomacia são expressões da soberania e da dignidade nacionais, e o Brasil tem demonstrado, de forma consistente e clara, sua determinação em viver em paz e harmonia, segundo os princípios e as normas do direito internacional e em respeito aos compromissos assumidos.

3. OBJETIVOS

3.1. Do exame das situações acima, emerge a necessidade de se explicitarem prioridades estratégicas específicas, decorrentes do interesse nacional e dos objetivos básicos da defesa nacional.

3.2. Em que pese a conjuntura favorável no entorno imediato, deve-se manter um sistema de defesa adequado à preservação da soberania nacional e do estado democrático de direito. Esse é o sentido da formulação de uma política de defesa nacional, com recursos para implementá-la, que integre as visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático, e que conte com o respaldo da Nação.

3.3. São objetivos da Defesa Nacional:

- a.** a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;
- b.** a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas;
- c.** a preservação da coesão e da unidade da Nação;
- d.** a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;
- e.** a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior;
- f.** a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional;
e
- g.** a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

4. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

4.1. O escopo de atuação do Estado brasileiro na área de defesa tem como fundamento a obrigação de prover segurança à Nação, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.

4.2. Para tanto, a presente política é centrada em uma ativa diplomacia voltada para a paz e em uma postura estratégica dissuasória de caráter defensivo, baseada nas seguintes premissas:

- fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente;
- estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional, em geral, baseado na confiança e no respeito mútuos;
- rejeição à guerra de conquista; e
- busca da solução pacífica de controvérsias, com o uso da força somente como recurso de autodefesa.

4.3. A vertente preventiva da defesa brasileira reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e na existência de uma estrutura militar de credibilidade capaz de gerar efeito dissuasório eficaz.

4.4. O caráter defensivo não implica que, em caso de conflito, as Forças Armadas tenham que se limitar estritamente à realização de operações defensivas. No contexto de um plano mais amplo de defesa, e a fim de repelir uma eventual agressão armada, o País empregará todo o poderio militar necessário, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com o mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz.

4.5. É essencial o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da defesa, com o envolvimento dos setores industrial, universitário e técnico-científico. O desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental para a obtenção de maior autonomia estratégica e de melhor capacitação operacional das Forças Armadas.

4.6. O poderio militar deve estar fundamentado na capacidade das Forças Armadas, no potencial dos recursos nacionais e das reservas mobilizáveis, com o propósito de inibir possíveis intenções de desrespeito às regras de convivência pacífica entre as Nações. As Forças Armadas deverão estar ajustadas à estatura político-estratégica da Nação e estruturadas, de forma flexível e versátil, para atuar, com presteza e eficácia, em diferentes áreas e cenários.

4.7. Às Forças Armadas, que têm sua missão atribuída pela Carta Magna, cabe defender a Nação, sempre que necessário, assegurando a manutenção de sua integridade e soberania. Para tanto, é essencial manter o contínuo aprimoramento da integração das Forças Armadas, em seu preparo e emprego, bem como na racionalização das atividades afins.

5. DIRETRIZES

Para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional, as seguintes diretrizes deverão ser observadas:

- a.** contribuir ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade;
- b.** participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;
- c.** aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional;
- d.** promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado multilateralmente;

- e.** participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais;
- f.** contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional;
- g.** atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais, e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul;
- h.** intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas;
- i.** manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento sócio-econômico do País, em harmonia com sua destinação constitucional;
- j.** proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar;
- l.** priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste;
- m.** aprimorar a organização, o aparelhamento, o adestramento e a articulação das Forças Armadas, assegurando-lhes as condições, os meios orgânicos e os recursos humanos capacitados para o cumprimento da sua destinação constitucional;
- n.** aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito;
- o.** aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo;
- p.** garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional;
- q.** fortalecer os sistemas nacionais de transporte, energia e comunicações;
- r.** buscar um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa;
- s.** promover o conhecimento científico da região antártica e a participação ativa no processo de decisão de seu destino;
- t.** aprimorar o Sistema de Mobilização para atender às necessidades do País, quando compelido a se envolver em conflito armado; e
- u.** sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional, por meio do incentivo ao civismo e à dedicação à Pátria.

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL – 2005



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005.

Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Política de Defesa Nacional anexa a este Decreto.

Art. 2º Os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de junho de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Alencar Gomes da Silva
Jorge Armando Felix

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 1º.7.2005

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

INTRODUÇÃO

A Política de Defesa Nacional voltada, preponderantemente, para ameaças externas, é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional. O Ministério da Defesa coordena as ações necessárias à Defesa Nacional.

Esta publicação é composta por uma parte política, que contempla os conceitos, os ambientes internacional e nacional e os objetivos da defesa. Outra parte, de estratégia, engloba as orientações e diretrizes.

A Política de Defesa Nacional, tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, tem como premissas os fundamentos, objetivos e princípios dispostos na Constituição Federal e encontra-se em consonância com as orientações governamentais e a política externa do País, a qual se fundamenta na busca da solução pacífica das controvérsias e no fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros.

1. O ESTADO, A SEGURANÇA E A DEFESA

1.1 O Estado tem como pressupostos básicos o território, o povo, leis e governo próprios e independência nas relações externas. Ele detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente, provendo-lhes, também, a segurança.

1.2 Nos primórdios, a segurança era vista somente pelo ângulo da confrontação entre Estados, ou seja, da necessidade básica de defesa externa. À medida que as sociedades se desenvolveram, novas exigências foram agregadas, além da ameaça de ataques externos.

1.3 Gradualmente, o conceito de segurança foi ampliado, abrangendo os campos político, militar, econômico, social, ambiental e outros. Entretanto, a defesa externa permanece como papel primordial das Forças Armadas no âmbito interestatal.

As medidas que visam à segurança são de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: defesa civil; segurança pública; políticas econômicas, de saúde, educacionais, ambientais e outras áreas, muitas das quais não são tratadas por meio dos instrumentos político-militares.

Cabe considerar que a segurança pode ser enfocada a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado, do que resultam definições com diferentes perspectivas.

A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado.

Especialistas convocados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Tashkent, no ano de 1990, definiram a segurança como "uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso".

1.4 Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

2. O AMBIENTE INTERNACIONAL

2.1 O mundo vive desafios mais complexos do que os enfrentados durante o período passado de confrontação ideológica bipolar. O fim da Guerra Fria reduziu o grau de previsibilidade das relações internacionais vigentes desde a 2ª Guerra Mundial.

Nesse ambiente, é pouco provável um conflito generalizado entre Estados. Entretanto, renovaram-se no mundo conflitos de caráter étnico e religioso, a exacerbação de nacionalismos e a fragmentação de Estados, com um vigor que ameaça a ordem mundial.

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos, configurando quadros de conflito.

Com a ocupação dos últimos espaços terrestres, as fronteiras continuarão a ser motivo de litígios internacionais.

2.2 O fenômeno da globalização, caracterizado pela interdependência crescente dos países, pela revolução tecnológica e pela expansão do comércio internacional e dos fluxos de capitais, resultou em avanços para uma parte da humanidade. Paralelamente, a criação de blocos econômicos tem resultado em arranjos competitivos. Para os países em desenvolvimento, o desafio é o de uma inserção positiva no mercado mundial.

Nesse processo, as economias nacionais tornaram-se mais vulneráveis às crises ocasionadas pela instabilidade econômica e financeira em todo o mundo. A crescente exclusão de parcela significativa da população mundial dos processos de produção, consumo e acesso à informação constitui fonte potencial de conflitos.

2.3 A configuração da ordem internacional baseada na unipolaridade no campo militar associada às assimetrias de poder produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz.

A prevalência do multilateralismo e o fortalecimento dos princípios consagrados pelo direito internacional como a soberania, a não-intervenção e a igualdade entre os Estados, são promotores de um mundo mais estável, voltado para o desenvolvimento e bem estar da humanidade.

2.4 A questão ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo podem tornar-se objeto de interesse internacional.

2.5 Os avanços da tecnologia da informação, a utilização de satélites, o sensoriamento eletrônico e inúmeros outros aperfeiçoamentos tecnológicos trouxeram maior eficiência aos sistemas administrativos e militares, sobretudo nos países que dedicam maiores recursos financeiros à Defesa. Em consequência, criaram-se vulnerabilidades que poderão ser exploradas, com o objetivo de inviabilizar o uso dos nossos sistemas ou facilitar a interferência à distância.

2.6 Atualmente, atores não-estatais, novas ameaças e a contraposição entre o nacionalismo e o transnacionalismo permeiam as relações internacionais e os arranjos de segurança dos Estados. Os delitos transnacionais de natureza variada e o terrorismo internacional são ameaças à paz, à segurança e à ordem democrática, normalmente, enfrentadas com os instrumentos de inteligência e de segurança dos Estados.

3. O AMBIENTE REGIONAL E O ENTORNO ESTRATÉGICO

3.1 O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África.

3.2 A América do Sul, distante dos principais focos mundiais de tensão e livre de armas nucleares, é considerada uma região relativamente pacífica. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada dos conflitos.

3.3 Entre os processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico, destacam-se: o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul .

A ampliação e a modernização da infra-estrutura da América do Sul podem concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração.

3.4 A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região onde está inserido. Assim, é desejável que ocorram: o consenso; a harmonia política; e a convergência de ações entre os países vizinhos, visando lograr a redução da criminalidade transnacional, na busca de melhores condições para o desenvolvimento econômico e social que tornarão a região mais coesa e mais forte.

3.5 A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul. A persistência desses focos de incertezas impõe que a defesa do Estado seja vista com prioridade, para preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência.

3.6 Como conseqüência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais.

4. O BRASIL

4.1 O perfil brasileiro – ao mesmo tempo continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical, de longa fronteira terrestre com a quase totalidade dos países sul-americanos e de extenso litoral e águas jurisdicionais – confere ao País profundidade geoestratégica e torna complexa a tarefa do planejamento geral de defesa. Dessa maneira, a diversificada fisiografia nacional conforma cenários diferenciados que, em termos de defesa, demandam, ao mesmo tempo, política geral e abordagem específica para cada caso.

4.2 A vertente continental brasileira contempla complexa variedade fisiográfica, que pode ser sintetizada em cinco macro-regiões.

4.3 O planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima.

4.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais.

A vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O

adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia.

4.5 O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica que representa o Atlântico Sul.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira "Amazônia Azul".

Nessa imensa área estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de potencial pesqueiro.

A globalização aumentou a interdependência econômica dos países e, conseqüentemente, o fluxo de cargas. No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar a quase totalidade do comércio exterior.

4.6 Às vertentes continental e marítima sobrepõe-se dimensão aeroespacial, de suma importância para a Defesa Nacional. O controle do espaço aéreo e a sua boa articulação com os países vizinhos, assim como o desenvolvimento de nossa capacitação aeroespacial, constituem objetivos setoriais prioritários.

4.7 O Brasil propugna uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscricção das armas químicas, biológicas e nucleares e na busca da paz entre as nações. Nessa direção, defende a reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais, como forma de reforçar a solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do Direito Internacional. No entanto, não é prudente conceber um país sem capacidade de defesa compatível com sua estatura e aspirações políticas.

4.8 A Constituição Federal de 1988 tem como um de seus princípios, nas relações internacionais, o repúdio ao terrorismo.

O Brasil considera que o terrorismo internacional constitui risco à paz e à segurança mundiais. Condena enfaticamente suas ações e apóia as resoluções emanadas pela ONU, reconhecendo a necessidade de que as nações trabalhem em conjunto no sentido de prevenir e combater as ameaças terroristas.

4.9 O Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Austral e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países.

4.10 A intensificação da cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), integrada por oito países distribuídos por quatro continentes e unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante das nossas relações exteriores.

4.11 O Brasil tem laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados que possibilitam a troca de conhecimento em diversos campos. Concomitantemente, busca novas parcerias estratégicas com nações desenvolvidas ou emergentes para ampliar esses intercâmbios.

4.12 O Brasil atua na comunidade internacional respeitando os princípios constitucionais de autodeterminação, não-intervenção e igualdade entre os Estados. Nessas condições, sob a égide de

organismos multilaterais, participa de operações de paz, visando a contribuir para a paz e a segurança internacionais.

4.13 A persistência de entraves à paz mundial requer a atualização permanente e o reaparelhamento progressivo das nossas Forças Armadas, com ênfase no desenvolvimento da indústria de defesa, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis.

4.14 Em consonância com a busca da paz e da segurança internacionais, o País é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e destaca a necessidade do cumprimento do Artigo VI, que prevê a negociação para a eliminação total das armas nucleares por parte das potências nucleares, ressalvando o uso da tecnologia nuclear como bem econômico para fins pacíficos.

4.15 O contínuo desenvolvimento brasileiro traz implicações crescentes para o campo energético com reflexos em sua segurança. Cabe ao País assegurar matriz energética diversificada que explore as potencialidades de todos os recursos naturais disponíveis.

5. OBJETIVOS DA DEFESA NACIONAL

As relações internacionais são pautadas por complexo jogo de atores, interesses e normas que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das Nações. Nesse contexto de múltiplas influências e de interdependência, os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo gerar associações ou conflitos de variadas intensidades.

Dessa forma, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região. Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem objetivos da Defesa Nacional:

I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;

II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;

III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;

IV - a promoção da estabilidade regional;

V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e

VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

6.1 A atuação do Estado brasileiro em relação à defesa tem como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.

6.2 A vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório.

Baseia-se, para tanto, nos seguintes pressupostos básicos:

I - fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente;

II - estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional baseado na confiança e no respeito mútuos;

III - rejeição à guerra de conquista;

IV - busca da solução pacífica de controvérsias;

V - valorização dos foros multilaterais;

VI - existência de forças armadas modernas, balanceadas e aprestadas; e

VII - capacidade de mobilização nacional.

6.3 A vertente reativa da defesa, no caso de ocorrer agressão ao País, empregará todo o poder nacional, com ênfase na expressão militar, exercendo o direito de legítima defesa previsto na Carta da ONU.

6.4 Em conflito de maior extensão, de forma coerente com sua história e o cenário vislumbrado, o Brasil poderá participar de arranjo de defesa coletiva autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.

6.5 No gerenciamento de crises internacionais de natureza político-estratégica, o Governo determinará a articulação dos diversos setores envolvidos. O emprego das Forças Armadas poderá ocorrer de diferentes formas, de acordo com os interesses nacionais.

6.6 A expressão militar do País fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis.

6.7 As Forças Armadas devem estar ajustadas à estatura político-estratégica do País, considerando-se, dentre outros fatores, a dimensão geográfica, a capacidade econômica e a população existente.

6.8 A ausência de litígios bélicos manifestos, a natureza difusa das atuais ameaças e o elevado grau de incertezas, produto da velocidade com que as mudanças ocorrem, exigem ênfase na atividade de inteligência e na capacidade de pronta resposta das Forças Armadas, às quais estão subjacentes características, tais como versatilidade, interoperabilidade, sustentabilidade e mobilidade estratégica, por meio de forças leves e flexíveis, aptas a atuarem de modo combinado e a cumprirem diferentes tipos de missões.

6.9 O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.

6.10 A integração regional da indústria de defesa, a exemplo do Mercosul, deve ser objeto de medidas que propiciem o desenvolvimento mútuo, a ampliação dos mercados e a obtenção de autonomia estratégica.

6.11 Além dos países e blocos tradicionalmente aliados, o Brasil deverá buscar outras parcerias estratégicas, visando a ampliar as oportunidades de intercâmbio e a geração de confiança na área de defesa.

6.12 Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional.

6.13 Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, efetiva ação do Estado no desenvolvimento sócio-econômico e ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente.

6.14 No Atlântico Sul, é necessário que o País disponha de meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, bem como manter a segurança das linhas de comunicações marítimas.

6.15 O Brasil precisa dispor de meios e capacidade de exercer a vigilância, o controle e a defesa do seu espaço aéreo, aí incluídas as áreas continental e marítima, bem como manter a segurança das linhas de navegação aéreas.

6.16 Com base na Constituição Federal e em prol da Defesa Nacional, as Forças Armadas poderão ser empregadas contra ameaças internas, visando à preservação do exercício da soberania do Estado e à indissolubilidade da unidade federativa.

6.17 Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais.

6.18 Com base na Constituição Federal e nos atos internacionais ratificados, que repudiam e condenam o terrorismo, é imprescindível que o País disponha de estrutura ágil, capaz de prevenir ações terroristas e de conduzir operações de contraterrorismo.

6.19 Para minimizar os danos de possível ataque cibernético, é essencial a busca permanente do aperfeiçoamento dos dispositivos de segurança e a adoção de procedimentos que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas e permitam seu pronto restabelecimento.

6.20 O desenvolvimento de mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País.

6.21 É prioritário assegurar a previsibilidade na alocação de recursos, em quantidade suficiente, para permitir o preparo adequado das Forças Armadas.

6.22 O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem não se insere no contexto deste documento e ocorre de acordo com legislação específica.

7. DIRETRIZES

7.1 As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:

I - manter forças estratégicas em condições de emprego imediato, para a solução de conflitos;

II - dispor de meios militares com capacidade de salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;

III - aperfeiçoar a capacidade de comando e controle e do sistema de inteligência dos órgãos envolvidos na Defesa Nacional;

IV - incrementar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, ampliando o emprego combinado;

V - aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil;

VI - aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira;

VII - garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional, em consonância com a estatura político-estratégica do País;

VIII - aperfeiçoar processos para o gerenciamento de crises de natureza político-estratégica;

IX - implantar o Sistema Nacional de Mobilização e aprimorar a logística militar;

X - proteger as linhas de comunicações marítimas de importância vital para o País;

XI - dispor de estrutura capaz de contribuir para a prevenção de atos terroristas e de conduzir operações de contraterrorismo;

XII - aperfeiçoar os dispositivos e procedimentos de segurança que reduzam a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à Defesa Nacional contra ataques cibernéticos e, se for o caso, permitam seu pronto restabelecimento;

XIII - fortalecer a infra-estrutura de valor estratégico para a Defesa Nacional, prioritariamente a de transporte, energia e comunicações;

XIV - promover a interação das demais políticas governamentais com a Política de Defesa Nacional;

XV - implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira;

XVI - incentivar a conscientização da sociedade para os assuntos de Defesa Nacional;

XVII - estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa;

XVIII - intensificar o intercâmbio das Forças Armadas entre si e com as universidades, instituições de pesquisa e indústrias, nas áreas de interesse de defesa;

XIX - atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira;

XX - intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lideiras ao Atlântico Sul;

XXI - contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional com ênfase no desenvolvimento de base industrial de defesa;

XXII - participar ativamente nos processos de decisão do destino da região Antártica;

XXIII - dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU;

XXIV - criar novas parcerias com países que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa;

XXV - participar de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais; e

XXVI - participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão, aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil.